

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

**Laísa Quadros da Costa**

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:  
UM DESAFIO GLOBAL EM UMA PERSPECTIVA LOCAL**

Santa Maria, RS  
2016



**Laísa Quadros da Costa**

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:  
UM DESAFIO GLOBAL EM UMA PERSPECTIVA LOCAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Linha de Pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha

Santa Maria, RS  
2016

Ficha catalográfica elaborada através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Central da UFSM, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Costa, Laísa Quadros da  
Educação em direitos humanos: um desafio global em uma perspectiva local / Laísa Quadros da Costa.- 2016.  
109 p.; 30 cm

Orientador: Jorge Luiz da Cunha  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, RS, 2016

1. Educação 2. Direitos Humanos 3. Políticas Públicas  
4. Práticas Escolares I. Cunha, Jorge Luiz da II. Título.

---

© 2016

Todos os direitos autorais reservados a Laísa Quadros da Costa. A reprodução de partes ou do todo deste trabalho só poderá ser feita mediante a citação da fonte.

E-mail: laisaq@hotmail.com

**Laísa Quadros da Costa**

**EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS:  
UM DESAFIO GLOBAL EM UMA PERSPECTIVA LOCAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE, Linha de Pesquisa Práticas Escolares e Políticas Públicas, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**.

**Aprovado em 14 de outubro de 2016:**

---

**Jorge Luiz da Cunha, Dr. (UFSM)**  
(Presidente/Orientador)

---

**Cláudia Regina Costa Pacheco, Dra. (IFF – Campus Alegrete)**

---

**Débora Ortiz de Leão, Dra. (UFSM)**

Santa Maria, RS  
2016



## **DEDICATÓRIA**

A todos os seres humanos que foram vítimas dos seus semelhantes, principalmente àqueles que foram privados de sua vida, de sua dignidade, de sua liberdade e de sua paz.

À natureza tão generosa que nos fornece tudo que precisamos. Peço que ainda nos permita corrigir nossos erros.

A todos os seres que cientes da sua condição humana ainda fazem algo para o bem da humanidade e do meio ambiente.



## AGRADECIMENTOS

Tenho certeza que nada que eu disser neste momento vai exprimir com exatidão a gratidão que sinto por essas pessoas tão especiais. Creio que nenhuma delas fez parte dessa jornada pelos agradecimentos que ora digitados vão ficar impressos em um pedaço de papel que irá amarelar com o tempo, ainda assim, vou insistir em agradecer, pois a gratidão me conduz no caminho do reconhecimento e na dança da vida entendo que sou melhor junto com cada um deles. Escolhemos e fomos escolhidos e neste movimento lá estão vocês:

- Avós, Marina e Nazaria, Dinarte e José – “in memoriam” - pela vida de meus pais e pelos sabores divinos que trouxeram a minha vida, por superarem as dificuldades e manterem a fé;

- Pais, João e Eva, pela vida, ensinamentos, exemplo e amor incondicional;

- Filhas, Gabriela e Daniela, por me propiciarem gerar suas vidas, aprender a amar e a felicidade de vê-las crescerem com atitudes de bondade;

- Amor, Sandro, reencontro dessa vida que trouxe paz ao meu coração, por estar ao meu lado em todas as horas e me fazer tanto bem;

- Irmãos e sobrinhos, cunhados e genros Marisa, Paulo, Denisa, André, Miréia, Ana, Mauricio, Ana Luisa, Ana Maria, Leandro e Guilherme pela alegria de crescermos juntos fazendo deste mundo um lugar melhor;

- Família, sanguínea e também os eleitos pelo meu coração, pelo aprendizado das diferenças e pela enorme fraternidade;

- Amigas e amigos, companheiros de evolução nesta vida, por segurarem essa amiga nos piores momentos e por estarem lá nos melhores momentos;

- Professores, inspiração de minha vida, por me ajudarem a me desenvolver como pessoa e como profissional;

- Alunos, por serem a minha motivação e me trazerem tanta realização;

- Colegas de estudo do Clio e de outros espaços, pelas inúmeras trocas de saberes, imensa amizade e carinho;

- Colegas de profissão, pelas lutas que travamos juntos pela vida e pelo conhecimento, pelos momentos de reflexão, ação e também de descontração;

- Entrevistados, pela experiência e por me ajudarem a entender melhor a vida e a pesquisa;

- Banca examinadora, pelas contribuições na dissertação e pela disposição em colaborar com este meu processo de evolução e,

- Meu orientador, Jorge, aquele que segurou firme na minha mão nesta jornada, pela redescoberta da vida e de novos saberes, pela alegria do convívio e pela imensa amizade.

Todos vocês de um jeito singular me deram amor, incentivo, compreensão e serei eternamente grata pelo que são e pelo bem que me fazem e por tudo que me ensinam. As palavras que fazem magia: MUITO OBRIGADA e amo vocês do jeito que pude e sei amar! Que a vida nos permita aprender sempre mais juntos sob a proteção Divina, a quem agradeço neste momento e posso agradecer todos os dias na intimidade do meu ser.



Juntei os fragmentos de mim e de nós para dissertar.  
Costurei retalhos de várias estampas e tamanhos.  
A vida e a morte pintaram suas cores.  
O novo e o velho dançaram juntos na medida perfeita.  
No papel da vida palavras se juntam para cantar mais uma história.  
Felicidade! (Laísa Quadros da Costa, 2015).



## RESUMO

### **EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: UM DESAFIO GLOBAL EM UMA PERSPECTIVA LOCAL**

AUTORA: Laísa Quadros da Costa  
ORIENTADOR: Jorge Luiz da Cunha

Educar em Direitos Humanos além de estar entre os princípios e metas da educação no Brasil tem sua obrigatoriedade fixada na legislação, devendo ser inserida nos projetos, planos e materiais de ensino em todos os níveis e modalidades e abordada numa perspectiva transversal, disciplinar e/ou interdisciplinar. Considerando esta premissa e a necessidade de disseminação de uma cultura de respeito à dignidade de pessoa humana e promoção de valores como: liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, paz, sustentabilidade e direitos sociais, econômicos, políticos e culturais, a presente pesquisa objetiva a reflexão sobre as legislações, políticas públicas e práticas de ensino nesta temática. O estudo com enfoque quali-quantitativo, subsidiado por fontes bibliográficas, documentais e auto(biográficas), transita por questionamentos sobre Educação e Direitos Humanos, o papel dos Estados e da Sociedade, pontua a legislação pertinente até encontrar os professores e estudantes do Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para o Ensino Profissional da Universidade Federal de Santa Maria que relatam de que forma as normas são entendidas e incorporadas em seu cotidiano e as suas práticas docentes. Dentre outros aspectos, a pesquisa demonstrou que a maioria dos entrevistados entende a Educação em Direitos Humanos como fundamental ou importante, os estudantes percebem a inserção das temáticas nas disciplinas e narram como acontece e os professores confirmam as respostas dos estudantes e contam suas experiências e percepções. Algumas lacunas foram encontradas como: dificuldade na compreensão de alguns conceitos da área, alguns temas caros para os Direitos Humanos foram pouco abordados e a necessidade de melhoria na comunicação existente sobre a divulgação de novas legislações. As experiências são utilizadas para criar unidades de estudo, que destacam as possibilidades e desafios enfrentados, a fim de contribuir para a reflexão e melhorias nas políticas públicas, processo educacional e nas condições de vida coletiva, que requer novas perspectivas na promoção da paz, da preservação do homem e do meio, onde as relações sejam mais humanas.

**Palavras-chave:** Educação. Direitos Humanos. Políticas Públicas. Práticas Escolares.



## **ABSTRACT**

### **EDUCATION ON HUMAN RIGHTS: A GLOBAL CHALLENGE IN A LOCAL PERSPETIVE**

**AUTHOR:** LAÍSA QUADROS DA COSTA  
**ADVISOR:** JORGE LUIZ DA CUNHA

Educating for Human Rights, besides being one of the principles and goals of education in Brazil, has its obligation fixed in law and should be inserted in the projects, plans and teaching materials at all levels and modalities and addressed in a transversal perspective, disciplinary and/or interdisciplinary. Given this premise and the need to spread a culture of respect for the dignity of the human person and the promotion of values such as freedom, justice, equality, solidarity, cooperation, peace, sustainability and social rights, economic, political and cultural, this research objective reflection on the laws, public policy and teaching practices in this subject. The study with qualitative and quantitative approach, supported by bibliographic sources, documentary and auto (biographical), transits questions on Education and Human Rights, the role of the State and Society, points out the relevant legislation to the point of meeting the teachers and students of the Teacher's Training Graduate Special Program for Vocational Education of the Federal University of Santa Maria which report how the rules are understood and incorporated into their everyday life and their teaching practices. Among other aspects, the research showed that most of the interviewees understand Human Rights Education as fundamental or important, students perceive the insertion of the themes in the disciplines and tell how it happens and the teachers confirm the students' responses and tell their experiences and perceptions. Some shortcomings were found such as: difficulties in understanding some concepts in the area, some important issues to Human Rights were little discussed and the need for improvement in existing communication on the dissemination of new legislation. The experiences are used to create study units, which highlight the opportunities and challenges faced in order to contribute to the reflection and improvements in public policy, educational process and conditions of collective life that requires new perspectives in promoting peace and preservation of the man and the environment, where relationships are more human.

**Keywords:** Education. Human Rights. Public Policy. School Practices.



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados .....	81
Gráfico 2 – Idade dos entrevistados .....	81
Gráfico 3 – Ocupação dos entrevistados .....	82
Gráfico 4 – Escolaridade dos entrevistados.....	83
Gráfico 5 – Áreas do conhecimento dos entrevistados.....	83
Gráfico 6 – Educação em Direitos Humanos – Temáticas abordadas no PEG .....	85
Gráfico 7 – Educação em Direitos Humanos – Metodologias de ensino .....	86
Gráfico 8 – Educação em Direitos Humanos – Frequência nas disciplinas .....	87
Gráfico 9 – Educação em Direitos Humanos – Percepção e interesse .....	88
Gráfico 10 – Conhecimento da legislação dos DH.....	88



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CE	– Centro de Educação
CF	– Constituição da República Federativa do Brasil
CNE	– Conselho Nacional de Educação
DH	– Direitos Humanos
DNEDH	– Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos
DUDH	– Declaração Universal dos Direitos Humanos
EDH	– Educação em Direitos Humanos
IES	– Instituições de Ensino Superior
LDB	– Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	– Ministério da Educação
PEG	– Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional
PMEDH	– Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos
PNDH	– Programa Nacional de Direitos Humanos
PNE	– Plano Nacional de Educação
PNEDH	– Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPC	– Projeto Pedagógico de Curso
UFMS	– Universidade Federal de Santa Maria
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura



## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	21
1.1	MINHAS ANDANÇAS PELA VIDA .....	21
1.2	OS MOTIVOS E AS PERGUNTAS QUE ME FAÇO .....	26
1.3	CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	29
1.4	NA INCOMPLETUDE DE CADA UM A SEMELHANÇA QUE COMPLETA .....	33
<b>2</b>	<b>DIREITOS HUMANOS</b> .....	37
2.1	OS SERES HUMANOS E O ESTADO .....	37
2.2	UM DESENHO DOS DIREITOS HUMANOS: UM PROJETO GLOBAL E NACIONAL.....	41
<b>2.2.1</b>	<b>Breve histórico e reflexão conceitual</b> .....	42
<b>2.2.2</b>	<b>Direitos humanos como um projeto global</b> .....	47
2.3	OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL.....	51
<b>3</b>	<b>EDUCAÇÃO</b> .....	55
3.1	EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: LEGISLAÇÃO, FUNDAMENTOS E CONCEITOS.....	55
3.2	ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS.....	61
3.3	EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES E ESTUDANTES EM CURSO SUPERIOR NA UFSM .....	64
<b>3.3.1</b>	<b>O ambiente pesquisado</b> .....	64
<b>3.3.2</b>	<b>O projeto pedagógico de curso</b> .....	66
<b>3.3.3</b>	<b>Os professores</b> .....	68
<b>3.3.4</b>	<b>Os estudantes</b> .....	80
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOJE, UM CAMINHO PARA O AMANHÃ</b> ...	93
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	97
	<b>ANEXOS</b> .....	103
	<b>ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR</b> .....	105
	<b>ANEXO B – CARTA DE CESSÃO</b> .....	106
	<b>ANEXO C – QUESTIONÁRIO ALUNOS DO PEG</b> .....	107
	<b>ANEXO D – TEXTO: TEM DIAS EM QUE</b> .....	108



# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 MINHAS ANDANÇAS PELA VIDA

Vim, tanta areia andei  
 Da lua cheia eu sei  
 Uma saudade imensa  
 Vagando em verso eu vim  
 Vestido de cetim  
 Na mão direita, rosas  
 Vou levar

Olha a lua mansa (me leva amor)  
 Se derramar  
 Ao luar descansa  
 Meu caminhar (amor)  
 Meu olhar em festa (me leva amor)  
 Se fez feliz  
 Lembrando a seresta  
 Que um dia eu fiz (por onde for quero ser seu par)

Já me fiz a guerra (me leva amor)  
 Por não saber  
 Que esta terra encerra  
 Meu bem-querer (amor)  
 E jamais termina  
 Meu caminhar (me leva amor)  
 Só o amor me ensina  
 Onde vou chegar (por onde for quero ser seu par)

(Andança - Paulo Tapajós, Edmundo Souto e Danilo Caymmi).

Minhas primeiras palavras contam um pouco de minhas andanças pela vida. Entre os parágrafos do meu memorial descritivo, onde relato alguns momentos significativos, trago reflexões acerca do que entendo merecer cada ser humano. Essas pausas que chamo de *respiros*<sup>1</sup> trazem movimentos que vão: do individual e o coletivo, do direito positivado aos direitos-deveres que nenhuma norma poderá obrigar a acontecer, do que acredito ser ideal e a realidade que pude viver e/ou observar. Segundo Passegi e Câmara (2013, p. 29) “cada memorial contém uma história singular-plural e articula dialeticamente o privado e o público, o indivíduo e a sociedade”.

Estar no mundo requer um eterno se ver e ver o outro, significar atos, pensar as relações e o que construímos por meio delas. É um eterno refletir sobre o nosso papel na dança da vida, nos passos já executados e quais devem ser aperfeiçoados. De mãos com as

---

<sup>1</sup> São pausas onde trago reflexões sobre as temáticas do presente estudo, inseridas entre os parágrafos onde narro momentos significativos de minha vida.

peessoas que contribuíram com esta pesquisa, passo a narrar um pouco de minha trajetória para que o prazer e a dor destas lembranças-reflexões me acompanhem e permitam ser melhor do que fui e as palavras respinguem no mundo como pequenas gotas de orvalho.

A escrita de si configura-se numa atividade autoformadora quando o autor toma consciência das suas vivências transformando-as em experiências existenciais que nos fornecem elementos para compreender as diversas etapas vividas como experiências de aprendizagem que nos conduzem a novos patamares de autonomia no sentido de delinear projetos de transformação de si diante do que se propõe a ser (PASSEGGI; CÂMARA, 2013, p. 50).

A história que narro abaixo é a minha, mas a partir desse momento pode ser nossa, porque como diz a música: “por onde for quero ser seu par” na dança da vida e do conhecimento.

Num dia de temperaturas negativas, onde os campos refletiam os sinais da forte geada, um grito ecoou nos corredores de um pequeno hospital da cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul.

*Todo ser humano tem um lugar de origem, mas nem todos fazem dele um lar e sim objeto de disputas.*<sup>2</sup>

Era julho de 1970, após um longo trabalho de parto, deixei o ventre materno para viver uma nova experiência, que, num primeiro momento, me pareceu fria, mas logo foi substituída pelo calor de minha mãe, onde encontrei o alimento e a proteção que considero eternos.

*Todo ser humano tem uma mãe, mas nem todos tem o amor que transborda desse ser.*

Sob o manto dos pampas fui acolhida por meu pai, homem grande de coração, encorajador de novas experiências e desafios, que fala com o olhar e me ensina com seu exemplo, principalmente a cuidar da semente para colher bons frutos.

*Todo ser humano tem um pai, mas nem todos têm nele um exemplo e um incentivador.*

Nasci e me desenvolvi numa família muito afetuosa e que sabe acolher com alegria todos que se aproximam. Vida celebrada e compartilhada nos sorrisos e nas lágrimas, nas certezas e incertezas, na igualdade e na diferença.

*Todo ser humano pode ter uma família, mas nem todos fazem dela um exercício de fraternidade e reconhecimento das diferenças.*

Na minha infância brincava muito, cresci com outros quatro irmãos, minha saúde era vigiada e meus pais sempre propiciaram o contato com a natureza, ressaltando a importância do respeito ao próximo e ao meio ambiente.

---

<sup>2</sup> Esse é o primeiro de uma série de “respiros” que fiz entre os parágrafos de meu memorial, marcados em itálico, para provocar pausas e as primeiras reflexões sobre a temática de estudo.

*Todo ser humano é ou foi criança e tem direito a um ambiente saudável e de desenvolvimento e respeito, mas nem todos puderam se ver livre das amarras da violência e doenças físicas e morais.*

Cursei o ensino fundamental em uma escola pública estadual. Cantava o Hino Nacional vendo a bandeira ser hasteada, vestindo o uniforme designado. Além das disciplinas obrigatórias, praticava esportes olímpicos e coletivos e ainda podia fazer dança na própria escola gratuitamente.

*Todo ser humano tem direito à educação, mas nem todos tem acesso a ela e em condições mínimas, livres e igualitárias.*

Nesta época sob o regime militar não conseguiram segurar meu canto. No coral da escola encontrei outros caminhos de desenvolvimento, aprendi canções que ensinavam, conheci lugares e pessoas. A arte manda a sua mensagem e se operam em mim novos olhares.

*Todo ser humano tem direito a liberdade de pensamento e de expressão, mas nem todos tem acesso à produção intelectual e artística e reconhecem nela uma fonte de inspiração e conhecimento.*

Fui crescendo com incentivo ao estudo e a busca do conhecimento, a reconhecer no outro meu semelhante e a não fazer ao próximo o não quero para mim. Aprendi que estamos unidos pelas nossas semelhanças e as nossas diferenças nos fazem melhores.

*Todo ser humano tem direito à igualdade, mas nem todos tem acesso a um ambiente de desenvolvimento coletivo onde as diferenças sejam respeitadas.*

Quando adolescente, além de estudar, frequentava grupos comunitários de desenvolvimento de liderança e fraternidade. Momentos de palavras ouvidas, silêncios sentidos e gritos mudos.

*Todo ser humano tem direito a uma vida digna, mas nem todos têm o mínimo para garantir a sua sobrevivência.*

No final dos anos oitenta ingresso no Curso de Direito na Universidade da Região da Campanha em Bagé, com uma bolsa de estudos porque meus pais eram professores da instituição. No mesmo período, ingresso no mercado de trabalho como auxiliar de recursos humanos de uma empresa comercial.

*Todo ser humano tem direito à cidadania, mas nem todos tem acesso às informações mínimas sobre os seus direitos e deveres.*

Enquanto cursava a faculdade, casei e desta união duas lindas bênçãos foram geradas, a quem sempre desejei conduzir no caminho do bem. Ser mãe é se tornar menos egoísta, mais

forte e entender melhor os pais, se refazer a cada instante e é, principalmente, aprender a amar.

*Todo ser humano tem direito à privacidade, mas nem todos têm suas vidas íntimas preservadas e com integridade física e moral.*

Ingresso no trabalho jurídico e entre leis e livros, decisões humanas dentro e fora do judiciário, em meio às justiças e injustiças, poder e submissão, fui vivendo experiências que me trouxeram alegrias e tristezas, esperança e desesperança, fui me constituindo e reconstituindo.

*Todo ser humano tem direito ao trabalho, mas nem todos podem exercer sua vida profissional num lugar onde tem a garantia da dignidade humana e desenvolvimento.*

Quando beirava aos vinte anos de trabalho como advogada uma mudança para Santa Catarina e outro caminho surge junto ao universo escolar. Aceito o desafio e assim outros conhecimentos, lugares e pessoas surgem em minha vida. Essa nova experiência me envolveu totalmente e trouxe uma imensa alegria, integralidade e emoção.

*Todo ser humano tem liberdade de ação profissional, mas nem todos podem escolher a profissão que mais lhe traz felicidade e realização.*

Quando observava o desenvolvimento dos estudantes com os novos saberes e comparada com as práticas jurídicas, onde as normas e sanções impostas nem sempre operam uma nova consciência nos seres humanos, escolhi trilhar o caminho da Educação e fui buscar aprendizado e qualificação.

*Todo o ser humano é um indivíduo único e livre, mas muitos ainda não podem fazer escolhas.*

Ingresso na Universidade Federal de Santa Maria/RS no Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para Educação Profissional que objetiva preparar profissionais de todas as áreas do conhecimento para a docência. Neste ambiente de desenvolvimento de novos saberes se fortaleceu meu compromisso com a Educação.

*Todo ser humano tem direito ao ensino superior gratuito, mas nem todos têm condições plenas de acesso ao conhecimento e permanência nas instituições de ensino.*

Concluída a segunda graduação, fiz concurso e ingressei no magistério estadual como professora de Direito dos Cursos Técnicos. Ambiente profissional que me propicia enorme experiência e aprendizado, principalmente porque sinaliza um terreno fértil para o plantio de novas sementes.

*Todo ser humano tem direito as condições profissionais dignas e respeito aos seus direitos, mas nem todos têm essas garantias ou participam ativamente para que elas se concretizem.*

Num congresso de educação fui tocada pelas palavras de um mestre, hoje, meu estimado orientador. Naquele dia percebi que algo nos unia e fiz uma escolha acertada que me traz enorme felicidade. É uma pessoa que me inspira, me desacomoda e me permite ser livre, liberdade essa com vigilância responsável daqueles que tem a missão de convidar para o voo da vida e do saber.

*Todo ser humano pode criar vínculos afetivos e permanentes com os outros, que possibilitem a sua felicidade e evolução pessoal, mas nem todos tem a oportunidade de estabelecer essas relações construtivas, onde se pode visualizar no outro uma parte de si e a descoberta de uma parte ainda desconhecida de si mesmo.*

Ingresso no grupo de pesquisa Núcleo de Estudos sobre Memória e Educação – CLIO/UFSM, onde o conhecimento compartilhado, o convívio com pessoas de diversas áreas e estágios estudantis, com experiências pessoais e profissionais múltiplas, me possibilitam enorme aprendizado e evolução, principalmente como pessoa e pesquisadora.

*Todo ser humano pode compartilhar suas experiências, conhecimentos e aprender coletivamente, mas nem todos conseguem se livrar das celas do individualismo e do ego.*

Os caminhos percorridos me trouxeram a esta dissertação de mestrado que concilia meu jeito de estar no mundo e as áreas do conhecimento que tive a oportunidade de estudar e vivenciar até agora.

Pensar na importância do conhecimento em minha vida e de todos que pude observar, me impulsiona a pesquisar e a escrever para compreender e dialogar com parte dos saberes já produzidos, lançar novos olhares sobre questões que me inquietam e a contribuir para a reflexão e melhoria das condições individuais e sociais, em especial ligadas à educação.

Outro motivo para continuar a jornada de estudos é a responsabilidade com os estudantes que ingressam na escola todos os semestres, a imensa vontade de me refazer a cada etapa, entender como posso contribuir para a vida deles e da sociedade, principalmente sendo capaz de respeitar o ser humano que caminha ao meu lado, na busca de meios para a minimização das desigualdades, desenvolvimento que permita um questionamento do mundo e das práticas e o uso da liberdade com responsabilidade, a fim de que viver num mundo mais justo, sustentável e fraterno, onde as ações dispensem as palavras, a consciência dispense as leis e o viver com o outro, seja uma experiência de evolução e imensa felicidade.

*Todo ser humano age individual e localmente, mas nem todos tem a consciência de que seus atos influenciam o todo.*

Ciente da minha responsabilidade com o todo, encontro na pesquisa uma forma de contribuir, as dúvidas me movimentam e a seguir passo a descrever os motivos e as perguntas que me faço para trilhar este caminho.

## 1.2 OS MOTIVOS E AS PERGUNTAS QUE ME FAÇO

Pensamentos que me afligem  
Sentimentos que me dizem  
Dos motivos escondidos  
Na razão de estar aqui [...]

Quem me dera que as pessoas que se encontram  
Se abraçassem como velhos conhecidos  
Descobrissem que se amam  
E se unissem na verdade dos amigos

E no topo do universo uma bandeira  
Estaria no infinito iluminada  
Pela força desse amor, luz verdadeira  
Dessa paz tão desejada[...]

E eu penso nas razões da existência  
Contemplando a natureza nesse mundo  
Onde às vezes aparentes coincidências  
Têm motivos mais profundos

Se as cores se misturam pelos campos  
É que flores diferentes vivem juntas  
E a voz dos ventos na canção de Deus  
Responde todas as perguntas

(Pensamentos - Roberto Carlos e Erasmo Carlos).

Movida por “pensamentos que me afligem sentimentos que me dizem” este caminho na academia começa com questionamentos sobre Educação e Direitos Humanos, o papel do Estado e da Sociedade, com destaque para as políticas públicas e práticas na Educação Superior. Passo a me perguntar se é possível educar em Direitos Humanos e de que forma isso acontece, para que estas experiências compartilhadas possam contribuir para melhorias no processo educacional e nas condições de vida coletiva.

Após experiências pessoais, em especial no ambiente escolar como professora de Direito, nos cursos técnicos de uma escola pública, aliados aos estudos realizados no grupo de

pesquisa e outros espaços de aprendizado, pode perceber o quanto é importante à disseminação de uma cultura de respeito à dignidade da pessoa humana.

A promoção de valores como: liberdade, justiça, igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância, paz, sustentabilidade e dos direitos-deveres do ser humano que perpassam também por direitos sociais, econômicos, políticos, culturais, educacionais, podem produzir mudanças significativas na vida dos indivíduos, principalmente quando a consciência desses propicia a capacidade de se perceber agente de transformação social, ampliando o senso de responsabilidade e criticidade.

Com a inserção nas legislações e políticas públicas da obrigatoriedade da Educação em Direitos Humanos numa perspectiva transversal, disciplinar e/ou interdisciplinar, tenho como objetivo geral no presente estudo responder: de que forma, com que intensidade e eficácia essas normas são entendidas e incorporadas pelos professores em seu cotidiano e suas práticas docentes e recebidas pelos estudantes?

Esta inquietação surge também em função das constantes mudanças legislativas e as inúmeras responsabilidades repassadas às instituições de ensino e muitas vezes o cumprimento efetivo fica prejudicado por diversos fatores e não atingem a eficácia pretendida.

São objetivos específicos do presente estudo: apontar e refletir sobre as legislações que determinam a Educação em Direitos Humanos, examinar as dinâmicas que envolvem o ensino nesta temática, descrever e compreender as experiências dos professores e estudantes do curso de formação de professores da Universidade Federal de Santa Maria/RS, sinalizar os pontos de convergência e divergência na aplicação desses preceitos legais, fomentar o debate e construir caminhos possíveis para o fortalecimento de práticas educacionais, em especial as que garantam a efetividade do ensino em Direitos Humanos.

O tema em questão é de interesse mundial, mas escolho pesquisar localmente, em função de que posso me deslocar facilmente da esfera escolhida para uma esfera global facilitando a compreensão e os diálogos. Assim, a pesquisa se desenvolve na Universidade Federal de Santa Maria, no curso de Educação Superior, intitulado Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para Educação Profissional, dando voz aos professores do curso e estudantes do último semestre matriculados na disciplina de Seminário Temático.

Neste ambiente vislumbrei inúmeras possibilidades de estudo, principalmente por ser um local que objetiva formar professores, onde os estudantes já são graduados nas mais diversas áreas do conhecimento, colaborando assim para uma visão interdisciplinar.

Partindo da premissa escolhida ainda são poucos os estudos realizados, principalmente no atual momento político, econômico e social que requer novas perspectivas na promoção da paz, da preservação do homem e do meio ambiente, onde as relações sejam mais éticas e humanas e onde a Educação consiga ter sucesso em seus objetivos, não somente na difusão do conhecimento, mas na preparação de seres capazes de exercer práticas de respeito aos Direitos Humanos e no desenvolvimento de outros saberes.

A pesquisa abrange questões que transitam pela arte, história, direito, educação, sociologia, filosofia, política, economia, dentre outras, estabelecendo diálogos, problematizando, questionando e criticando, a fim de ampliar o horizonte das reflexões sobre a educação e vida coletiva e contribuir com a caminhada do ser humano com maior participação pública.

No segundo capítulo dessa obra, trago as reflexões sobre os principais conceitos do estudo e ingresso na temática de Direitos Humanos trazendo um breve panorama histórico e global, com a contribuição dos teóricos eleitos.

Considerando que as relações humanas e o conhecimento vencem barreiras de nacionalidade, tempo e lugar e as informações chegam quase que instantaneamente aos que têm acesso e ao mesmo tempo, muitos são obrigados à segregação, passo a destacar a legislação brasileira que fundamenta os Direitos Humanos, em especial o princípio da dignidade da pessoa humana, os fundamentos da cidadania e os valores da liberdade, igualdade e fraternidade, por entender indispensáveis para a promoção do bem comum com respeito à diversidade mundial.

No terceiro capítulo, por entender a Educação um dos caminhos mais importantes para a emancipação e valorização do ser humano e para o desenvolvimento de uma consciência de respeito ao cosmos e aos direitos-deveres, destaco a legislação que promove a Educação e o ensino em Direitos Humanos, bem como faço reflexões acerca do papel dos professores e do Ensino Superior Brasileiro, estabelecendo um diálogo com os estudiosos do assunto.

Quando percebo a importância de uma construção coletiva para a solução dos problemas da humanidade, unindo as diversas áreas do conhecimento e respeito a todos os saberes, no mesmo capítulo, passo a descrever e compreender de que forma as legislações e políticas educacionais na promoção dos Direitos Humanos são percebidas e praticadas, dando voz aos professores e estudantes do Programa Especial de Formação de Professores para o Ensino Técnico e Profissionalizante da UFSM.

Em seguida, passo a estabelecer unidades de análise para facilitar a compreensão das narrativas e questionários, promovendo um diálogo entre o marco teórico, a legislação, as

práticas e as minhas percepções. Encerro com as considerações finais onde faço sugestões acerca da efetivação do ensino em direitos humanos e provoço novos questionamentos.

Com o estudo, pretendo descrever, explicar e compreender as temáticas propostas, no sentido de promover uma nova reflexão sobre as políticas públicas e práticas escolares, servindo como fonte de consulta aos estudiosos e interessados no assunto, suscitando novas perguntas e pesquisas que possam auxiliar na melhoria da Educação, Políticas Públicas e respeito aos Direitos Humanos, a fim de que sejam aprimoradas as práticas que possa colaborar com uma sociedade mais justa, evolutiva e sustentável.

A seguir passo a detalhar as escolhas metodológicas do presente estudo, com as devidas justificativas e como puderam contribuir com o processo investigatório e de muita aprendizagem.

### 1.3 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Quando decidimos viajar para algum lugar começamos imediatamente a planejar e, com isso, elaboramos várias perguntas que vão sendo organizadas, questionadas e, por fim, escolhidas. O trajeto, o tempo, a bagagem, os objetivos, as prioridades, o roteiro, o que vamos desfrutar nos lugares que vamos visitar. Mesmo com todo esse processo de planejamento somos surpreendidos por situações que jamais poderíamos imaginar e que nos obrigam muitas vezes a abandonar bagagens pesadas e desnecessárias para desfrutar dos prazeres das novas descobertas, gerando no final uma sensação de que muito ainda pode ser visto ficando para uma próxima viagem.

Na pesquisa científica acontece algo bem semelhante, mesmo com planejamento inicial, fui levada a abandonar bagagens, visitar lugares inesperados, escolher outros caminhos, dedicar mais tempo e atenção para determinados locais, para finalmente fazer esta viagem única que ora apresento no intuito de compartilhar as experiências, os encontros e todo o aprendizado.

Por valorizar a pesquisa como uma fonte imensa de desenvolvimento pessoal e coletivo, pois auxilia na criação de novas formas de pensar, a elaborar soluções e avaliar o que já foi feito a fim de buscar outros caminhos possíveis, entendi necessário realizar uma pesquisa com enfoque quati-qualitativo, concordando com Sampieri, Collado e Lucio (2013, p. 22):

A pesquisa científica é entendida como um conjunto de processos sistemáticos e empíricos utilizado para o estudo de um fenômeno; é dinâmica, mutável e evolutiva.

Pode se apresentar de três formas: quantitativa, qualitativa e mista. Esta última implica combinar as duas primeiras. Cada uma é importante, valiosa e deve ser respeitada da mesma maneira.

Para elucidar as questões trazidas utilizei fontes bibliográficas, documentais e (auto) biográficas, pois imprescindíveis para o processo e superação de cada etapa do entendimento da presente pesquisa.

Segundo Gil (2009, p. 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesta compreensão utilizei livros, publicações periódicas e produções científicas para auxiliar no desenvolvimento da pesquisa e por entender ser imprescindível a consulta aos estudiosos do assunto.

A pesquisa documental é considerada por Gil (2009, p. 46) como semelhante à pesquisa bibliográfica, o que as distingue é a natureza das fontes que ainda não sofreram tratamento analítico, podem ser incluídos neste: cartas, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins, relatórios, tabelas, estatísticas, etc.

Para entender as experiências a narrativa tornou-se um caminho onde segundo Clandinin e Connelly (2011, p. 27) temos um ponto de referência, a vida e um chão, uma base de suporte ou para imaginarmos o que a experiência é e para imaginar como ela pode ser estudada e representada em textos de pesquisas.

Quando falo em experiência narrada entendo como as pessoas vão significando suas vivências e com isso construindo novos significados e práticas trazendo enormes contribuições no processo de educar, concordando com Clandinin e Connelly (2011, p. 27),

As experiências são as histórias que as pessoas vivem. As pessoas vivem histórias e no contar dessas histórias se reafirmam. Modificam-se e criam novas histórias. As histórias vividas e contadas educam a nós mesmos e aos outros, incluindo os jovens e os recém-pesquisadores em suas comunidades.

Neste processo que envolve a pesquisa narrativa deve existir uma interação entre pesquisadores e participantes e uma percepção aguçada necessária para extrair as histórias de vida e seus modos de contar.

Na pesquisa narrativa ocorre uma colaboração entre pesquisadores e participantes, ao longo de um tempo, em um lugar ou série de lugares, e em interação com *millieus*. Um pesquisador entra nessa matriz no durante e progride no mesmo espírito, concluindo a pesquisa ainda no meio do viver e do contar, do reviver e recontar, as histórias de experiências que compuseram as vidas das pessoas, em ambas perspectivas: individual e social. Simplesmente estabelecido, como escrevemos no prólogo, pesquisa narrativa são histórias vividas e contadas (CLANDININ; CONNELLY, 2011, p. 51).

A pesquisa narrativa para a educação aponta um caminho para pensar a experiência e com isso trazer novos entendimentos de como são percebidos, reconhecidos e significados os saberes e como se dá o processo de ensino-aprendizagem na visão dos envolvidos. Para Clandinin e Connelly (2011, p. 119) a frase *vivenciando a experiência* é um lembrete de que para eles a pesquisa narrativa destina-se ao entendimento e à *composição de sentidos* da experiência. (grifo dos autores).

No campo educacional brasileiro, as pesquisas (auto) biográficas tem se consolidado como perspectiva de pesquisa e como práticas de formação, tendo em vista a oportunidade que remete tanto para pesquisadores, quanto para sujeitos em processo de formação narrarem suas experiências e explicarem, através de suas narrativas orais e/ ou escritas, diferentes marcas que possibilitam construções de identidades pessoais e coletivas (SOUZA, 2014, p. 40).

Neste sentido, a abordagem biográfica na educação é um caminho possível para observar o saber-fazer e avaliar o quanto podem ser formadoras as narrativas. Segundo Josso (2010, p. 36):

Se a abordagem biográfica é um outro meio para observar um aspecto central das situações educativas, é porque ela permite uma interrogação das representações do saber-fazer e dos referenciais que servem para descrever e compreender a si mesmo no seu ambiente e natural. Para perceber como essa formação se processa, é necessário aprender, pela experiência direta, a observar essas experiências das quais podemos dizer, com mais ou menos rigor, em que elas foram formadoras.

As narrativas, ainda, podem promover uma desestabilização e uma abertura para novos saberes, quando são fomentados processos de estranhamentos e desnaturalização.

Refletir sobre a possibilidade de fomentar processos de estranhamento/desnaturalização através de relatos (auto)biográficos como ato pedagógico refere-se a proporcionar espaços/tempos de reflexão e conscienciosidade dos sujeitos e dos seus conhecimentos sobre si. O relato como dispositivo biográfico e, antes, o processo de relatar-se pode ser compreendido como possibilidades de estranhamentos/ desnaturalizações, pois interroga e desestabiliza, gera abertura e suspensão de saberes (CUNHA; ROWER, 2014, p. 32).

Esses processos de estranhamentos e desnaturalizações promovidos nas narrativas podem significar um caminho possível na solução dos desafios da Educação, como sugere Josso (2010, p. 224):

Entre as contribuições formativas da escrita da narrativa e do papel da narrativa escrita na nossa abordagem genebrina, interrogo-me se a possibilidade de uma tomada de consciência da estranheza de si pela meditação-confrontação com a estranheza do outro não é um dos desafios mais urgentes em educação a que comecemos finalmente a aprender a viver com mais alegria, generosidade, abertura, criatividade e luminosidade essa estranha “estranheza”.

Ao narrar-se a pessoa analisa e conta a sua história e pode com isso recontar a história da sociedade da qual faz parte. Nestas construções singulares atualiza seus saberes e suas práticas. No ambiente educacional as narrativas trazem essas contribuições:

... mediante a voz de homens e mulheres que reconstituem em suas trajetórias de vida e de trabalho, podemos recontar a História da Educação brasileira e da cultura escolar; *gênero memorialístico* (grifo do autor), pois no processo de rememoração cada autor/a atualiza saberes e redimensiona espaços de formação e de aprendizagem da profissão e da condição docente; e *gênero acadêmico* (grifo do autor), por se tratar de uma autobiografia intelectual e estar assentado na interpretação das experiências de formação intelectual e profissional, conferindo a necessária cientificidade à narrativa, como é de praxe se exigir da produção acadêmica, mesmo quando se fala da vida e de aprendizagem cotidianas (PASSEGGI; CAMARA, 2013, p. 31).

A pesquisa biográfica tem como pressuposto que os saberes subjetivos e não formalizados influenciam o modo como as pessoas investem e transitam nos espaços de aprendizagem e a consciência destes saberes auxilia na ressignificação dos sentidos e projetos de vida em formação (DELORY-MOMBERGER, 2006).

Inclusive o pensar em novas práticas educacionais com foco no discente, exige um ouvir o outro, sua cultura, seus interesses e suas necessidades. A proposição de escritas e de relatos narrativos (autobiográficos) com entradas sobre as experiências e memórias de formação, relacionando-as com a cultura, a diversidade e a sexualidade são férteis para a ressignificação do trabalho docente na contemporaneidade (SOUZA, 2014, p. 47).

A pesquisa narrativa traz ao presente trabalho uma enorme contribuição, principalmente pela possibilidade de dialogar com os envolvidos no processo educacional sobre questões que envolvem direitos humanos. Assim nos ensina Souza (2014, p. 40),

Em contextos de pesquisas e em práticas de formação, os acordos mútuos entre sujeitos em formação bem como profissionais em acompanhamento e processos de medição biográfica dialogam sobre o lugar da oralidade e da escrita como dispositivos que possibilitam reflexões sobre a vida, a formação, as trajetórias individuais e coletivas, bem como sobre o respeito à liberdade, autonomia e democracia individual e social. Garantir o respeito às narrativas, aos percursos de vida-formação e possíveis superações de formas de controle sobre o biógrafo e o biografado ou entre a escrita (auto) biográfica e as disposições de formação são férteis para explicitar contextos, conjunturais sociais, marcas individuais dos homens e mulheres em suas manifestações sobre a vida.

Para complementar e melhorar a descrição e compreensão das práticas, também utilizei a técnica de observação, que auxiliaram e muito o processo investigatório que propus, onde pude ter contato pessoal com os professores e estudantes no ambiente de sala de aula e no espaço em que vivenciam as suas práticas educativas. O registro destas observações foi um

facilitador na interpretação e análise das entrevistas e dos questionários dos pesquisados, pois me permitiu conhecer de perto a realidade vivida.

Antes e no decorrer da pesquisa pude ler e estudar muitas teses, dissertações e trabalhos científicos relacionados à temática de Direitos Humanos, dentre os quais alguns me marcaram profundamente e puderam trazer uma enorme contribuição para os meus estudos. Assim passo a descrever os trabalhos e o diálogo que estabeleceram com o presente estudo.

#### 1.4 NA INCOMPLETUDE DE CADA UM A SEMELHANÇA QUE COMPLETA

No andar da pesquisa busquei parceiros, li suas trajetórias, que fizeram com que não precisasse percorrer o mesmo caminho e aprendesse com suas experiências. Mostraram as suas paisagens, que em alguns momentos se assemelham as minhas e em outros trazem lugares diferentes de infinita beleza e profundidade. Como rios que correram por terras e tempos desiguais, não deixam de ser água em movimento, talvez da mesma nascente, mas que em cada momento e lugar contam algo novo e único.

O rio de Pereira (2012) resultou na dissertação de mestrado intitulada “A teoria transforma a prática? Um estudo sobre a representação social de professores sobre Direitos Humanos na rede Estadual de Educação”, elaborada junto ao Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia, teve como objetivo principal analisar a representação social dos professores acerca da atividade formativa realizada pelo Ministério da Educação, no ano de 2008, em atendimento ao Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH que destaca a formação docente como um elemento indutor da cultura dos DH nos diferentes contextos educacionais. Após os estudos, a autora pode concluir que:

Não obstante as representações sociais dos professores tenham revelado que os conteúdos ministrados neste curso estão ancorados em saberes teóricos, concluiu-se que ao enfatizar a abordagem teórica dos direitos humanos, em detrimento de sua transposição para a prática docente, a repercussão pretendida com a sua execução não foi plenamente satisfeita (PEREIRA, 2012, p. 8).

A pesquisa citada, apesar de ter um foco diferente da presente, trouxe elementos importantes e uma compreensão maior do processo de preparação docente para a EDH. Os professores que fizeram o curso de formação e participaram da pesquisa sinalizaram para a necessidade de uma abordagem teórica aliada as práticas, o que envolve a necessidade de se pensar ações docentes já realizadas e seus resultados, a fim de disseminar boas práticas e promover outras mais eficazes. O estudo mencionado apontou um caminho que ainda precisa

ser percorrido pelas pesquisas para atingir as finalidades das legislações principalmente onde as ações respeitem as realidades locais as quais vão ser inseridas.

No caminho percorrido por Gama (2012), na pesquisa de mestrado em Direitos Humanos realizada na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP, “A declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos: retórica e perspectivas de efetivação” foi possível encontrar elementos sobre a legislação internacional e o processo formativo em DH iniciado em 1948 pela Declaração dos Direitos Humanos e reafirmado em dezembro de 2011, pelas Nações Unidas pela Resolução 66/137. Neste processo de interesse global o autor conclui a necessidade de superar paradigmas, obstáculos estruturais e de valores de sociedades que não servem mais e a premência de se empoderar as classes menos favorecidas pelo conhecimento a fim de que se efetivem realmente os DH. A trajetória internacional retratada auxiliou no processo de entendimento da temática e na compreensão de que as legislações nacionais que determinam o EDH estão visivelmente atreladas as mundiais.

Também vinculada a USP, no mestrado em Educação, área de concentração Sociologia da Educação, Vivaldo (2009) apresentou a sua jornada de estudos na dissertação intitulada “Educação em Direitos Humanos: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira”. O trabalho realizado transitou em terras brasileiras e trouxe uma fonte de dados importantes para o presente estudo até o ano de 2009, data anterior, portanto, das legislações objeto da presente pesquisa. Após sua trajetória, o autor aponta questões imprescindíveis, como por exemplo: sistematizar estudos sobre experiências, a opção dos diferentes marcos políticos-ideológicos utilizados como referenciais, estabelecer critérios, o risco da fragmentação dos DH, parcerias e não cooptação, temas transversais versus temas geradores e formação de professores.

Fluindo com Hannah Arendt, Bruniera (2013) em sua dissertação de mestrado em Direito, da USP, traz no título uma grande preocupação: “Educar em um mundo deserto: a educação em direitos humanos e o pensamento de Hannah Arendt” refletiu sobre a importância da educação e da vida pública na preservação e no cuidado com o mundo humano e comum, unindo passado e a noção de mundo de mãos com a autora escolhida, utilizando suas obras e a metáfora do mundo deserto para dialogar sobre educação e o sentido da educação como formação para o viver comum. Assim explica o autor:

A metáfora do deserto simboliza o desamparo, a falta de esperanças, a rua de mão única que não nos dá direito a escolha, a adaptação a um mundo onde predomina o deserto traduzido numa sociedade de massa que consome o mundo e numa burocracia ideológica e totalitária que nos indica o caminho da desapareição, da

insignificância, representando a própria inviabilização das possibilidades de reconhecimento de nossas singularidades, pluralidade humana e viver comum. Noutros termos, o processo de desertificação de coisas e pessoas traz consigo a marca da impossibilidade de sermos alguém no mundo, destrói violentamente a pluralidade humana e coloca em risco a possibilidade do novo.

A preocupação do autor se une as minhas inquietações, no sentido de como podemos fazer com que esse mundo que compartilhamos não seja destruído pela nossa falta de sensibilidade e de pertença comum, onde simplesmente deixamos nossos rios secarem. Mais um trecho significativo e de grande propriedade de Bruniera (2013), demonstrando que as novas gerações do conhecimento são capazes de fazer uma leitura de mundo com sabedoria:

Faz sumir nós mesmos e o mundo humano que compartilhamos entre nós, deixando-nos muitas vezes deslocados do e no mundo, sem um lar comum, sem um mundo ao qual pertençamos pluralmente e no qual podemos aparecer singularmente e que pode ser traduzido em cidades mortas, destruídas, com suas coisas, pessoas, pensamentos, que tantas faltas nos fazem e que tão importante nos são. E que, de certa forma, o pianista tenta buscar, e retrata com simplicidade e profundidade, ao caminhar por entre escombros de um viver comum, sem desistir, buscando encontrar alguém ou alguma coisa, uma pérola, um fragmento, um vestígio de pertencimento ao mundo (pessoas, objetos, lembranças, histórias, valores) em face do que fora produzido imensamente: nada, ninguém. Educar em meio à moderna expansão do mundo deserto por amor ao mundo humano e comum. Eis a questão.

Quando seu rio corre pelo estudo de ações afirmativas de inclusão racial e social na UFSM, Lopes (2014) nos mostra o quanto são difíceis as ações que visam a diminuição das desigualdades, por enfrentarem argumentos e resistências de toda ordem. Na sua dissertação de mestrado em Educação: “Ações afirmativas: a igualdade e o acesso pleno à educação superior dos grupos sociais historicamente excluídos”, ao mesmo tempo, em que retrata as dificuldades enfrentadas para a implementação das cotas na universidade e correlaciona aos DH, ele nos mostra um caminho percorrido e possível, onde homens e mulheres de imensa coragem e determinação fizeram história, significaram suas vidas, indicando que o mundo pode ser um lugar possível de se viver, pois existem aqueles que ainda reconhecem os erros passados e dos quais a humanidade tem o dever de reparar e lutam pela diminuição das desigualdades e esse processo pode acontecer com o auxílio de políticas públicas eficazes, principalmente as ligadas a Educação. Salienta o autor:

Inserida neste universo, a Universidade vem desempenhando um papel vital no processo de transição sociopolítico, pois se transformou, no decorrer dos anos, no principal centro de formação das elites brasileiras, as quais determinam, de acordo com as suas convicções e ideologias, os rumos do País. Daí a importância da aplicação das políticas Afirmativas nas Instituições de Ensino Superior, uma vez que elas, a partir de uma nova estruturação estatal, possibilitarão a ocupação de espaços, que até então, estavam restritos a um grupo seleto de pessoas (LOPES, 2014).

Outros rios que realizaram trajetórias únicas apontaram que os seres humanos ainda discriminam e sofrem discriminação e este é um enorme obstáculo para a diminuição das desigualdades, que acabam por cercear liberdades, longe da fraternidade tão almejada pelos DH. Vejo meu rio se fortalecer, pois se uniu as águas correntes desses estudiosos, principalmente porque a direção é a mesma, mesmo que os caminhos sejam outros.

Todos esses percursos auxiliaram a seguir o meu, único e singular, que reconheço não seria possível sem entender e valorizar que esse processo individual também se constituiu coletivamente. As pesquisas que cito neste capítulo são apenas algumas cachoeiras desse rio, encontradas em banco de dados de pesquisas científicas, cujos saltos foram escolhidos, não pela sua extensão ou altura, mas pela atualidade e forma com que enfrentaram as barreiras e molharam as suas margens propiciando um entendimento maior da temática de estudo.

## 2 DIREITOS HUMANOS

### 2.1 OS SERES HUMANOS E O ESTADO

*“As leis não bastam. Os lírios não nascem da lei.”*

(Carlos Drummond de Andrade).

Quando no meu memorial descrito, introduzi entre os parágrafos narrativos, pequenos trechos que chamo de respiros salientando os direitos de todos os seres humanos, queria promover no leitor uma reflexão inicial de que nem todas as necessidades e possibilidades humanas estão previstas nos ordenamentos jurídicos e com isso é ingênuo pensar que o Direito sozinho abarcará e resolverá todas as questões que envolvem nossas relações.

Outra questão que queria suscitar é a importância da Família, da Educação e do Estado, os primeiros no sentido de despertar e amparar o desenvolvimento do ser humano e o último a dar condições para que essa evolução se concretize. Promover melhorias nas condições de vida dos seres humanos e do meio exige uma atuação conjunta subsidiada pelos diversos saberes da humanidade com o olhar atento as transformações que possam ocorrer nestas instituições.

A relação estreita entre a vida de cada ser humano e as oportunidades que teve de poder ressignificá-la refletem na sua atuação individual e coletiva e por isso a importância de estabelecermos formas de juntos cuidarmos dessas relações, pois exercem uma forte influência no viver coletivo.

Para permear o estudo proposto começo com o questionamento: por que o Estado?

Com essa pergunta provoco os leitores a pensar não somente no conceito de Estado, mas sim a fazer as reflexões acerca de sua finalidade, atuação e limites, na tentativa de extrair uma nova compreensão dos temas aqui abordados.

O indivíduo é o limite e fundamento do domínio político da República, onde o Estado existe para o ser humano (CANOTILHO, 2003). Nesta compreensão, a ação dos governos passa a ter um limite e por esta razão se torna imprescindível a compreensão dos direitos humanos, pois são eles que dão garantias aos cidadãos contra o poder do Estado.

Ao refletir sobre o Estado Canotilho (2003, p. 89-90) diz ser uma formação histórica de organização jurídica, dotado da qualidade de soberania que assim descreve:

A soberania, em termos gerais e no sentido moderno, traduz-se num poder supremo no plano interno e num poder independente no plano internacional do Estado a dimensão constitucional interna com a dimensão internacional do Estado podemos recortar os elementos construtivos desde: (1] poder político de comando; (2] que tem como destinatários os cidadãos nacionais (povo = sujeitos do soberano e destinatários da soberania); (3) reunidos num determinado território. A soberania no plano interno (soberania interna) traduzir-se-ia no monopólio de edição do direito positivo pelo Estado e no monopólio de coação física legítima para impor efectividade das suas regulações e dos seus comandos.

Nesta concepção um Estado pode ou não acatar uma norma internacional e estipular as suas normas internas. Ocorre que, em nome da soberania muitos Estados tem cometido excessos e surgem inúmeras insatisfações mundiais que desencadeiam reflexões, protestos e ações no sentido de se coibir práticas que atentam contra o ser humano e o meio. Ao definir as normas, Silva (2003, p. 91) assim preleciona:

As normas são preceitos que tutelam situações subjetivas de vantagem ou de vínculo, ou seja, reconhecem, por um lado, a pessoas ou entidades a faculdade de realizar certos interesses por tato próprio ou exigindo ação ou abstenção de outrem, e, por outro lado, vinculam pessoas ou entidades à obrigação de submeter-se às exigências de realizar uma prestação, ação ou abstenção em favor de outrem.

Ocorre que, os ordenamentos jurídicos muitas vezes não são suficientes e nem eficientes principalmente quando em determinados momentos históricos representam uma reprodução das classes dominantes e que servem como instrumento de fixação e perpetuação de poder. Muitas vezes sob o manto da legalidade e discursos de uma sociedade justa encontramos as maiores violências, preconceitos, opressão, falta de ética e descaso com o ser humano e ao meio ambiente.

O reconhecimento de que os seres humanos têm direitos sob o plano internacional implica a noção de que a negação desses mesmos direitos impõe, como resposta, a responsabilização internacional do Estado violador. Isto é, emerge a necessidade de delinear limites à noção tradicional de soberania estatal, introduzindo formas de responsabilização do Estado na arena internacional, quando as instituições nacionais se mostram omissas ou falhas na tarefa de proteger os direitos humanos internacionalmente assegurados (PIOVESAN, 2013, p. 67).

No que concerne ao papel do Estado na organização econômica e social, assim nos diz Piketty (2014, p. 557-558),

Qual deve ser o papel ideal de um Estado na organização econômica e social de um país, bem como quais são as instituições e as políticas públicas que mais nos aproximariam de uma sociedade ideal. Essa pretensão inverossímil de estudar o bem e o mal, que é uma matéria na qual todo cidadão é especialista, pode ser risível, mas também é a mais frequentemente mal utilizada, ou pelo menos exagerada. Mas, ao mesmo tempo, é necessária e mesmo indispensável, pois para os pesquisadores em ciências sociais é muito fácil se colocar fora do debate público e da confrontação política, contentando-se em desempenhar o papel de comentadores e demolidores de

todos os discursos e estatísticas. Os pesquisadores em ciências sociais, como, aliás, todos os intelectuais e, ainda melhor, todos os cidadãos, devem se engajar no debate público. Esse engajamento não pode se contentar de ser feito em nome dos grandes princípios abstratos (a justiça, a democracia, a paz no mundo), mas deve se manifestar nas escolhas, nas instituições e nas políticas precisas, quer se trate do Estado social, dos impostos ou da dívida.

Para Piketty (2014) é importante entender a dinâmica que envolve a distribuição de renda e riqueza, aprender com o passado, a fim de que possam os Estados por suas políticas públicas fazer as intervenções necessárias no sentido de diminuir a desigualdades mundiais, pois estas são um grande risco a nossa subsistência como espécie e também aos processos democráticos. Sinaliza como forças convergentes importantes, ou seja, aquelas que auxiliam no processo de diminuição de desigualdades, a difusão do conhecimento e de qualificações na educação e tecnologias, e afirma que as principais forças divergentes são ações contra a democracia e a justiça social.

A história mostra os caminhos percorridos pela humanidade, principalmente quando após um tempo o manto da invisibilidade cai ou quando a supervisibilidade presente em alguns fatos para ofuscar verdades desaparece, como, quando a luz dos holofotes se apaga e os olhares procuram outros lugares.

Essa nova consciência, muitas vezes desvendada numa época em que o silenciamento já não impera, quando o homem se encontra livre de empoderamentos perversos, deveria produzir um entendimento do que foi feito contra a humanidade não poderá ser repetido, nem mesmo sob a justificativa de preservação dos Estados e de seu poder. A limitação a um único saber dominante, o abandono dos saberes plurais, acaba por subjugar os seres humanos e estas reflexões se fazem necessárias.

O reconhecimento dos saberes plurais e da desvinculação dos modos de pensar hegemônicos e dominantes, assim foi entendida por Santos (2010, p. 152):

As perspectivas interculturais têm vindo a permitir o reconhecimento da existência de sistemas de saberes plurais, alternativos à ciência moderna ou que com esta se articulam em novas configurações de conhecimentos. Analisando de forma crítica a ciência como garante da permanência do estatuto hegemônico do actual sistema económico capitalista, os autores que perfilham esta crítica têm vindo a lutar por uma maior abertura epistémica, no sentido de tornar visíveis campos de saber que o privilégio epistemológico da ciência tendeu a neutralizar, e mesmo ocultar, ao longo de séculos. A abertura a uma pluralidade de modos de conhecimento e a novas formas de relacionamento entre estes e a ciência tem sido conduzida, com resultados profícuos, especialmente nas áreas mais periféricas do sistema mundial moderno, onde o encontro entre saberes hegemónicos e não hegemónicos é mais desigual e violento.

Se a história nos mostra o que os Estados fizeram dentro de sua atuação, não muito longe está a sociedade civil, que também foi protagonista de muitas ações e omissões que conduziram os caminhos da humanidade. Se o homem abusou inúmeras vezes do outro ser humano e do meio, principalmente aqueles que, no uso de sua liberdade e poder fizeram escolhas que podem se tornar irreversíveis, toda a humanidade perdeu.

Capra e Luisi (2014, p. 482) ressaltam que apesar do que foi feito ainda podemos replanejar nosso modo de estar no mundo, respeitando os limites do homem e do meio ambiente. Entendem que os valores humanos podem mudar, eles não são leis naturais e outros valores podem ser escolhidos, principalmente de que a conduta humana deve fluir no sentido de pertencer. Ressalta, ainda, que a conduta ética e política são questões críticas e que a responsabilidade de estar no mundo deve ser entendida pelo ser humano:

Somos todos membros da humanidade e todos nós pertencemos à biosfera global. Como membros do oikos, o “lar terrestre”, compete-nos que nos comportemos de tal maneira que não interfiramos na capacidade inerente da natureza para sustentar a teia da vida. Como membros da comunidade humana, nosso comportamento deveria refletir um respeito pela dignidade humana e pelos direitos humanos básicos.

Abrir o manto da invisibilidade e colocar a proteção nos olhos quando se trata de supervisibilidade, não é tarefa fácil, eis proliferam especialistas de toda ordem, iludidos em si mesmos, que de tanto acreditar, conduzem discursos e práticas a lugares que não levam senão a aumentar as diferenças e a afastar um ser humano do outro e do meio, bem como a ver o conhecimento com algo estanque e segmentado, isolando o saber nas celas de ideologias infecundas.

De acordo com Cunha (informação verbal<sup>3</sup>), o conhecimento produzido é uma oportunidade infinita de produção de novos conhecimentos e explicações, onde outros saberes que possam propiciar o reconhecimento de si e do outro sejam incorporados na humanidade. Neste pensamento, quando se pretende uma sociedade mais justa e mais fraterna com a preservação da dignidade de todos, passa necessariamente pelo aprimoramento dos direitos e deveres que abarcam nossas relações e o reconhecimento desses passa necessariamente pela Educação.

No que se refere ao conhecimento, Santos (2010, p. 137) afirma que o conhecimento só existe em sociedade, e, portanto, quanto maior for o seu reconhecimento maior será a sua capacidade para conformar a sociedade, para conferir inteligibilidade ao seu presente e ao seu passado e dar sentido em direção ao futuro, acrescentando que o conhecimento ainda não se

---

<sup>3</sup> Aula de Tese 1 na UFSM, Santa Maria, RS, out. 2015.

encontra distribuído equitativamente e tende a estar tanto menos quanto maior é o seu privilégio epistemológico.

Sobre as desigualdades sociais e distribuição de riquezas a política está sempre por perto sendo difícil escapar aos preconceitos e interesses impostos pela classe dominante da época, conforme afirma Piketty (2014, p. 12) e salienta que o assunto seja amplamente discutido pelos estudiosos de todas as áreas, pois é de interesse mundial.

A questão da distribuição da riqueza é importante demais para ser deixada apenas para economistas, sociólogos, historiadores e filósofos. Ela interessa a todo mundo, e é melhor que seja assim mesmo. A realidade concreta e orgânica da desigualdade é visível para todos os que a vivenciam e inspira, naturalmente, julgamentos políticos contundentes e contraditórios. Camponês ou nobre, operário ou dono de fábrica, servente ou banqueiro: cada um, a partir de seu ponto de vista peculiar e único, vê aspectos importantes sobre as condições de vida de uns e de outros, sobre as relações de poder e de dominação entre grupos sociais, e elabora sua própria concepção do que é justo e do que não é. Logo, sempre haverá uma dimensão subjetiva e psicológica na questão da distribuição da riqueza, e isso inevitavelmente leva a conflitos políticos que nenhuma análise que se pretenda científica saberia atenuar. A democracia jamais será suplantada pela república dos especialistas – o que é muito positivo.

Para Piketty (2014, p. 23), o caminho para quebrar com o processo de desigualdades passa necessariamente, por estabelecer fatos e identificando padrões e regularidades, para então comparar países e contrastar experiências, poderemos ter a esperança de revelar os mecanismos em operação e proporcionar um maior esclarecimento sobre o futuro.

Após as reflexões sobre o Estado, a Sociedade e os fundamentos destas relações, que conversaram com os teóricos citados, passo as questões históricas, conceituais e trazer uma visão global e nacional que ajudam a iluminar o caminho desenvolvido.

## 2.2 UM DESENHO DOS DIREITOS HUMANOS: UM PROJETO GLOBAL E NACIONAL

*Fluindo na direção da morte,  
a vida do homem arrastaria consigo,  
inevitavelmente,  
todas as coisas humanas para a ruína e destruição,  
se não fosse a faculdade humana de interrompê-las  
e iniciar algo novo,  
faculdade inerente à ação como perene advertência  
de que os homens,  
embora devam morrer, não nascem para morrer,  
mas para começar.*

(Hannah Arendt).

### 2.2.1 Breve histórico e reflexão conceitual

Considerando a hipótese de que o futuro pode ser construído a partir do que já foi traçado e o reconhecimento das falhas e sucessos individuais e coletivos é um grande passo para a evolução, e principalmente que podemos começar sempre, seguindo o pensamento de Arendt, o estudo da história é imprescindível, que me desafia a pensar e auxilia nesta jornada. Como o objetivo desta pesquisa não é fazer um estudo histórico traço um breve panorama para situar o leitor e indico as obras citadas para aprofundamento das questões.

Nas sociedades primitivas não existia poder dominante, porque o poder era interno da sociedade e com o desenvolvimento do sistema de apropriação privado aparece uma forma social de subordinação e opressão, surgindo uma forma de poder externo à sociedade: o Estado. Quando esse Estado passa a sustentar esse poder de dominação, o Homem passa a lutar pela libertação e nesta luta árdua, os Direitos Humanos começam a se delinear de acordo com Silva (2013, p. 147).

Esse mesmo Estado, em outros momentos em nossa história, de opressor assume a posição inversa e passa a garantir os direitos sonogados a pessoas e grupos desfavorecidos nas diferentes relações sociais. Neste ir e vir da atuação estatal, os Direitos Humanos são muitas vezes banalizados e marginalizados e não entendidos o como um direito e um dever coletivo. Essa desvirtuação precisa ser corrigida, pois se assim não for, a humanidade estará fadada à reincidência de várias atrocidades ou mesmo a extinção. Deve, inclusive, se sobrepor aos Estados.

O reconhecimento dos Direitos Humanos, principalmente por dispositivos previstos em declarações é algo recente e também objeto de constantes conquistas em função das mudanças, assim apontado por Silva:

O reconhecimento dos direitos fundamentais do homem, em enunciados explícitos nas declarações de direitos, é coisa recente, e está longe de se esgotarem suas possibilidades, já que cada passo na etapa da evolução da Humanidade, importa na conquista de novos direitos (SILVA, 2013, p. 146).

Com relação às primeiras declarações de direitos, temos as inglesas, como a Magna Carta (1215), A petição dos Direitos (1628) e a Declaração dos Direitos (1688), apontadas por Silva como limitadas e muitas vezes estamentais, mas que foram importantes, pois condicionaram a formação de regras de proteção aos Direitos Humanos. Assim como, a Declaração de Direitos do Bom Povo de Virginia (1776) nos Estados Unidos da América e a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) na França, que também trouxeram

elementos importantes para entender os movimentos políticos, sociais e internacionais da época.

Todavia, foi somente após a Segunda Guerra Mundial é que se constituem os primeiros e mais importantes movimentos em defesa dos DH, objetivando determinar os modos de convivência coletiva, que deveriam restringir as ações dos governantes, principalmente na busca um ideal universal, onde exista a garantia de liberdades e desenvolvimento na busca da paz e solidariedade entre os povos.

Perceber-se-á que, em face das atrocidades cometidas durante a Segunda Guerra Mundial, a comunidade internacional passou a reconhecer que a proteção dos direitos humanos constitui questão de legítimo interesse e preocupação internacional. Ao constituir tema de legítimo interesse internacional, os direitos humanos transcendem e extrapolam o domínio reservado do Estado ou a competência nacional exclusiva (PIOVESAN, 2013, p. 65).

Um marco importante da época foi a fundação da Organização das Nações Unidas – ONU (1945) e a criação da Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), norma de Direito Internacional criada para ter validade para todos os povos e tempos que traz a presente previsão:

Artigo II - Toda pessoa tem capacidade para gozar os direitos e as liberdades estabelecidos nesta Declaração, sem distinção de qualquer espécie, seja de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra natureza, origem nacional ou social, riqueza, nascimento, ou qualquer outra condição.

Após a criação da ONU começaram a se desenhar internacionalmente várias ações que promoveram um processo de desencadeamento de normas de proteção dos DH, que não nos cabe no momento esgotar, apenas sinalizar algumas fundamentais para a pesquisa e para a consulta dos estudiosos do assunto.

No tocante à proteção dos direitos humanos, a Carta Internacional que começou a ser escrita com a Declaração Universal de 1948 só foi concluída dezoito anos mais tarde, mediante a adoção de dois Pactos Internacionais das Nações Unidas: um sobre Direitos Cívicos e Políticos (com o seu Protocolo Opcional) e o outro sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, ambos datados de 1966. Desse modo, o ordenamento internacional dos direitos humanos é hoje vasto, abrangendo uma multiplicidade de tratados e instrumentos — globais e regionais — com âmbitos de aplicação diferenciados e com a proteção de vários tipos de direitos humanos (TRINDADE, 2008, p. 156).

A busca desse ideal coletivo de desenvolvimento integral e pleno do ser humano passa necessariamente pela efetivação dos direitos e garantias do ser humano de uma forma globalizada e reconhecendo todos os direitos humanos como indivisíveis, Trindade (2003),

A consciência dessa inter-relação contribuiu, de forma decisiva, para que o processo de internacionalização da proteção dos direitos humanos e do meio ambiente evoluísse para a globalização. No que diz respeito à proteção dos direitos humanos, duas décadas após a adoção da Declaração Universal, a primeira Conferência Mundial sobre Direitos Humanos (realizada na cidade de Teerã, em 1968, para reavaliar o assunto) proclamou a indivisibilidade de todos os direitos humanos: civis, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Algumas das ações mundiais merecem ser destacadas no presente trabalho, pois marcam as preocupações do nosso século e por essa razão passo a discorrer sobre elas.

A inter-relação de todos os direitos humanos — civis, políticos, econômicos, sociais e culturais — é agora objeto de amplo reconhecimento segundo a abordagem global ou universal. Mais recentemente, essa abordagem encontrou expressão na Declaração e Programa de Ação de Viena, adotada pela II Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em junho de 1993 (TRINDADE, 2003, p. 161).

No ano 2000, as Nações Unidas num movimento coletivo desenvolveram a Declaração do Milênio, que considerou determinados valores fundamentais para as relações internacionais no século XXI, quais sejam: liberdade, igualdade, solidariedade, tolerância, respeito à natureza e responsabilidade comum. Em setembro de 2015, reuniram-se as autoridades mundiais para revisar e refazer esses objetivos e elaboraram a agenda 2030, acordada pelos 193 países-membros e intitulada, “Transformando nosso mundo” e do qual Brasil é signatário.

A Agenda 2030 aponta 17 objetivos e 169 metas globais, bem como uma seção sobre os meios de implementação e acompanhamento. Dentre os objetivos temos a preocupação com a pobreza, a fome, a segurança alimentar, a agricultura sustentável, a vida saudável, educação inclusiva, equitativa e de qualidade, a igualdade de gênero, a gestão sustentável da água, energia e crescimento econômico sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos, infraestruturas resilientes, industrialização inclusiva e sustentável, inovação, diminuição das desigualdades, cidades e assentamentos sustentáveis e seguros, padrões de produção e consumo sustentáveis, mudança climática e conservação e uso sustentável dos oceanos, mares e recursos marinhos.

Esses objetivos sinalizam os principais problemas mundiais, os quais poderiam ser acrescidos outros tantos, como a dura realidade das migrações, as intolerâncias, principalmente, as religiosas e de origem étnica, que também merecem destaque nas agendas mundiais.

As questões que envolvem Direitos Humanos e o conhecimento sobre os direitos civis, liberdades individuais, direitos econômicos, sociais, culturais e da preservação do meio ambiente, dentre outros não menos importantes, exigem uma compreensão sem as correntes

impostas por ideologias, uma atuação consciente na garantia desses direitos e no cumprimento dos deveres individuais e coletivos. Esse movimento passa por reconhecer de forma crítica que nem tudo que se faz coletivamente está imune a interesses de grupos dominantes.

Quando falo em limites, entendo a liberdade tão almejada não se concretiza porque encontra barreiras nas diferenças sociais, econômicas e culturais, a igualdade tão falada deve ser vista com enorme cuidado, pois somos diferentes e as diferenças devem ser respeitadas, sendo coibidas práticas de empoderamentos de grupos que pretendem ser melhores que outros. A fraternidade encontra barreiras no individualismo, nas fronteiras, nas ideologias que conduzem discursos e práticas para um só caminho entendido como único a ser seguido por todos. A paz não se concretiza pela necessidade de empoderamentos do outro e do meio, pela soberba e pela necessidade de afirmação daqueles que se julgam melhores.

O saber está presente no simples, o equilíbrio está em entender que nunca somos totalmente livres, que nunca somos totalmente iguais, e que a fraternidade se estabelecerá se entendermos isso.

Todo ser humano precisa ser reconhecido em sua singularidade, agir com respeito a si, aos outros e ao meio e ser respeitado e saber estar coletivo, unido nas semelhanças e a disseminação de conhecimentos sobre Direitos Humanos torna visível um novo campo do saber antes ocultado ou utilizado indevidamente. Para Santos (2010, p. 464-466) são imprescindíveis à propagação dos seguintes direitos: conhecimento, o de levar o capitalismo global ao julgamento num tribunal mundial, à concessão de direitos a entidades incapazes de terem deveres, nomeadamente à natureza e as gerações futuras, à autodeterminação democrática.

Quando se refere ao direito ao conhecimento, Santos (2010) sinaliza para conhecimentos outros, numa nova epistemologia do sul, de um sul não imperial, que pressupõe um conhecimento-emancipação contra o conhecimento-regulação, que avança do colonialismo para a solidariedade. Este processo, afirma o autor obriga o desaprender e um novo aprender, quebrando com o ciclo da produção de vítimas e vitimizadores produzido por inúmeros governos e agencias internacionais.

Quanto ao capitalismo global, Santos (2010) co-relaciona com o direito de que o cuidar de si e dos outros é uma condição para a dignidade humana, que diz ter sido suprimida e negada sob a justificativa de um irreversível e incondicional do progresso. Afirma que ao ser levado ao julgamento mundial implicará no reconhecimento da sua quota de responsabilidade na destruição sistêmica do cuidado para com o outro e para com a natureza e na enorme degradação ética.

Ao reconhecer o direito a quem não tem deveres Santos (2010) se refere ao cuidado com o outro mais extremo, seja ele a natureza ou outro de outro tempo, eles não tem deveres, quebrando com a concepção ocidental de Direitos Humanos de que somente sujeitos de deveres podem possuir direitos, premissa equivocada que justificou durante diferentes épocas, atrocidades contra mulheres, crianças, escravos, povos indígenas. Reconhece que a concepção evoluiu, mas de forma tímida que sequer neutralizou ainda os efeitos trágicos dessas exclusões.

O fortalecimento dos direitos humanos passa necessariamente pelo fortalecimento dos povos e sua autonomia e este desenvolvimento somente acontecem quando dotamos os indivíduos de fontes para que possam se desenvolver, nas questões sociais, políticas e culturais, libertos de qualquer opressão e com a preservação e criação de direitos, que também envolvem deveres com a humanidade.

No que concerne à organização e participação na criação de direitos, Santos (2010) entende que a supressão deste direito, tem permitido a dominação capitalista e a não possibilidade das minorias imporem seus direitos de cidadãos livres e iguais, principalmente no campo político. Assim, sobre os conflitos entre a globalização neoliberal e anticapitalista, ressalta ser um campo ainda pouco mapeado, caracterizado por riscos de opressão, sofrimento humano e destruição, num movimento de repressão e manipulação ideológica e para que uma política emancipadora, com novos direitos possa se concretizar, é necessário romper com esse ciclo vicioso, promover de acordo com as circunstâncias, a invenção de novos ricos ou reinventar formas de organização para conseguirem atender os novos desafios, agendas e coligações potenciais.

Esses potenciais criativos que precisam acontecer para a humanidade podem se desenvolver em vários espaços educativos, mas nas Escolas e nas Universidades existe um ambiente propício desde que cercado de condições adequadas.

A humanidade carrega consigo inúmeras falhas, até na utilização indevida dos princípios dos Direitos Humanos, mas esses inúmeros desvios, podem ser corrigidos, se vistos com criticidade e reflexão coletiva, sem servir a interesses que se associam a marginalização do ser humano e na devastação da natureza. Utilizando os ambientes educacionais como lugares de desenvolvimento de novos saberes e práticas sociais. A seguir passo a destacar um estudo sobre os Direitos Humanos no mundo, por entender que nossos desafios locais não estão dissociados dos desafios globais e as experiências de outros Estados e os diálogos já estabelecidos são parte da solução.

### 2.2.2 Direitos humanos como um projeto global

Aquele era o tempo em que as mãos se fechavam  
 E nas noites brilhantes as palavras voavam  
 E eu via que o céu me nascia dos dedos  
 E a Ursa Maior eram ferros acessos  
 Marinheiros perdidos em portos distantes  
 Em bares escondidos em sonhos gigantes  
 E a cidade vazia da cor do asfalto  
 E alguém me pedia que cantasse mais alto  
 Quem me leva os meus fantasmas  
 Quem me salva desta espada  
 Quem me diz onde é a estrada [...]

Aquele era o tempo em que as sombras se abriam  
 Em que homens negavam o que outros erguiam  
 Eu bebia da vida em goles pequenos  
 Tropeçava no riso abraçava venenos  
 De costas voltadas não se vê o futuro  
 Nem o rumo da bala nem a falha no muro  
 E alguém me gritava com voz de profeta  
 Que o caminho se faz entre o alvo e a seta  
 De que serve ter o mapa se o fim está traçado  
 De que serve a terra à vista se o barco está parado  
 De que serve ter a chave se a porta está aberta  
 De que servem as palavras se a casa está deserta

(Quem me leva os meus fantasmas - Pedro Abrunhosa).

Com a letra da música do cantor e compositor português Pedro Abrunhosa, que metaforicamente relata uma dura realidade e a angústia que os seres humanos podem experimentar, convido o leitor a reflexão de que as questões que ferem os Direitos Humanos não ficam restritas aos espaços delimitados pelas fronteiras. As trincheiras que o homem criou não conseguem separar as dores, não isolam ninguém e o meio, e por mais evoluído que se julgue um Estado, os desafios da humanidade são seus, pois faz parte de um todo inseparável.

Mesmo com todas as diferenças históricas, culturais, econômicas, é possível que a humanidade possa caminhar na direção de convergências que signifiquem um caminho necessário para a preservação do ser humano e diminuição das desigualdades.

A vida moderna internacional tem sido profundamente marcada e transformada pelas atuais tentativas de satisfazer as necessidades e cumprir os requisitos para a proteção do ser humano e do meio ambiente. Essas tentativas são encorajadas pelo reconhecimento geral de que a proteção aos seres humanos e ao meio ambiente reflete valores comuns superiores e constitui interesse comum da humanidade (TRINDADE, 2003, p. 157).

Neste sentido, existem iniciativas de grupos e regulamentos internacionais visando à preservação dos direitos humanos, combatendo qualquer forma de desumanização e primando por práticas solidárias, de consensos democráticos e participativos.

Foram criados inúmeros tribunais internacionais, dentre eles, a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão judicial autônomo que tem sede em San Jose na Costa Rica, cujo objetivo é aplicar e interpretar a Convenção Americana de Direitos Humanos e outros Tratados de Direitos Humanos.

Na perspectiva de que cabe a todos auxiliarem no aprimoramento coletivo onde o desenvolvimento do ser humano é um requisito indispensável. Um longo caminho já foi percorrido na diminuição das desigualdades sociais e o acesso ao conhecimento, mas muito ainda há de ser feito, na educação, nas políticas públicas e na construção de uma sociedade preparada para enfrentar e solucionar os problemas da sua época, preservando os direitos das gerações futuras, sem as barreiras do individualismo e do materialismo exacerbado.

A reforma do pensamento contém uma necessidade social chave: formar cidadãos capazes de enfrentar os problemas de seu tempo. Com isso, tornar-se-ia possível frear o debilitamento democrático que suscita, em todos os campos da política, a expressão da autoridade dos expertos, especialistas de toda ordem, que limitam progressivamente a competência dos cidadãos, condenados a aceitação ignorante daqueles que são considerados conhecedores, mas que de fato praticam uma compreensão que rompe com a contextualidade e a globalidade dos problemas. O desenvolvimento de uma democracia cognitiva só se torna possível através de uma reorganização do saber na qual seriam ressuscitadas, de uma nova maneira, as noções trituradas pelo parcelamento disciplinar: o ser humano, a natureza, o cosmos, e a própria realidade (MORIN, 1999, p. 18).

O desenvolvimento do indivíduo e a efetivação dos Direitos Humanos e à Educação constitui-se um enorme desafio para a sociedade e Estados e somente um esforço coletivo que envolve autoridades públicas, universidades, professores e estudantes, que em conjunto com empresas, associações, agências que trabalham com qualidade e organizações internacionais, podem significar um avanço nesta caminhada.

A melhoria das Universidades com a modernização dos sistemas de educação e formação que garantam inovação, criatividade e empreendedorismo pessoal e coletivo é um fator que converge para a diminuição das desigualdades e busca de novos caminhos.

Outro fator importante a ser considerado é o fato da integração mundial num compromisso voluntário e intergovernamental, em ações efetivas, sem obrigatoriedade normalmente necessária para efetivação, pois o assunto tem suscitado o interesse mundial e estabelecido diálogos importantes no fortalecimento do processo e aponta um caminho a ser olhado e pesquisado para a construção de um ensino de dimensão global, com respeito à

diversidade cultural e os diversos saberes na produção de novos conhecimentos firmados na consciência coletiva.

Para Santos (2010, p. 445-447) para o desenvolvimento de uma política de transformação dos Direitos Humanos num projeto cosmopolita insurgente existem algumas premissas que ele assim identifica: superação do debate sobre universalismo e relativismo cultural, transformação cosmopolita dos direitos humanos, consciência de que todas as culturas são incompletas e que nenhuma cultura é monolítica e por fim, que todas as culturas tendem a distribuir pessoas e grupos sociais entre dois princípios hierárquicos e competitivos. Sobre os princípios assim preleciona:

Um – o princípio da igualdade – opera através de hierarquias entre unidades homogêneas (a hierarquia entre estratos sócio-económicos). O outro – o princípio da diferença – opera através da hierarquia entre identidades e diferenças consideradas únicas (a hierarquia entre etnias ou raças, entre sexos, entre religiões, entre orientações sexuais). Os dois princípios não se sobrepõem necessariamente e, por esse motivo, nem todas as igualdades são idênticas e nem todas as diferenças são desiguais. Daí que uma política emancipatória de direitos humanos deva saber distinguir entre a luta pela igualdade e a luta pelo reconhecimento igualitário das diferenças a fim de poder travar ambas as lutas eficazmente (SANTOS, 2010, p. 447).

Para combater o universalismo e o relativismo, Santos (2010, p. 446) afirma que há que se compor diálogos interculturais sobre preocupações semelhantes, consideradas as linguagens distintas e oriundas de universos culturais diferentes e há que se desenvolver critérios que permitam distinguir as políticas progressivas das conservadoras dos direitos humanos, a fim de emancipar ao invés de regular, promovendo uma política de conservação e de desarme. Na mudança da visão cosmopolita afirma que todas as culturas possuem suas concepções de dignidade humana, mas nem todas concebem os direitos humanos nos mesmos termos. O necessário é identificar as preocupações ou aspirações que se assemelham e que possam mutuamente ser facilmente compreendidas.

A integração aponta um caminho que se bem conduzido pelos agentes auxiliariam na concretização de uma sociedade que clama por justiça social, onde exista um sentimento maior de fraternidade, sem as desigualdades que agridem o ser humano e que garantam a sobrevivência de todas as espécies e do cosmos, numa construção de uma educação voltada para o coletivo e construída por esse.

Para Santos (2010, p. 441),

O outro processo de globalização contra-hegemónica consiste na emergência de lutas transnacionais por valores, ou recursos que, pela sua natureza, são tão globais como o próprio planeta e aos quais eu chamo, recorrendo ao direito internacional, o *património comum da humanidade*. Trata-se de valores ou recursos que apenas

fazem sentido enquanto reportados ao globo na sua totalidade: a sustentabilidade da vida humana na Terra, por exemplo, ou os temas ambientais da proteção da camada de ozono, da preservação da Antártida, da biodiversidade ou dos fundos marinhos.

A sensação de incompletude e de que uma única cultura não responde todas as questões movimenta no sentido de uma busca do outro, de conhecer mais, uma disposição para dialogar o que leva a outras respostas que possam suprir muitas das perplexidades e aspirações da humanidade. A mesma premissa pode ser aplicada em nossas relações e no processo educativo. A interdisciplinaridade, por exemplo, que é um processo onde se propõe que várias disciplinas conversem, saiam do isolamento, na busca de lugares de compreensão mais amplos, exige esse movimento de reconhecimento de incompletude de cada disciplina e a necessidade da integração das diversas ciências e saberes. Segundo Tavares (2007), no campo dos direitos humanos, como nos demais campos do saber, é a multiplicidade de temas, de articulações, de conteúdos que possibilita um processo educativo plural e completo.

Porém, o diálogo intercultural ou educativo qualquer que seja o ambiente escolhido não pode ser estabelecido unilateralmente e sim quando cada pessoa ou comunidade estiver pronta e os temas escolhidos forem decididos por mútuo acordo e reconhecidos.

Sempre que uma dada comunidade cultural decide envolver-se num diálogo intercultural não o faz indiscriminadamente, com uma qualquer outra comunidade cultural ou para discutir qualquer tipo de questões. O requisito de que tanto os parceiros como os temas do diálogo não podem ser unilateralmente impostos e devem antes resultar de acordos mútuos é talvez a condição mais exigente da hermenêutica diatópica. O específico processo histórico, cultural e político pelo qual a alteridade de uma dada cultura se torna particularmente significativa para uma outra cultura num dado momento varia imenso, já que resulta de convergências únicas de uma grande multiplicidade de factores (SANTOS, 2010, p. 461).

Assim sendo, ao se estabelecer essas parcerias coletivas, principalmente na promoção dos direitos humanos, é requisito essencial que os envolvidos estejam dispostos, desenvolverem uma consciência das suas incompletudes e reconhecerem suas semelhanças, respeitando suas diferenças, a fim de que possam encontrar espaços possíveis para o estabelecimento de medidas benéficas a humanidade. Embora sejamos todos membros de uma coletividade, o reconhecimento das singularidades de cada nação são importantes para a construção coletiva, por esta razão passo a fazer considerações que entendo importantes sobre os Direitos Humanos no Brasil, sendo o próximo assunto desta obra.

## 2.3 OS DIREITOS HUMANOS NO BRASIL

[...] Quisera um dia cantar com o povo  
Um canto simples de amor e verdade  
Que não falasse em misérias nem guerras  
Nem precisasse clamar liberdade

No cantar de quem é livre  
Hay melodias de paz  
Horizontes de ternura  
Nesta poesia de andar

Quisera ter a alegria dos pássaros  
Na sinfonia do alvorecer  
De cantar para anunciar quando vem chuva  
E avisar que já vai anoitecer  
E ao chegar a primavera com as flores,  
Cantar um hino de paz e beleza  
Longe da prisão dos homens, da fome  
Prá nunca cantar tristeza[...]

(Canto dos livres – Cenair Maicá).

O ser humano é sujeito de direitos e liberdades e essa liberdade tão sonhada foi retratada com enorme propriedade, pelo cantor nativista e instrumentista Cenair Maicá, conhecido por cantar a natureza e os índios. Na música que escolhi existem algumas premissas que me ajudam a pensar as questões de Direitos Humanos, principalmente quando menciona o momento onde livre da prisão dos homens, ninguém precisará clamar por liberdade, num momento de paz, beleza e longe das tristezas. Todas as prisões foram criadas pelos próprios homens e se temos essa capacidade de criar, podemos reinventar outras possibilidades para um melhor viver.

Quando se trata de direitos e de liberdades muitos desses fundamentos já se encontram previstos e assegurados nas Constituições dos Estados, sendo que no Brasil a Constituição Federal (1988) neste sentido proclama em seu preâmbulo:

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos [...] (BRASIL, 2015).

A Carta Magna, que segundo Piovesan (2013, p. 64) ”situa-se como um marco jurídico da transição democrática e de institucionalização dos direitos humanos no Brasil”, traz dentre os seus fundamentos, previstos no art. 1º: a democracia, a soberania, a cidadania e a dignidade

da pessoa humana. Esses apontam que o nosso ordenamento maior prima pela independência, participação de todos e determinam o respeito aos direitos do cidadão e que toda pessoa deve ter as condições para viver com dignidade.

A dignidade da pessoa humana, considerada pela Constituição como um valor essencial assim é definida por Martins (2003, p. 50):

A dignidade é um valor espiritual e moral inerente à pessoa, que se manifesta singularmente na autodeterminação consciente e responsável da própria vida e que traz consigo a pretensão ao respeito por parte das demais pessoas, constituindo-se no mínimo invulnerável que todo estatuto jurídico deve assegurar.

Em pesquisa realizada e publicada em Revista de Educação da UFSM, Pacheco (2014, p. 53) salienta que “respeitar a diferença relaciona-se a não negação da dignidade humana, que se constitui no mais precioso dos valores humanos, pois está acima até mesmo da sobrevivência.” E, ainda, acrescenta:

Ao se referir aos valores humanos, constata-se a necessidade de uma reflexão sobre a constituição de ser humano frente a uma realidade marcada pela essencialidade pela lógica da “descartabilidade” nas relações humanas, pelo consumismo e por uma cultura da velocidade e do individualismo. Neste sentido, a formação de um ser humano cada vez mais individual, impossibilita a ética que necessita do “outro” para acontecer.

A Constituição Federal (1988), ainda, traz no art. 3º os objetivos fundamentais do nosso país, quais sejam: “construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” e todos esses objetivos andam de mãos com os fundamentos dos Direitos Humanos.

Ao se referir à liberdade, Silva (2003, p. 232) afirma que “consiste na possibilidade de coordenação consciente dos meios necessários à realização da felicidade pessoal” e acrescenta que nesta noção temos todos os elementos objetivos e subjetivos necessários a ideia de liberdade, que assim define:

É poder de atuação sem deixar de ser resistência à opressão; não se dirige contra, mas em busca, em perseguição de alguma coisa, que é a felicidade pessoal, que é subjetiva e circunstancial, pondo a liberdade, pelo seu fim, em harmonia com a consciência de cada um, com o interesse do agente. Tudo que impedir aquela possibilidade de coordenação dos meios é contrário à liberdade. [...] Assim, por exemplo, deixar o povo na ignorância, na falta de escola, é negar-lhe a possibilidade de coordenação consciente daqueles meios; oprimir o homem, o povo, é retirar-lhe aquela possibilidade. [...] Na medida em que se desenvolve o conhecimento, se fornecem informações ao povo, mais se amplia a sua liberdade com abrir maiores possibilidades de coordenação de meios necessários à expansão da personalidade de cada um (SILVA, 2003, p. 232).

Um dos maiores óbices para o exercício da liberdade é a deficiência intelectual, por isso o papel da educação ser fundamental no desenvolvimento do ser humano. Atravessar as barreiras em busca do conhecimento torna-se um requisito essencial para uma maior liberdade e propicia quebrar com hegemonias dominantes que nos tem levado a insucessos e atrofias nos modos de pensar em agir.

O conhecimento político, jurídico, biológico e econômico, dentre outros tão importantes quanto, e uma visão coletiva de mundo, ainda, a legitimação das pessoas na construção de novos saberes são caminhos que podem apontar para um viver melhor onde a humanidade saia da imobilidade e do conformismo que aniquila. O mundo ainda possui várias situações de injustiças que exige outras posturas de enfrentamento e a busca de superação, seja por parte de todos os envolvidos e também por aqueles que de seus lugares de atuação podem fazer a diferença. Tratar de todos esses aspectos é tratar de Direitos Humanos.

O respeito aos Direitos Humanos é também uma das premissas adotadas em nossa Constituição Federal quando se trata de nossas relações internacionais, onde somos regidos pelos princípios consagrados no art. 4º, dentre os quais o da prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, igualdade dos Estados, defesa da paz, repúdio ao terrorismo e racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade. Esses princípios têm norteado nosso ordenamento jurídico e também as assinaturas em tratados internacionais.

O artigo 5º, “caput” da nossa Carta Magna consagra um dos principais direitos do ser humano, qual seja o direito a igualdade, assim dispondo: “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Essa igualdade é assim descrita por Lenza (2009, p.679):

Deve-se, contudo, buscar não somente esse aparente igualdade formal (consagrada no *liberalismo clássico*), mas, principalmente, a **igualdade material**, na medida em que a lei devera tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades. Isso porque, no *Estado Social* ativo, efetivador dos direitos humanos, imagina-se uma igualdade mais recai perante os bens da vida, diversa daquela apenas formalizada perante a lei. Essa busca por uma **igualdade substancial**, muitas vezes idealista, reconheça-se, economiza-se na sempre lembrada, com emoção. *Oração aos moços*, de Rui Barbosa. Inspirado na lição secular de Aristóteles, devendo-se *tratar de igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades* (grifos do autor).

Justificam-se, assim, as ações estatais diferenciadas que objetivam a igualdade de condições sociais, não somente por meio das leis, mas também por programas e políticas públicas, desde que sejam bem geridas e aplicadas aos que realmente tenham direito. Essas liberdades das autoridades estatais ficam limitadas quando criam diferenciações abusivas, arbitrárias ou ilícitas, ferindo os princípios constitucionais.

No pensamento de Canotilho (2010, p. 350) existe entre o princípio da igualdade e o princípio da democracia econômica e global uma conexão bastante estreita, e que não se pode interpretar o princípio da igualdade estaticamente e indiferente à eliminação das desigualdades, existindo uma necessidade de igualdade de oportunidades, caracterizando o dever de compensação positiva.

Para Santos (2010, p. 316) quando se refere à reinvenção do Estado e as desigualdades:

Essa reinvenção tem um forte sinal anti-capitalista e dificilmente poderá ser levada a cabo através dos mecanismos de democracia representativa. Convoca-nos pelo contrário, a novas práticas democráticas. Por um lado, implica uma luta que extravasa do marco nacional em que vigora a democracia representativa. De facto está votada ao fracasso a luta que não tiver presente que o Estado nacional está a ser ele próprio, transnacionalizado. Daí a importância da globalização contra-hegemónica geradora do novo cosmopolitismo subalterno e insurgente. Dado o espaço-tempo global em que se vaza, este novo cosmopolitismo tem de articular diferentes formas democráticas, as quais terão elas próprias de ser multiculturais se quiserem ser o instrumento propiciador de uma nova articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade segundo o imperativo que enuncie: temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o direito a ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza.

A proteção desses direitos e deveres individuais e coletivos no Brasil não se restringem as normas constitucionais e sim podem ser assegurados por direitos previstos em normas internacionais deste que ratificadas, portanto, a previsão e reconhecimento dessa construção coletiva no aprimoramento de nossas relações e legislações já encontra amparo.

os direitos e deveres individuais e coletivos não se restringem ao art. 5º da CF/88, podendo ser encontrados ao longo do texto constitucional, expressos ou decorrentes do regime e dos princípios adotados pela Constituição, ou, ainda, decorrentes dos tratados e convenções internacionais de que o Brasil seja parte (LENZA, 2009).

Para Piovesan (2013) “infere-se desses dispositivos quão acentuada é a preocupação da Constituição em assegurar os valores da dignidade e do bem-estar da pessoa humana, como imperativo de justiça social”.

Sob a influência das legislações supranacionais o Brasil tem traçado seus caminhos e se unido a causas de desenvolvimento e promoção dos Direitos Humanos, bem como, passa a regular sobre essas questões envolvendo significativamente os espaços educacionais nesta missão. No próximo capítulo passo a focar os estudos na Educação e a discorrer sobre as legislações e reflexões sobre o papel da educação neste contexto.

### 3 EDUCAÇÃO

#### 3.1 EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS: LEGISLAÇÃO, FUNDAMENTOS E CONCEITOS

No início deste capítulo me detenho nas legislações que permeiam a Educação e a Educação em Direitos Humanos, um momento necessário, pois somos sujeitos de direito e o reconhecimento desses direitos é uma ferramenta importante para sua garantia e para a construção de outros direitos que possibilitem andarmos por esse mundo com mais autonomia e cidadania. A fundamentação e os conceitos atravessam essas escritas colaborando com o entendimento. Ademais, o presente capítulo visa atender um dos objetivos do presente estudo que é descrever as principais legislações que norteiam e determinam o EDH que vem se consolidando no nosso país, principalmente nos últimos vinte anos.

Com efeito, é de reconhecimento universal que pelo ensino e educação o desenvolvimento coletivo pode se concretizar, a Assembleia Geral das Nações Unidas (1948) proclama:

A presente Declaração Universal dos Direitos Humanos como o ideal comum a ser atingido por todos os povos e todas as nações, com o objetivo de que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforcem, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades [...].

Conforme Muntarbhorn (2008) o compromisso da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com o fomento da educação para os direitos humanos data de 1948, porém o envolvimento efetivo da agência começou em 1974, quando foi adotada a Recomendação sobre a Educação para a Compreensão, a Cooperação e a Paz Internacionais, e a Educação relativa aos Direitos Humanos e às Liberdades Fundamentais.

O documento sugere a inserção da problemática dos direitos humanos nos currículos dos diversos níveis de ensino e o fomento da ação para assegurar o exercício e a observância dos direitos humanos, inclusive os direitos dos refugiados, a erradicação do racismo e a luta contra as várias formas de discriminação (MUNTARBHORN, 2008, p. 345).

Outro momento marco importante foi o Congresso Internacional sobre o Ensino dos Direitos Humanos (VIENA, 1978) que destacou a indivisibilidade dos direitos humanos (civis, políticos, econômicos, sociais e culturais) e propôs as seguintes metas para a educação

nesta temática: estimular as atitudes de tolerância, respeito e solidariedade inerentes aos direitos humanos; prover, nos planos nacional e internacional, o conhecimento dos direitos humanos e das instituições criadas para a sua implementação; aumentar a consciência dos indivíduos acerca das fórmulas e dos métodos pelos quais os direitos humanos podem converter-se em realidade social e política nos cenários interno e externo.

No Brasil, conforme preceitua o artigo 205 da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) todo homem tem direito à educação e a desenvolver-se intelectualmente, sendo preparado para o exercício da cidadania cabendo à família e ao Estado garantirem e efetivarem estes direitos, com a promoção e incentivo da Sociedade.

Para reforçar este dispositivo constitucional, dentre os princípios e fins da Educação Nacional, previstos na Lei de Diretrizes Básicas da Educação (1996), doravante LDB:

Art. 2º: A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania [...].

Assim a educação está intimamente relacionada com a evolução da consciência de Direitos Humanos, o artigo 3º da LDB reafirma esses princípios quando prevê que o ensino deverá ser ministrado:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

A preparação para o exercício da cidadania é um direito assegurado ao discente desde as séries iniciais de acordo com o artigo 22 da LDB, abaixo transcrito:

A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Reconhecendo a necessidade de que a preparação comece desde os primeiros anos escolares, o mesmo diploma legal traz a determinação da preparação do educando para os valores fundamentais da sociedade, assim dispendo:

**Art. 27º.** Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes:

- I** - a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

Os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN propõem a inserção da temática dos direitos humanos, nos eixos de temas transversais referentes à ética e pluralidade cultural. Considerando esses fatos, experiências pedagógicas brasileiras e internacionais de trabalho com direitos humanos, educação ambiental, orientação sexual e saúde têm apontado a necessidade de que tais questões sejam trabalhadas de forma contínua, sistemática, abrangente e integradas e não como áreas ou disciplinas.

Considerando a influência das legislações internacionais de EDH na legislação nacional, no presente estudo é imprescindível que se faça menção aos Programas Mundiais de Educação em Direitos Humanos - PMEDH, que foram constituídos em três fases (2005-2009), (2010-2014) e o último (2015-2019) que traz o seguinte entendimento sobre EDH:

A educação em direitos humanos tem como objetivo desenvolver o entendimento de que somos todos responsáveis por tornar os direitos humanos uma realidade em cada comunidade e em toda a sociedade de modo geral. Nesse sentido, ela contribui, no longo prazo, para a prevenção de abusos aos direitos humanos e de conflitos violentos, para a promoção da igualdade e do desenvolvimento sustentável, e para o aprimoramento da participação em processos de tomada de decisões em um sistema democrático.

No Brasil salientam-se os Programas Nacionais de Direitos Humanos e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006), doravante PNEDH, que dispõe:

O PNEDH é fruto do compromisso do Estado com a concretização dos direitos humanos e de uma construção histórica da sociedade civil organizada. Ao mesmo tempo em que aprofunda questões do Programa Nacional de Direitos Humanos, o PNEDH incorpora aspectos dos principais documentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário, agregando demandas antigas e contemporâneas de nossa sociedade pela efetivação da democracia, do desenvolvimento, da justiça social e pela construção de uma cultura de paz.

Neste percurso foi criada a Resolução nº 1, de 2012 do Conselho Nacional de Educação, doravante CNE, que estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, doravante DNEDH, considerando a DUDH/1948, a Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos, a CF/88, a LDB/96, o PMEDH (2005/2014), o PNDH/2009, PNEDH/2006 e as diretrizes nacionais emanadas pelo Conselho Nacional de Educação, bem como outros documentos nacionais e internacionais que visem assegurar o direito à educação a todos, que dispõe:

Art. 2º A Educação em Direitos Humanos, um dos eixos fundamentais do direito à educação, refere-se ao uso de concepções e práticas educativas fundadas nos Direitos Humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.

A mesma Resolução traz o conceito de DH e dispõe sobre a responsabilidade dos sistemas de ensino e suas instituições promoverem a sua efetivação na Educação, nos parágrafos primeiro e segundo, ambos do artigo 2º, abaixo transcritos:

§ 1º Os Direitos Humanos, internacionalmente reconhecidos como um conjunto de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, transindividuais ou difusos, referem-se à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana (grifo nosso).

§ 2º Aos sistemas de ensino e suas instituições cabe a efetivação da Educação em Direitos Humanos, implicando a adoção sistemática dessas diretrizes por todos(as) os(as) envolvidos(as) nos processos educacionais.

Essa legislação traz no art. 3º a finalidade e os princípios que devem fundamentar as práticas, quais sejam: a dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades, laicidade do Estado, democracia na educação, transversalidade, vivência e globalidade e sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2012).

Existe, portanto, a obrigatoriedade da inserção da educação em Direitos Humanos em todos os níveis e modalidades de ensino, assim prevendo a norma que estabelece as Diretrizes dessa educação:

Art. 6º A Educação em Direitos Humanos, de modo transversal, deverá ser considerada na construção dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP); dos Regimentos Escolares; dos Planos de Desenvolvimento Institucionais (PDI); dos Programas Pedagógicos de Curso (PPC) das Instituições de Educação Superior; dos materiais didáticos e pedagógicos; do modelo de ensino, pesquisa e extensão; de gestão, bem como dos diferentes processos de avaliação (BRASIL, 2012).

Com efeito, a inserção desta temática e da importância de desenvolver este processo educativo sistemático e multidimensional, orientador da formação integral dos sujeitos de direitos, articula-se pelas dimensões previstas na lei, que são as seguintes: apreensão de conhecimentos historicamente construídos sobre DH e a sua relação com os contextos internacional, nacional e local; afirmação de valores, atitudes e práticas sociais que expressem a cultura dos DH em todos os espaços da sociedade; formação de uma consciência cidadã capaz de se fazer presente em níveis cognitivo, social, cultural e político; desenvolvimento de processos metodológicos participativos e de construção coletiva, utilizando linguagens e materiais didáticos contextualizados; fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos DH, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos (BRASIL, 2012).

A norma que estipula estes deveres direciona os sistemas de ensino e suas instituições a planejarem e desenvolverem ações adequadas às necessidades, as características

biopsicossociais e culturais dos diferentes sujeitos e contexto, bem como inserir nos currículos de forma transversal e interdisciplinarmente ou conteúdo específico de uma das disciplinas, ou ainda combinar os dois.

A Educação em DH também deve orientar a formação inicial e continuada de todos os profissionais da educação das diferentes áreas do conhecimento de acordo com a Resolução e o fomento e divulgação dos estudos e experiências bem sucedidas e produção de materiais e ações de extensão com os segmentos sociais também fazem parte das ações das instituições.

Com isso, as práticas relacionadas aos Direitos Humanos não são uma opção das instituições de ensino, mas uma determinação, implicando a necessidade de se pensar e agir para fomentar o desenvolvimento amplo do professor e do estudante e a consciência de que se aplicada com uma construção coletiva certamente trará resultados muito positivos para a sociedade, pois objetiva a formação completa do educando.

A finalidade maior da EDH, portanto, é a de atuar na formação da pessoa em todas as suas dimensões a fim de contribuir ao desenvolvimento de sua condição de cidadão e cidadã, ativos na luta por seus direitos, no cumprimento de seus deveres e na fomentação de sua humanidade. Dessa forma, uma pessoa que goza de uma educação neste âmbito, é capaz de atuar frente às injustiças e desigualdades, reconhecendo-se como sujeito autônomo e, ademais, reconhecendo o outro com iguais direitos, dentro dos preceitos de diversidade e tolerância, valorizando assim a convivência harmoniosa, o respeito mútuo e a solidariedade (TAVARES, 2007, p. 488).

A formação integral do ser humano é reconhecida pela Duh (1948): “A instrução será orientada no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais”.

Necessária, portanto, a compreensão de que não importa a condição que uma pessoa possa se encontrar, nem mesmo o país de nascimento, ela está inserida num contexto maior onde todos fazem parte e certamente sofrerá as consequências de qualquer situação que possa ferir o seu semelhante e o meio ambiente, havendo premência de estudos e de ações concretas na Educação para o fortalecimento de práticas que assegurem o conhecimento e o desenvolvimento de medidas protetivas desses direitos.

A educação em Direitos Humanos é essencialmente a formação de uma cultura de respeito a dignidade humana através da promoção e da vivência de atitudes, hábitos, comportamentos e valores como igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz. Por isso, mudar a maneira de pensar – perceber ligações, interações, implicações mútuas, as realidades solidárias e conflituosas – é um problema crucial do nosso tempo (GORCZEWSKI; TAUCHEN, 2008, p. 71).

Michel Maffesoli (2010, p. 21) salienta a importância da evolução do conhecimento, onde devemos provocar a Sociedade a pensar e a repensar suas práticas num exercício constante de construção e reconstrução, salientando que nos momentos em que a sociedade não tem mais consciência daquilo que a mantém unida, dos valores que garantam a solidez social, é imprescindível que nestes momentos busque os fundamentos e esta reestruturação passa necessariamente por buscar o conhecimento.

Quando escreve e reflete sobre a docência, o que ensinar, o que aprender e em que tempo, Arroyo (2011, p. 208-210), salienta que o tempo escolar nasce inseparável da formação de uma nova cultura, não apenas voltada para os processos produtivos, mas também para a construção, formação e desenvolvimento do ser humano e ainda destaca em sua obra:

O domínio do conhecimento, socialmente produzido e acumulado passou a ser visto não como uma mera exigência do mercado, mas como um direito de todo cidadão. Na consciência dessa dimensão democratizante do ensino, da apreensão do conhecimento, avançamos bastante desde a década de 1980. Inúmeros professores encontram o significado social e político de sua docência nessa função democratizante da socialização do conhecimento.

No entendimento de Souza (2014, p. 48),

Compreendo a educação como um processo de autotransformação do sujeito que envolve e provoca aprendizagem em diferentes domínios da existência, evidencia-se o processo que acontece em cada sujeito, traduzindo-se na dinâmica que estrutura ou é estruturada por cada um no seu modo de ser, estar, sentir, refletir e agir. Sendo assim, a educação e, por consequência, a formação não se esbarram na transmissão e aquisição de saberes, na transferência de competências técnicas e profissionais e tampouco na assertiva das potencialidades individuais. Filio-me à perspectiva epistemológica da formação experiencial, por entender que a noção de processo de formação que essa perspectiva implica possibilita o centramento no sujeito e na globalidade da vida, entendida como interação da existência com as diversas esferas da convivência como perspectiva educativa e formativa.

Como se verifica o campo para a pesquisa na área é extremamente vasto e necessário e neste caminho, optei por investigar a Educação em Direitos Humanos no Ensino Superior, mais precisamente em Curso de Formação de Professores, pois entendo que para que a lei tenha a sua eficácia é preciso que os professores sejam preparados para que possam multiplicar os conhecimentos, experiências, olhar com criticidade e autonomia para as legislações e práticas, explorar a legislação em favor do seu crescimento, dos estudantes e das instituições de ensino, criar caminhos possíveis, exercendo um papel ativo na elaboração dos novos direitos. No próximo item deste estudo, ingresso no Ensino Superior refletindo sobre a sua finalidade e aprofundando as questões referentes à temática.

### 3.2 ENSINO SUPERIOR: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

No ensino brasileiro a Educação Superior objetiva propiciar o desenvolvimento humano, científico e tecnológico e de acordo com o art. 207, da nossa Carta Magna (1988) “tem como princípio a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Com esses objetivos assegurados constitucionalmente temos a proteção legal, o que nem sempre é a garantia de estejam acontecendo de fato, por essa razão as pesquisas das mais diversas áreas do conhecimento aplicadas junto às instituições de ensino tem um papel fundamental, porque trazem parte desta realidade para ser refletida com vistas à melhoria das práticas.

No artigo 43, da LDB (1996) constam as finalidades do Ensino Superior, dentre elas: formar profissionais aptos à participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, promover a divulgação dos conhecimentos que constituem o patrimônio da humanidade e comunicar o saber, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados a comunidade, promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição, destaco propositalmente estas questões, pois guardam estreita ligação com o objeto desta pesquisa.

Dentro dessas premissas para o Ensino Superior a CF (1988) ainda assegura: a liberdade e aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, como princípio basilar de ensino (art. 206, II). Sobre a autonomia das Universidades, assim afirma Silva (2003, p. 814):

Autonomia que não é apenas a independência da instituição universitária, mas a do próprio saber humano, pois as universidades não serão o que devem ser se não souberem que a supremacia do saber, graças a essa independência, é levar a um novo saber. E para isto precisam viver em uma atmosfera de autonomia e estímulos vigorosos de experimentação, ensaio e renovação. Não é simples acidente que as universidades se constituem em comunidades de mestres e discípulos, casando a experiência de uns com o ardor e a mocidade de outros. Elas não são, com efeito, apenas instituições de ensino e pesquisas, mas sociedades devotadas ao **livre, desinteressado e deliberativo cultivo da inteligência e do espírito e fundadas na esperança do progresso humano pelo progresso da razão** (grifo nosso).

As Universidades imbuídas desses fins assumem uma responsabilidade única perante a sociedade e seu desenvolvimento, assim vislumbrada no entendimento de Morin (1999, p. 09):

A universidade conserva, memoriza, integra e ritualiza uma herança cultural de saberes, idéias e valores, que acaba por ter um efeito regenerador, porque a Universidade se incumbem de reexaminá-la, atualiza-la e transmiti-la. A Universidade gera saberes, idéias e valores que posteriormente, farão parte dessa mesma herança.

Por isso, a Universidade é conservadora, regeneradora e geradora. Desse modo, a Universidade tem uma missão e uma função transecular que vai do passado ao futuro por intermédio do presente; tem uma missão transnacional que conserva, apesar do fechamento nacionalista das nações modernas. A Universidade dispõe de uma autonomia que a permite efetuar essa missão.

Esse desenvolvimento, entretanto, exige uma série de responsabilidades, dentre as quais, coibir as pressões externas que servem a outros interesses como o econômico e o político, principalmente aquelas que desvalorizam a cultura humanista tão necessária e fragmentam o saber de uma forma em que poucos são privilegiados.

Na vida e na história, a sobreadaptação a condições dadas nunca representou um signo de vitalidade, mas um prenúncio de senilidade e morte, pela perda da substância inventiva e criativa. Mais radicalmente, os próprios desenvolvimentos de nosso século e de nossa era planetária fazem com que nos defrontemos cada vez mais amiúde e, de modo inelutável, com os desafios da complexidade. Nossa formação escolar e, mais ainda, a universitária nos ensina a separar os objetos de seu contexto, as disciplinas umas das outras não para relacioná-las. Essa separação e fragmentação das disciplinas é incapaz de captar “o que está tecido em conjunto”, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo (MORIN, 1999, p. 11).

O PNEDH/2006 destaca o papel das instituições de ES na disseminação da EDH, assim prevendo:

A conquista do Estado Democrático delineou, para as Instituições de Ensino Superior (IES), a urgência em participar da construção de uma cultura de promoção, proteção, defesa e reparação dos direitos humanos, por meio de ações interdisciplinares, com formas diferentes de relacionar as múltiplas áreas do conhecimento humano com seus saberes e práticas. Nesse contexto, inúmeras iniciativas foram realizadas no Brasil, introduzindo a temática dos direitos humanos nas atividades do ensino de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão, além de iniciativas de caráter cultural. Tal dimensão torna-se ainda mais necessária se considerarmos o atual contexto de desigualdade e exclusão social, mudanças ambientais e agravamento da violência, que coloca em risco permanente a vigência dos direitos humanos. As instituições de ensino superior precisam responder a esse cenário, contribuindo não só com a sua capacidade crítica, mas também com uma postura democratizante e emancipadora que sirva de parâmetro para toda a sociedade.

O Plano Nacional da Educação – PNE aprovado em 2014 tem dentre as suas diretrizes, previstas no art. 2º:

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;  
 V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;  
 VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;  
 X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (grifo nosso).

Como se verifica no PNE, vários são os desafios impostos às universidades brasileiras, que são iguais aos desafios globais, quais sejam: diminuição das desigualdades, erradicar as discriminações, promoção de valores éticos e formação da cidadania, promoção de desenvolvimento humano, cultural, científico e tecnológico com respeito aos direitos humanos, a diversidade e ao meio ambiente. Por esta razão, o ensino local nunca está dissociado do global e a parte nunca está dissociada do todo. A contextualização e a globalização são qualidades fundamentais do espírito humano e do ensino e contribuem significativamente para o seu desenvolvimento.

O conhecimento pertinente é aquele que é capaz de situar toda a informação em seu contexto e, se possível, no conjunto global no qual se insere. Pode-se dizer ainda que o conhecimento progride principalmente, não por sofisticação, formalização e abstração, mas pela capacidade de conceitualizar e globalizar. O conhecimento deve mobilizar não apenas uma cultura diversificada, mas também a atitude geral do espírito humano para propor e resolver problemas. Quanto mais potente for essa atitude geral, maior será sua aptidão para tratar problemas específicos. Daí decorre a necessidade de uma cultura geral e diversificada que fosse capaz de estimular o emprego total da inteligência geral, ou melhor dizendo, do espírito vivo (MORIN, 1999, p. 13).

No PNE (2014) constam as metas a serem atingidas pela Educação nos próximos dez anos, temos algumas diretamente relacionadas ao Ensino Superior e a temática de estudo. A meta 12 (doze) tem como objetivo elevar as taxas de matrícula da Educação Superior, asseguradas a qualidade da oferta e expansão de pelo menos 40% (quarenta por cento) das novas matrículas no segmento público. Para tanto propõe as seguintes estratégias:

A ampliação das políticas de inclusão e de assistência estudantil dirigidas aos (às) estudantes de instituições públicas, bolsistas de instituições privadas de educação superior e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, de modo a reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de forma a apoiar seu sucesso acadêmico, ampliar a participação proporcional de grupos historicamente desfavorecidos na educação superior, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei e também expandir atendimento específico a populações do campo e comunidades indígenas e quilombolas, em relação a acesso, permanência, conclusão e formação de profissionais para atuação nessas populações (BRASIL, 2014).

São medidas que visam contribuir para o ensino de qualidade e igualitário e onde os educandos possam se desenvolver como indivíduos e onde se espera que efetivamente sejam todos respeitados, as diferenças sejam somadas e não vistas como barreiras. Ocorre que nem sempre as normas são eficazes, porque são inúmeros os fatores que podem contribuir para o sucesso dessas propostas e justamente nesta linha de pensamento que vou desenvolvendo esse

estudo para que junto com o leitor possamos refletir sobre a questão de pesquisa, que apontam para os desafios e possibilidades da Educação Superior.

O próprio acesso ao conhecimento científico é um privilégio de poucos mesmo com sua importância reconhecida no desenvolvimento de um melhor viver coletivo. Santos (2010, p. 137) assim preconiza:

O conhecimento científico é hoje a forma oficialmente privilegiada de conhecimento e a sua importância para a vida das sociedades contemporâneas não oferece contestação. Na medida das suas possibilidades, todos os países se dedicam a promoção da ciência, esperando benefícios do investimento nela. Pode dizer-se que, desde sempre, as formas privilegiadas de conhecimento, quaisquer que elas tenham sido, num dado momento histórico e numa dada sociedade, foram objecto de debate sobre a sua natureza, as suas potencialidades, os seus limites e o seu contributo para o bem-estar da sociedade. De uma forma ou de outra, a razão última do debate tem sido sempre o facto de as formas privilegiadas do conhecimento conferirem privilégios extra-cognitivos (sociais, políticos, culturais) a quem as detém.

Mesmo cercados de várias legislações que amparam o Direito à Educação, a EDH e garantias destes direitos-deveres não podemos emprestar as normas total adoração, como se fossem resolver todos os problemas da humanidade, como já salientei em outros momentos a força coercitiva das normas não desenvolve consciências ou possibilita a compreensão de fatores que possam contribuir com a evolução da humanidade. Aliás, a humanidade tem mostrado que quanto mais evoluídos estamos, menos precisamos do Direito e das necessidades de coerções externas de qualquer espécie e a Educação tem um papel fundamental neste processo de independência. Assim ensina Freire (2011a, p. 44) “educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação”.

Considerando que a ES possui um campo vasto de oportunidades, mas ainda enfrenta muitos desafios, passo a seguir a descrever o ambiente e as experiências dos professores e estudantes entrevistados na presente pesquisa, bem como, o relato das observações mais significativas, vividas no interior da universidade.

### 3.3 EXPERIÊNCIAS DE PROFESSORES E ESTUDANTES EM CURSO SUPERIOR NA UFSM

#### 3.3.1 O ambiente pesquisado

O Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional, doravante PEG, na modalidade presencial, é uma proposta articulada entre

Centros de Ensino da UFSM, da qual fazem parte: Centro de Educação - CE; Centro de Ciências Rurais - CCR, Colégio Técnico Industrial - CTISM e Colégio Politécnico e essa parceria objetiva atuar na ação formativa dos professores e atender as necessidades de formar profissionais, principalmente, para atuarem na Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Foi criado em 2009 e funciona do Centro de Educação do Campus da Universidade Federal de Santa Maria. É um curso de licenciatura de graduação plena, que funciona em turno integral, nas sextas-feiras (tarde e noite) e no sábado (manhã e tarde). Oferecendo 150 vagas por semestre para portadores de diploma de curso superior (bacharelado ou tecnológico) nas mais diversas áreas do conhecimento. O curso dura três semestres, num total de 855 horas e possui 17 disciplinas obrigatórias.

O programa surgiu com a finalidade de atender as demandas educacionais de profissionais da área, tem como objetivo geral formar professores em nível superior para atuar no ensino, pesquisa, extensão na modalidade de Educação Profissional, capacitados para docência no ensino técnico de nível médio e de acordo com o Projeto Pedagógico de Curso, doravante PPC, tem dentre as justificativas o seguinte:

As iniciativas, em âmbito nacional, têm sido insuficientes e não dão conta da demanda e da complexidade que esse tipo de formação requer. Tal complexidade se refere ao perfil do docente egresso dessa modalidade de educação que exige uma diversidade de habilidades e competências que vão desde os desafios relativos às mudanças organizacionais que afetam as relações profissionais até a exigência de maior atenção às questões socioambientais, requerendo desse profissional, saberes e conhecimentos imprescindíveis à reflexão, à análise e às intervenções propositivas tanto na atividade de trabalho quanto no contexto social (UFSM, 2015).

Dentre os objetivos específicos do curso previstos no PPC, é importante frisar, aqueles que vão ao encontro do presente estudo, quais sejam: oportunizar o trabalho científico com diferentes teorias educacionais e pedagógicas visando compreender a realidade social; desenvolver o conhecimento acerca do trabalho docente em sua relação com o mundo do trabalho; oportunizar espaços de ensino e aprendizagem ao aluno, respeitando a diversidade de idade, sexo, gênero, cultura e crenças; formar um profissional capaz de atuar na modalidade da Educação Profissional, na procura por soluções e alternativas para problemas educacionais como: evasão, repetência, analfabetismo, violência, entre outros.

Meu primeiro contato com o PEG foi com a técnica de serviços educacionais, responsável pela secretária do curso, foi um retorno ao lugar onde estudei e vivi a experiência de ser aluna. A pesquisa foi recebida com receptividade e a secretária muito organizada e inteirada nos assuntos que envolvem as dinâmicas e os objetivos do curso, passou a dar ideias

do quanto ela podia colaborar, solicitando que trouxesse os resultados para a melhoria das práticas.

No mesmo dia conversei com a coordenadora do PEG sobre o curso, estudantes, professores e PPC, a pesquisa foi acolhida com satisfação e me foi disponibilizado espaços para o desenvolvimento dos estudos, bem como o contato dos professores e estudantes. Esse momento, também foi de conhecer alguns desafios enfrentados, algumas dinâmicas importantes que utilizam para que o curso atenda as suas finalidades e combinar os detalhes do processo de coleta de dados.

Após esse encontro, confirmei que as inquietações e a necessidade de estudar a respeito da temática faziam sentido não só para mim, mas para outras pessoas. A pesquisa começou a se delinear como uma força viva, uma contribuição mesmo que pequena no universo daqueles, que andam de mãos com a Educação. Talvez daqui algum tempo, minha dissertação empoeirada engrosse as prateleiras da biblioteca da Universidade, mas neste momento saberei que não foi mais lida, porque as práticas e normas ali discutidas já se encontram superadas, porque encontram seu caminho dentre aqueles que têm uma missão individual e coletiva para consigo mesmo e para com o seu semelhante.

### **3.3.2 O projeto pedagógico de curso**

O Projeto Pedagógico do Curso foi atualizado no ano de 2015, portanto, em data posterior à edição das normas que dispõem sobre a EDH. Inclusive em data posterior a vigência da Resolução no. 02 de 2015 que prevê as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e regula dentre outros, os cursos de formação pedagógica para graduados, que é o caso do PEG. Mesmo com prazo ínfimo, foi possível adaptar o PPC as novas exigências legais.

Na apresentação do PPC (2015) consta que a rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica vivência, nos últimos anos, a maior expansão de sua história, demandando a necessidade de desenvolver um quadro docente capacitado para atuar na Educação Profissional e Tecnológica, principalmente, em cursos profissionais técnicos de nível médio da Educação Básica, formação inicial e continuada de trabalhadores e o curso vem atender a demanda mencionada.

De acordo com o PPC (2015) o PEG possui as seguintes disciplinas: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Metodologia do Ensino para a Educação Profissional e Tecnológica, Políticas Públicas e Educação Profissional, Trabalho e Educação, Estágio

Supervisionado I, Organização Curricular para a Educação Profissional e Tecnológica, Metodologia do Ensino Mediada por Tecnologias da Informação e Comunicação, Teorias da Educação, Gestão de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica, Pesquisa em Educação Profissional e Tecnológica, Estágio Supervisionado II, Relações Humanas no Trabalho, LIBRAS, Educação Inclusiva, Práticas de Investigação no Ensino como Princípio Educativo, Estágio Supervisionado III e Seminário Temático (UFSM, 2015).

Após verificar os conteúdos previstos para cada disciplina foi possível identificar que algumas disciplinas que tem uma relação direta com a temática de DH, quais sejam: Políticas Públicas e Educação Profissional, Educação Inclusiva e Seminário Temático, e outras têm conteúdos relacionados, quais sejam: Psicologia do Desenvolvimento e da Aprendizagem, Trabalho e Educação, Teorias da Educação e Relações Humanas no Trabalho.

Além dos conteúdos previstos e indicação bibliográfica das disciplinas apontarem caminhos para o EDH, ainda foi possível identificar no PPC na descrição do papel dos docentes à responsabilidade destes na construção de uma sociedade que valoriza a formação humana e deve primar pela justiça social e pela dignidade, princípios intimamente ligados aos DH, assim constando no documento:

Para que os objetivos propostos pelo Curso sejam alcançados é necessário um professor que esteja consciente da sua responsabilidade na construção de uma sociedade mais justa, mais digna e capaz se propiciar aos cidadãos as condições necessárias para que todos possam ampliar a formação humana (UFSM, 2015).

No perfil desejado do formando além de todas as habilidades técnicas, científicas, participação ativa na solução dos problemas educacionais, ainda consta o desejo de que o profissional tenha capacidade de atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa e igualitária, e seja mediador e promotor de relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade.

Neste sentido, a formação de educadores que estejam aptos a trabalhar a EDH, é o primeiro passo para sua implementação. Ela deve passar pelo aprendizado dos conteúdos específicos de direitos humanos, mas deve especialmente estar relacionada à coerência das ações e atitudes tomadas no dia-a-dia. Sem esta coerência, o discurso fica desarticulado da prática e deslegitima o elemento central da EDH: a ética (TAVARES, 2007, p. 487).

Assim, após análise do PPC foi possível verificar que no documento apresentado foram atendidos os requisitos legais, havendo a previsão do estudo das temáticas relacionadas aos DH na formação dos futuros professores. A seguir, passo a descrever as práticas do curso e as percepções dos professores e estudantes que foram entrevistados na presente pesquisa. •.

### 3.3.3 Os professores

O curso possui 20 (vinte) professores, cujos nomes e endereços eletrônicos me foram fornecidos para contato. Quanto aos professores optei por realizar a coleta por meio de entrevista pessoal, onde, num primeiro momento, os entrevistados responderam as perguntas previamente selecionadas relacionadas à temática, sendo uma aberta para considerações que julgassem necessárias. Num segundo momento, o entrevistado ficou livre para narrar: quem é, de onde vem, como chegou até aqui, quais suas experiências pessoais e profissionais que gostaria de contar, principalmente as experiências que tem relação com DH.

Foram selecionados sete professores, que se disponibilizaram a participar da pesquisa. Todas as entrevistas ocorreram dentro da Universidade em salas reservadas, em dias marcados pelos entrevistados, foram gravadas e a transcrição realizada, respeitando com fidelidade tudo que foi dito pelos entrevistados.

Após cada entrevista, foi possível alcançar um entendimento maior do objeto de estudo, pois a partir das experiências vividas e significadas pelos professores entrevistados as teorias foram se unindo as práticas, a emoção se unindo a razão e passam a surgir elementos para a elucidação da questão de pesquisa.

Para preservar a identidade dos entrevistados vou substituir seus nomes verdadeiros pelos nomes de professores que marcaram minha jornada de estudos no Ensino Fundamental. Também é uma forma de homenagear aqueles que contribuíram para o meu jeito de ser hoje. Trouxe a Vanda, minha professora de primeira série, tão carinhosa e que sempre ensinava com muita alegria, Ieda que no final de cada aula contava uma história de infinita beleza com sua voz doce e emocionada, Gilca professora de canto, dinâmica e moderna, ensinou com música e emoção, Lurdes que ensinou a disciplina nos esportes e na vida, Claudio que associou biologia ao meio ambiente nos levando para os bosques da escola, Vitor Hugo que me desafiou com problemas difíceis da química e nos mostrou o quanto éramos capazes e Ivan aquele professor amigo e companheiro que nos incentivava a ser melhor como seres humanos.

A questão do tempo da docência muita embora tenha sido uma das perguntas da entrevista não será mencionado para não identificar os entrevistados na pesquisa.

Quando perguntados se nas suas aulas costumam abordar questões relacionadas aos DH, dos sete professores entrevistados, seis disseram que sim e somente um disse não ser a sua preocupação, embora possam ocorrer não de maneira proposital, assim afirmando:

A minha preocupação nas aulas, elas não são essas, muito embora possam ocorrer, se ocorrem, não é algo proposital. A minha principal preocupação nas aulas era o tema, o conteúdo específico e há o esforço, e isso é um esforço premeditado. E a partir do tema ver se o sujeito consegue relacionar (Vitor Hugo).

Os seis professores que responderam que abordam as questões de DH, passaram a responder as seguintes questões: quais os temas mais abordados, de que forma e com que frequência acontece e qual sua percepção sobre o interesse e participação dos estudantes. A seguir passo as narrativas, diálogo com o referencial teórico e reflexões.

As temáticas mais mencionadas pelos professores entrevistados foram: inclusão, discriminação, étnico-raciais, relações de trabalho, educação, papel do professor, responsabilidade social, intolerância as diferenças, dignidade humana, igualdade, políticas, gênero, violência, ECA, direito das mulheres, novos direitos da era digital, saúde, ética, corrupção, assim colocadas:

Eu opto por não escolher temas. Eu falo da base teórica dos direitos humanos e aí os temas são dos mais diversos, mas eles surgem normalmente por iniciativa dos estudantes. Temas muito recorrentes são, por exemplo, de relações de trabalho, em todas as partes do mundo existe trabalho sendo escravo ainda, exploração do trabalho infantil. Também, temas de relações de gênero, principalmente a questão da violência contra a mulher. Um tema muito recorrente dentro do qual a gente mesmo não tem como tomar uma posição assim tão clara é a questão, por exemplo, do aborto, aparece muito frequentemente, com posições extremadas e tal, nossa função de professor não é doutrinar ninguém, a favor disso ou contra aquilo, mas ajudar a pensar as questões. Pena de morte diante do quadro de insegurança social é um tema que surge assim muitas vezes da cabeça de alguns estudantes como se isso fosse resolver o problema (Claudio).

Uma das temáticas mais mencionadas foi o papel do professor nas relações de sala de aula nas questões que envolvem os DH, assim foi ressaltado:

Lá na sala de aula ele pode encontrar um aluno cadeirante, com necessidades especiais, um aluno que seja homossexual, um aluno que venha das cotas, um aluno que com deficiência cognitiva, e ele tem que saber lidar com isso. Então, mesmo que eu não trabalhe as políticas de inserção a gente debate em sala de aula como se a gente encontrasse uma situação dessas como a gente trabalharia o que fazer, o respeito ao aluno, a postura que o professor tem o que eles têm que fazer, o professor é responsável pelo aluno em sala de aula (Vanda).

Na mesma linha do colega, outro professor aponta neste sentido acrescentando a importância do saber conduzir e não ficar silente diante de situações de preconceito, cuidando para que suas práticas não sejam discriminatórias.

Eu sempre digo pros estudantes assim: bom e se vocês tiverem dentro da sala de vocês um aluno que é filho de dois pais, um aluno que é filho de duas mães, tá é bem possível hoje em dia, como é que vocês vão lidar com isso, como é que a gente lida com a questão do gay? Porque quando eu fiz a tese uma das coisas mais fortes, que

mais me chamou a atenção foi a capacidade que os professores têm de ignorar o homossexual dentro da sala, ele sofre *bullying*, ele é discriminado pelos outros e o professor faz ouvidos moucos, ele simplesmente faz de conta que não vê. Eu acho que a questão do preconceito aparece muito forte, e aí vem o preconceito com a questão da homossexualidade, com o negro. A gente traz também aquela coisa assim, da inclusão daquele aluno que vem de fora. O *bullying* aparece bastante também. O próprio direito do adolescente, do Estatuto da Criança e do Adolescente também (Gilca).

Observando a necessidade de entender as causas da humanidade como causas nossas e refletindo sobre a importância da EDH, assim se manifestou um dos professores entrevistados:

Essas questões são questões das nossas, as causas da humanidade elas são universais e nós temos que abraçá-las e aí tem muitas causas dentro das causas e tal, particularidades, as questões de gênero, a questão de orientação sexual, a questão de etnia e sobretudo na humanidade precisa curar o adoecimento e a educação em DH, aí acho que ela tem um papel importante. Trabalhar constantemente para construir pessoas não adoecidas, construir pessoas humanas de fato com formação, com conhecimento em fundamentos da condição humana e que comprometidos com a humanidade e irmanados com a humanidade e a partir daí; as crianças em geral elas amam, então porque que em determinado momento elas passam a odiar? Então porque não trabalhar com elas a educação para o amor nesse sentido de amar a humanidade e entender que eu só existo porque a humanidade me reconhece que a Hannah Arendt fala (Ivan).

Após esse primeiro momento com os professores, de valorização do desenvolvimento humano no sentido promoção da igualdade com respeito à diversidade, é possível refletir com Souza (2014, p. 48),

A possibilidade de constituição de uma escola plural, humanizadora e promotora da igualdade exige o entendimento das configurações assumidas pelas desigualdades nos vários quadros sociais e institucionais e a construção de estratégias que possam promover a integração, tendo em conta as relações de gênero e a pluralidade ético-cultural. Nesse sentido, a escola comparece como espaço privilegiado para a integração, o respeito às diferenças. Vivemos numa sociedade marcada pela pluralidade de imagens e de diferenças socioculturais. A escola, por sua vez, busca desenvolver seu projeto pedagógico com ênfase nas diferenças e nas relações que os indivíduos estabelecem consigo próprios e com os outros. Convém questionar, se nós, professores, desenvolvemos nossas práticas, tendo em vista a assunção das identidades e o respeito às diferenças? Como podemos viver os projetos de igualdade e respeito à diversidade, tão presente e marcadas na sociedade brasileira? De que maneira a escola pode tornar-se um território favorável à aprendizagem do convívio com a diferença?

As questões envolvendo ética, corrupção e saúde, também foram apontadas pelos professores, assim foi um dos relatos:

Bem a questão que nós discutimos, por exemplo, no último encontro, a questão da ética e da corrupção o quanto os nossos alunos e os cidadãos de um modo geral, porque nós somos co-responsáveis por essa formação de cidadãos críticos que sabem ter uma postura crítica diante dos contextos em que estamos inseridos e o quanto os

cidadãos eles sabem o que é corrupção. De onde vem essa corrupção, o que é, desde um elemento simples como furar a fila, passar na frente no trânsito, ah, não tem importância são pequenas coisas que dizem respeito à corrupção e a ética, a forma de postura de vivência dessas pessoas. As questões culturais que envolvem desde cuidados básicos com a sua saúde, e o quanto isso interfere no ensino e na aprendizagem e está relacionado a outros direitos e deveres que nós não cumprimos enquanto sociedade e que esses cidadãos não chegam a ter acesso né, como a questão da higiene e que interfere totalmente na questão do processo educacional de constituição desses sujeitos (Lurdes).

Além das temáticas abordadas no presente estudo busquei saber de que forma os professores abordam os assuntos e com que frequência. Segundo eles os DH atravessam as temáticas das disciplinas e os assuntos são abordados em forma de discussões, leituras e reflexões de textos, relatos de vivências pessoais, profissionais e nos ambientes de estágio, vídeos e com utilização de tecnologia de informação e comunicação. Para a maioria dos entrevistados a frequência é constante, como Gilca e Lurdes, que afirmam, respectivamente: “Eu trago assim, constantemente, é uma coisa que tu tá falando, tu tá falando, tu tá trazendo, tu tá situando dentro de alguma teoria, dentro de alguma vivência” e “Eu acredito que constantemente”. Poucos disseram que ocorrem somente quando o assunto é pertinente ou por provocação dos estudantes e a temática é quase sempre relacionada às práticas, assim sinalizando Vanda:

Trabalho com as relações que se estabelecem dentro de uma sala de aula, eu não me preocupo tanto com teoria, por que isso já vindo sendo trabalho durante o curso. Eles vão para sala de aula e que eles têm que ter esse olhar e nestas relações a gente acaba esbarrando nestas temáticas. Agora a gente trabalha também muito aquilo que a gente não deve fazer. De segregar, de rotular, de admitir exclusão, de admitir violência, então isso não. Eu acho que a gente acaba trabalhando direitos humanos sem ser de uma maneira muito, sem trabalhar conceitos, legislação, muito mais a prática, o que eles vão encontrar no dia a dia.

Os textos e vídeos previamente selecionados pelo professor também são recursos utilizados para tratar dos assuntos, procurando sempre algo que una o grupo, assim colocado por Claudio:

Para algumas questões principalmente das relações de trabalho a gente tem alguns vídeos sobre trabalho no mundo, textos, mas a gente começa sempre com alguma coisa em comum e a coisa em comum não é o tema, ou a materialidade de alguma coisa que tá acontecendo, mas é o referencial teórico (Claudio).

Ao pedir para os professores avaliarem a participação e interesse dos estudantes quando abordadas as temáticas relacionadas aos DH, os professores percebem uma maior participação nestas aulas, pois elas provocam um enorme interesse. Afirmam que a maioria demonstra curiosidade e preocupação com os temas e acham que os estudantes saem mais

sensibilizados após os estudos. Relatam também, que existem turmas mais tranquilas, outros oferecem alguma resistência com temáticas pontuais como: homossexualismo e ações afirmativas.

É uma aula que eles participam muito mais em termos de debate, e sempre têm alunos que contam casos que eles já sofreram é uma aula que eles têm muito interesse porque eles têm medo do semestre que vem, como se ele dissesse assim, e se acontecesse comigo? Como é que eu faço professora? E se acontecer isso? Então, é uma aula muito boa, onde se afloram vários debates e exemplos, e eles trazem do dia a dia, e questionamentos, então é uma aula muito interessante (Vanda).

Eles são muito curiosos. Como eu falo muito sobre a questão da homossexualidade eu percebo muita curiosidade, eu consigo visualizar assim no rosto deles, resistência, bem, mas é uma resistência que vai sendo desconstruída [...] Eu sempre digo também assim a nossa função como professor é acabar com o preconceito [...] Sabe isso são coisas que eu trago para eles porque eu acho que eu tenho que trazer como professora deles, mas é bem depende muito da turma também, né, tem turmas que são mais tranquilas, outras turmas que são mais polêmicas, mas eu não deixo de trazer, acho bem importante trazer sim (Magda).

É bem grande. E muito diversificado também, digamos assim, a opinião muito diversificada. Tem pessoas que só leram alguma coisa, tem pessoas que vivenciaram, tem pessoas que também militam em torno das questões de DH. Direitos das mulheres, por exemplo, tem esse pessoal do CCR que lidam com extensão rural, muitos deles estão trabalhando com agriculturas como se diz, agricultura familiar. Acho que talvez a situação atual do país leve a isso. As pessoas têm parece que um pouco mais de interesse pela discussão desses assuntos que tem haver também com corrupção da dignidade e não tanto com o dinheiro que entra no bolso dum e sai do bolso do outro, de uma empresa aqui e outra ali, mas da dignidade humana, e as pessoas tem um pouco mais de sensibilidade pelo menos é o que se nota no ambiente universitário (Claudio).

Total, e é uma total no sentido assim, total de curiosidade por conhecer, por saber mais, curiosidade por saber como enfrentar algumas situações cotidianas (Ieda).

Um resumo é eu gostaria que nós tivéssemos mais tempo para discutir esses temas, porque, porque eles nos instigam, eles nos motivam a lutar por uma causa que a gente sabe que merece o nosso envolvimento e a gente sabe que nem sempre esses temas eles são abordados da maneira como deveriam ser e quanto eles entram em pauta nas disciplinas nós poderíamos ficar uma tarde inteira, mas nós sabemos que não é possível, dentro do curso e da matriz curricular que nós temos hoje, que nós pudéssemos discutir muito mais sobre e divagar mais e aprofundar mais esses temas (Lurdes).

Para melhor entendimento da dinâmica que envolve as práticas na universidade com relação ao conhecimento das legislações e políticas públicas, perguntei aos entrevistados como eles se atualizam. Os professores do PEG costumam buscar as informações acerca das políticas públicas, realizando leituras em diversas fontes, inclusive virtual, por exemplo: página da Universidade, páginas dos Ministérios, e ainda, procuram conversar com os colegas, pesquisar nos grupos de estudo e nos departamentos e, no geral, priorizam as

políticas e normativas mais relevantes para a sua prática. Como se pode verificar na pesquisa, os professores do curso demonstraram comprometimento com as questões de atualização e estudos sobre essas. Abaixo alguns depoimentos:

Isso é muito tranquilo, a informação circula muito, há muita informação sobre isso, e a internet facilita. Então, pra mim é cotidiano. Tem grupo de pesquisa, e tem as reuniões do NTE, dos colegiados dos cursos que eventualmente são pautas, são pautas que circulam (Vitor Hugo).

Eu leio bastante, mas eu também procuro os temas que são pertinentes a minha prática, porque a gente não dá conta de todas as políticas. Então, muitas coisas me escapam (Vanda).

Sempre prestando atenção para as modificações e de preferência pegá-las de primeira mão, de preferência quando são publicadas no DOU. Quando são publicadas e não esperar quando venha a exigência que algum instancia aqui dentro da universidade nos demande e tal para fazer frente a isso (Claudio).

Em geral eu frequento as páginas na internet, as páginas dos Ministérios, a página da UFSM são só notas, na verdade, notícias que nos levam a ir a fundo, mas procuro sempre pesquisar na área, ler revistas, com os grupos de pesquisa no qual eu participo também, me envolvo muito com isso, são diferentes áreas de preocupação mas a gente sempre acha algo que nos motive a buscar mais. Então, eu procuro sempre me informar, ir atrás. Não acho que as legislações elas nos venham tão facilmente, seja através da mídia, e aí mídia que eu digo, mídia mais acessível a nós a televisão, o jornal, a rádio, neh. Eu acho que ainda falta muito com exceção da Hora do Brasil na rádio, que eu particularmente gosto muito de ouvir, porque a gente toma conhecimento de muitas atualizações, de muitos elementos que estão sendo discutidos no momento (Lurdes).

Neste processo de pesquisa foi possível identificar que não existe um canal direto eficiente de atualização dos professores com relação às normas e políticas públicas e também dos processos institucionais, o que aponta um possível obstáculo que deve ser revisto para melhoria das práticas educacionais, conforme sinaliza um dos professores:

É uma crítica que eu tenho dentro da universidade e que até a gente já teve até uma reunião com o reitor, com o vice-reitor, que a comunicação dentro da UFSM é extremamente falha, não só em termos informativos, em termos de processos, coisas que a gente precisa fazer e que a gente não sabe onde buscar. Ham... porque as coisas aqui não são documentadas, poucas coisas são documentadas, então se tu quer criar um grupo de estudos, tu tem que falar com o fulano que o fulano te informa, então são arquivos vivos, e muitas vezes estes arquivos se aposentam, ou morrem e vai junto, e aí tu fica dependente do conhecimento dos outros. Isso também em termos de comunicação. Muita coisa acontece dentro da universidade e não chega até nós: eventos, simpósios, grupos de pesquisa, grupos de estudos. Eu pelo menos não conheço um canal de comunicação que diga o que está acontecendo em todos os centros e que a gente como professor possa se linkar né. A gente recebe malas diretas de eventos, de seminários, na página da internet tem alguma coisa, mas não existe um canal específico pelo menos eu não faço parte, desse canal específico de informação.

Entendo que no processo de divulgação das normas, políticas educacionais, eventos e demais assuntos relacionados poderia ser revisto pela instituição. Mesmo que seja complexo fazer as ligações entre os diversos espaços universitários, entendo como um movimento possível e necessário de aprimoramento ao que já existe. Tratar as questões como instituição, para unificar os processos é uma tarefa que exige o conversar com diferentes, o chegar num espaço melhor para todos e um exercício, portanto, que se assemelha ao processo de conscientização, globalização e concretização dos DH, quando diferentes se unem para o bem comum.

Como a narrativa congrega e entrelaça experiências muito diversas, é possível interrogarmo-nos sobre as escolhas, as inércias e as dinâmicas. A perspectiva que favorece a construção de uma narrativa emerge do embate paradoxal entre o passado e o futuro em favor do questionamento presente (JOSSO, 2010, p. 38).

Quando questionados sobre se conhece as legislações que determinam o ensino em Direitos Humanos e sua opinião a respeito dessas normas e sua aplicabilidade, dos sete professores, seis deles apontam ter conhecimento das legislações que determinam a EDH, um deles apontou que, no momento, não tinha plena consciência da obrigatoriedade. Dos entrevistados, seis deles concordam com as legislações e acham fundamentais e um dos professores faz críticas a EDH. A seguir a transcrição de algumas respostas:

Sim. Eu acho fundamental. Sabe eu acho que todos nós deveríamos ter um, uma imersão. Não sei se todas as disciplinas cabe. Mas eu acho que sim. E eu não chamaria de DH, sabe. Eu acho que eu chamaria de uma disciplina de civilidade. Sabe. Porque eu acho que é isso que tá faltando em nosso povo. Humanidade, talvez, porque eu acho que tá nos faltando é saber até aonde eu posso ir. Qual é o meu direito, qual é o meu dever, o respeito ao outro, porque a universidade e as escolas técnicas que eu faço parte também, a gente tá muito preocupado com o conteúdo técnico e eu acho que falta isso, a gente precisa de relações humanas, porque mesmo esse nosso profissional que vai sair super capacitado aqui ele vai trabalhar com gente e ele precisa saber os limites dele, saber o limite do outro, ter um olhar mais generoso. Então, isso tudo engloba direitos humanos, o respeito, a dignidade, a ética, a moral, então, acho bom, que já exista uma lei que exija que passe por tudo, mas não deveria ser lei, neh, deveria ser natural, assim como a gente escova os dentes todo dia, toma banho todo o dia, respeitar o outro também deveria ser. E aí, a gente precisa de uma lei que ensine os nossos alunos a ser mais humanos. Então, eu lamento que tenha uma lei, mas eu acho que a lei é importante. Pior seria se não tivesse (Vanda).

A legislação existindo já é uma coisa boa porque se isso existe como política pública em algum momento isso vai ter que refletir ali no contexto do cidadão. Acho que a grande vantagem da política pública é essa. Se ela existe em algum momento, pode demorar, mas em algum momento a gente vai ter que cumprir (Gilca).

Eu acho fundamental. Eu acho que tem que ser, porque eu acho que a gente tem que garantir as coisas. Então, a gente tem que lutar pela garantia dos direitos, sim, claro quem sabe um dia isso vai ser integrado na nossa educação e a gente não precise

mais se preocupar com as leis. Mas até lá nos temos que nos preocupar sim. Os direitos humanos só têm sentindo se eles forem direitos a ter direitos. É essa é a minha causa central. Radicalmente eu defendo, não só no trabalho pedagógico, como nas orientações de vida e ação na vida a defesa radical de todos os grupos de direitos humanos, particularmente, os mais fragilizados (índios, pessoas de origem africana, mulheres, LGBTT) (Ivan).

Essa temática de DH deveria ter sido contemplada há mais tempo por uma necessidade. Poderia ser trabalhado sem dar esse nome as coisas. Às vezes dar nome as coisas é importante para chamar a atenção, para enfatizar. Nós no curso precisamos se não por convicção, pelo menos por exigência legal fazer o que deveríamos ter feito há muito tempo, porque a exigência legal dá prazo, mas para esse tipo de coisa não deveria simplesmente se dizer eu tenho mais um ano (Claudio).

As políticas eu vejo assim como um grande avanço, elas vêm legitimar o que acontece, ou o que já vinha acontecendo há muito tempo e acabam claro que muitas vezes de forma mais tardia, de forma mais lenta no sentido da ação, porque no papel, na aceitação ok, ela existe, mas como fazer valer essa legislação que existe, me parece que esse é o grande desafio, sair do texto pro contexto da lei (Ieda).

Inicialmente eu não tenho pelo menos agora neste momento da entrevista me parece que eu não tinha consciência que havia uma legislação específica que inserisse os DH como algo obrigatório e na verdade assim já me passando um pouco, eu acredito que isso deva sim ser efetivado como uma norma, uma legislação, por que eu digo isso? Porque ao mesmo tempo em que nós aqui debatemos no curso, neste programa especial de graduação nós debatemos, há uma característica muito interessante que é essa diversidade de áreas de formação de cada um dos alunos. Há uma postura diferenciada desses alunos, eles querem e muito procurar resolver problemas, implementar novidades, e isso é uma sede que esse público possui, mas a gente sabe, e talvez eu esteja generalizando demais, mas que não é assim em todos os espaços (Lurdes).

Como contraponto a opinião dos colegas, Vitor Hugo afirma conhecer as legislações, questiona sobre o porquê se quer educar em Direitos Humanos, fazendo as seguintes considerações:

Eu não vejo isso como relevante, porque não é pauta minha né? Minha pauta são outras coisas. Cada um tem lá suas pautas que podem ser muito diferentes. E esses temas ainda têm a seguinte situação que há um expressivo número de pessoas que não vê neles alguma relevância para ideia de aprendizagem né, uma vez que eles são temas mais de ordem política e comportamental do que ordem de aprendizagem de conteúdo, que as pessoas também dão muito valor. Diria também que é toda essa pauta, é a pauta que é considerada verdadeira e autorizada para a nossa época. Na nossa época, agora, o correto é pensar isso. No passado isso não existia, e no futuro não sabemos se vai existir, pode ser que no futuro o correto, o educar seja pensar outra coisa. Essa ideia de DH nos currículos ou nas políticas tem esse sentido, basicamente é fazer com que as pessoas mudem, é fazer com que as pessoas sejam outras, fazer com que as pessoas pautem as suas ações de acordo com as prescrições dos direitos humanos, que são quais? Comporte-se assim, respeite o outro, proceda desse modo, o que nos pauta é a igualdade, a relação mais horizontal, é direitos a isso, toda essa estrutura que está na norma.

Entendo importante pensar e fazer as reflexões sobre o motivo pelos quais as legislações e políticas públicas são criadas, principalmente por ser um exercício necessário para o desenvolvimento da criticidade e da autonomia. Conhecer outras opiniões acerca da temática me remeteu a uma das questões primordiais da efetivação dos DH, qual seja: o respeitar as diferenças, reforçar a atenção sobre a possibilidade de desvios na aplicação dos preceitos normativos, principalmente para que eles não sejam utilizados como forma de dominação.

Nas narrativas foi possível extrair alguns desafios visualizados pelos professores no contexto da pesquisa, abaixo transcrevo as manifestações:

O maior desafio assim, é que as pessoas vão começar... as pessoas que eu digo os profissionais que trabalham os professores, porque não adianta você dizer o departamento, nós somos pessoas que estamos nesses lugares, as pessoas têm que ampliar a sua mentalidade, ampliar o seu universo de compreensão sobre o que realmente são esses DH e o quanto está implicado na nossa docência, que não é a minha disciplina, a minha área, é a nossa área, é a nossa construção. E sair um pouco dos bairrismos, das vaidades acadêmicas e dizer que a gente não pode dialogar, as pessoas têm muita dificuldade com isso, acredito eu, de dialogar sobre compreensões, o quê que eu compreendo, o quê que eu posso aprender com o outro? (Ieda).

Desafios acho que são muitos desafios, principalmente porque assim nós nascemos com pré-conceitos, nós temos pré-conceitos, a gente não nasce, a gente desenvolve pré-conceitos (Gilca).

Sobre o processo de questionamento das realidades institucionais é importante frisar que o reconhecimento e a abertura para novas possibilidades são requisitos imprescindíveis.

Configura-se assim, a formação como processo na medida em que se questionam opções disciplinares, institucionais e educacionais. Processo que se movimenta em direções múltiplas, conhecendo a contradição, os conflitos, mas também produzindo as possibilidades de negociação, de atribuição de significados. Processo, pois os profissionais vão se formando no decorrer da vida acadêmica, nas interações com os colegas, professores, funcionários, comunidade (BATISTA, 2010, p. 41).

Quando puderam manifestar se acham que o ensino de Direitos Humanos afeta/afetaria seus alunos, alguns professores acharam difícil avaliar, mas puderam expressar a sua opinião.

Eu acho que sensibiliza. Sensibiliza muito. [...] eu percebo a sensibilidade e o que as pessoas vão fazer, depois dos contatos, tanto no PEG quanto nos outros cursos (Ivan).

Não me coloco essa questão. O que eu percebo é aquilo que se passa numa sala de aula. O digamos assim o envolvimento emotivo ou afetivo do estudante ou da estudante com a questão. A maneira de ir construindo a sua opinião, sua argumentação, mostra o comprometimento, mas não é minha função como professor

avaliar se isso depois se estende por uma opção de luta ou de... Não é minha função, minha função está na sala de aula. Mas claro que eu teria essa digamos assim essa ambição de que algumas pessoas saíssem dali não só com outras convicções, porque isso é intelectual é intelectual, mas saíssem dali com motivações assim de fazer alguma coisa pela imundice de um presídio, pela execração das mulheres presas, sei lá, pelas condições aviltantes de trabalho, e exposição a agrotóxicos das mulheres grávidas nessa região fumageira, etc. (Claudio).

Talvez eles enxerguem como uma disciplina um conteúdo que eles precisam saber para passar na prova, talvez eles não... Do jeito que é dado não conseguem visualizar o quanto aquilo é importante para a vida deles, pro dia a dia deles e eu tenho muito essa coisa assim que aquilo que é imposto a gente acaba fazendo porque tem uma obrigação, mas a gente não tem uma aderência, talvez a gente tenha que repensar, até mesmo, como dar ou como ministrar, ou compartilhar esses conceitos, por que de repente eles vão ir bem na prova, com certeza, mas não sei se eles absorvem isso para a vida deles, porque do jeito que elas são dadas, também não sei se são dadas, tão assim... Tão diluídas nestas disciplinas (Vanda).

Acho que saem estabilizados e pensando assim, que escola é essa? O quê que é uma escola mesmo? Qual é o nosso papel enquanto professores? Qual a ação social nossa enquanto escola, enquanto grupo representativo daquela área do conhecimento? Então que possibilidades se têm. E eu vejo uma coisa muito marcante, assim, pessoas melhores, as pessoas se encontram e isso me parece que é um projeto de vida, acaba sendo fortalecido, as pessoas ou saem, ou deixam de estar entre nós no curso, no sentido assim que não é o que eu quero de forma mais consciente, onde que eu posso trabalhar, eu prefiro trabalhar em outro tipo de trabalho, outra área (Ieda).

Eu acredito que esses momentos sirvam para ampliar a perspectiva de cada um porque quando a gente leva para o diálogo, para um debate maior a gente conhece a opinião do outro e isso é muito importante, porque nem sempre o nosso viés ele está totalmente certo ou totalmente errado, mas ele precisa de um complemento e quando a gente ouve o outro, a opinião, a experiência, uma situação, tudo isso vem a complementar tudo aquilo que ele pode ver sobre o tema em específico que se trata, sejam nas disciplinas, seja nos seminários, seja onde for, eu acredito que sim, que afeta de alguma forma, tanto para construir para melhorar, quanto para...serviria como um suporte para alguém, deixa eu me organizar, seja para construir algo diferenciado para complementar aquilo que ele já pensava (Lurdes).

No segundo momento da entrevista, os professores foram convidados a narrar sua trajetória pessoal e profissional, bem como, alguma passagem marcante em sua vida relacionada aos Direitos Humanos.

Que fazem os homens quando contam sua vida? Eles trabalham para si mesmos sob a tensão de um duplo objetivo: o da pose e o da busca, da parada e do movimento, da pausa e da viagem. Nesta *pose* de mim mesmo, onde sou ao mesmo tempo o fotógrafo e seu modelo, eu *me* capto, eu *me* compreendo, no sentido francês de *je me prends-ensemble* [eu me pego-junto] ou no sentido alemão de *eu-fico-em-pé-junto* (*sich verstehen*). Esta com-preensão, já o dissemos, é hermenêutica, porque ela me faz considerar e interpretar cada um dos componentes da vida contada na perspectiva de uma totalidade projetada, a de minha história e da figura do *Eu* que ela constrói (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 347-348).

A seguir, passo a fazer algumas considerações pertinentes ao objeto do presente estudo, conversando com os teóricos eleitos e algumas falas dos professores, sem a pretensão de esgotar as análises das histórias contadas.

Nas narrativas de suas histórias pessoais e profissionais foi possível identificar que diretamente nenhum dos professores afirmou ter sofrido algum tipo de violação de Direitos Humanos. Alguns professores, entretanto, acompanharam de perto situações que envolviam familiares, amigos, alunos e conhecidos e outros sem ter conhecidos na situação de afronta aos DH, foram sensíveis as causas e afirmam ter se solidarizado com as questões.

Na análise dos efeitos emancipatórios da “*biografização*” pomos em relevo o seu poder libertador e estruturante: contar a sua vida é mais do que reviver o passado, é também e sobretudo o ponto de partida para organizar o presente e planejar o futuro despindo a pele de antigas identidades e opressões. Em razão de tais efeitos, esta abordagem apresenta uma relevância ética e sociopolítica capaz de aproximar os sujeitos de si próprios, de construir pontes na diversidade, inventar o diálogo intercultural e de contribuir para a participação cívica de todos (LECHNER, 2010, p. 72).

Foi reconhecida pela maioria dos professores a importância da família, dos espaços sociais e de educação, as experiências de vida, os encontros que tiveram, que de alguma forma puderam contribuir com o seu jeito de estar e pensar no mundo hoje.

A vida de indivíduo não transcorre de maneira linear contínua: conforme sua história, suas inserções e suas pertencas, os encontros que ele fez, as experiências que viveu, voltam a ser situações-temas correspondendo a categorias da experiência nas quais ele reconhece *momentos* constitutivos de sua existência (momento da família, momento do amor, momento do trabalho, etc.) (DELORY-MOMBERGER, 2014, p. 336).

Quando provocados a falar sobre os acontecimentos pessoais ligados aos DH, as experiências apareceram de um modo muito significativo, provocando inclusive muita emoção tanto de minha parte, quanto dos entrevistados. Segundo Josso (2010) as narrativas nos oferecem uma oportunidade de trabalhar sobre essa questão das expectativas fundadoras, que, em boa parte, são constituídas pela narração de microssituações que não estão ali por acaso.

De modo que, a análise temática visibiliza a complexidade, a singularidade e a subjetividade das narrativas, exigindo um olhar e uma leitura atentos do pesquisador, uma vez que as regularidades, as irregularidades e as particularidades apresentam-se na oralidade e na escrita, através dos sentidos e significados expressos e/ ou não, no universo particular das experiências de cada sujeito. A leitura analítica e a interpretação temática têm o objetivo de reconstruir o conjunto das narrativas, no que se refere à representação e agrupamento, através das unidades temáticas de análise, a fim de aprender que comporta e contem as fontes (auto)biográficas (SOUZA, 2014, p. 44).

Além disso, ficou clara a preocupação dos professores com o atual momento no nosso país e no mundo e com as questões educacionais, principalmente o papel do professor nesta relação. Foi possível visualizar o comprometimento do grupo pesquisado quando os professores solicitaram que os resultados da pesquisa fossem trazidos para que pudessem avaliar como estão e o que podem melhorar nas práticas. Abaixo trago uma das colocações a respeito:

Eu acho que o principal é de parabenizar porque eu acho muito importante tu pensar essas coisas e vai fazer esses estudos e ver como as pessoas estão vendo e trazer para gente ver também, o retrato da pesquisa, devolver a pesquisa para dar o feedback, olha pessoal é assim que o PEG está trabalhando com a questão dos DH, isso aparece marcado em alguns lugares e em outros não, para gente saber o que a gente precisa melhorar.

Novamente, percebi que a pesquisa é uma força que acaba movendo não somente a mim, mas todos que participaram de uma forma desse processo pesquisa e de formação, inclusive o leitor que pode livremente se movimentar por este estudo, fazendo suas reflexões, análise e compreensões.

A análise compreensiva-interpretativa das narrativas busca evidenciar a relação entre o objeto e/ ou as práticas de formação numa perspectiva colaborativa, seus objetivos e o processo de investigação-formação, tendo em vista aprender regularidades e irregularidades de um conjunto de narrativas orais ou escritas, partem sempre da singularidade das histórias e das experiências contidas nas narrativas individuais e coletivas dos sujeitos implicados em processo de pesquisa e formação (SOUZA, 2014, p. 43).

Neste sentido, cada ser humano exerce um papel fundamental neste desenvolvimento da sociedade a partir de suas ações no mundo. Ao narrar-se a pessoa movimenta seus valores, o nível de consciência de si mesmo e suas responsabilidades.

A pessoa ostenta uma posição fundamental, a partir experiência pessoal do profissional, pois ela exprime o processo de conscientização necessário à aquisição da responsabilidade e da consciência. Este é um pressuposto necessário para a garantia do processo de existir do indivíduo. Tanto a ideia de pessoa quanto a inserção na complexidade da formação humana do profissional apontam que pensar, sentir, criticar, refletir, criar, imaginar são valores estéticos, éticos e morais, que devem fazer parte da existência de um ser que ostente responsabilidade por si mesmo, pelo outro e pelo contexto, tanto local, como regional ou planetário ou universal. Há uma interligação de conhecimentos da vida, do mundo e do homem (ROSITO, 2010, p. 24).

Segundo Delory-Momberger (2014) cada indivíduo tem sua própria maneira de interiorizar e de viver suas pertencas culturais, sendo espaço de processos de aculturação, de

copresença, de relacionamentos, de confronto, de incorporação, de reinterpretação de elementos referentes a culturas múltiplas.

O conceito de experiência formadora implica uma articulação consciente elaborada entre atividade, sensibilidade, afetividade e ideação. Articulação que se objetiva numa representação e numa competência. É neste ponto que convém ficarmos atentos à importância da escala com a qual está relacionada a experiência em questão. Parece-me útil fazer uma distinção entre experiências existenciais – que agitam as coerências de uma vida, e até mesmo os critérios dessas coerências -, e a aprendizagem pela experiência, que transforma complexos comportamentais, afetivos ou psíquicos sem pôr em questão valorizações que orientam os compromissos da vida. Assim, por definição, a formação é experiencial ou então não é formação, mas a sua incidência nas transformações da nossa subjetividade e das nossas identidades pode ser mais ou menos significativa (JOSSO, 2010, p. 48).

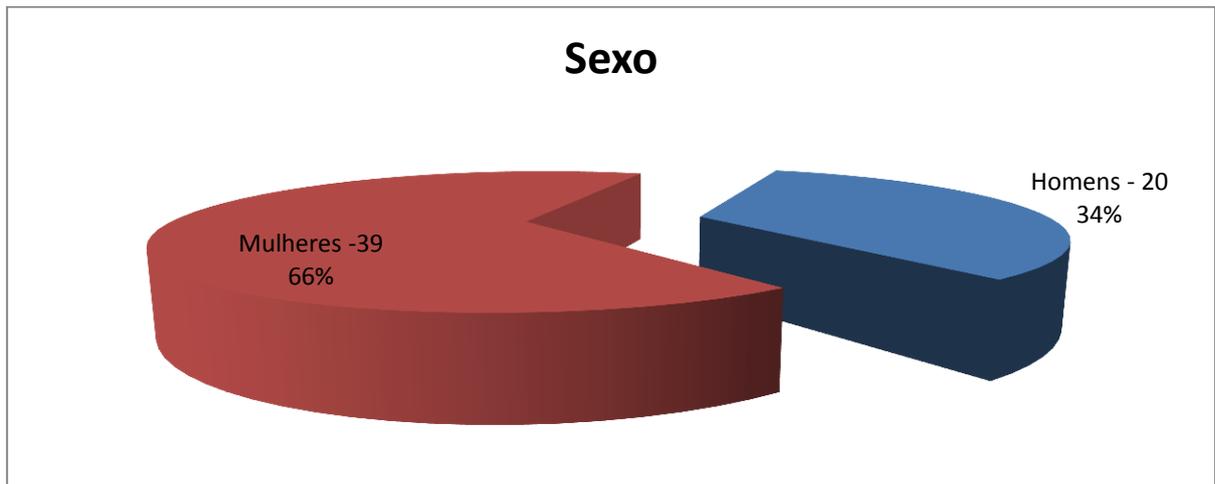
### **3.3.4 Os estudantes**

Os estudantes, cursando o terceiro e último semestre do curso, foram escolhidos para a pesquisa porque já haviam concluído as disciplinas do primeiro e segundo semestre, possuindo maior conhecimento das dinâmicas que envolvem o processo de ensino-aprendizagem do PEG e também porque estavam matriculados na disciplina de Seminário Temático, onde eu poderia encontrá-los pessoalmente.

Antes das aulas do Seminário Temático encaminhei por e-mail um questionário semiestruturado que deveria ser respondido antes do encontro. O questionário abordava as questões de DH, temáticas desenvolvidas em sala de aula, como eram as práticas, frequência do EDH nas disciplinas e percepções, conhecimentos e interesse deles sobre o assunto.

Como eram 75 (setenta e cinco) estudantes inscritos no Seminário Temático, divididos em duas turmas, uma de 40 e a outra de 35 estudantes, foi mantida a divisão das turmas, e marcado dois encontros com cada turma. Desse grupo, foram respondidos 59 (cinquenta e nove) questionários que apontaram os seguintes resultados:

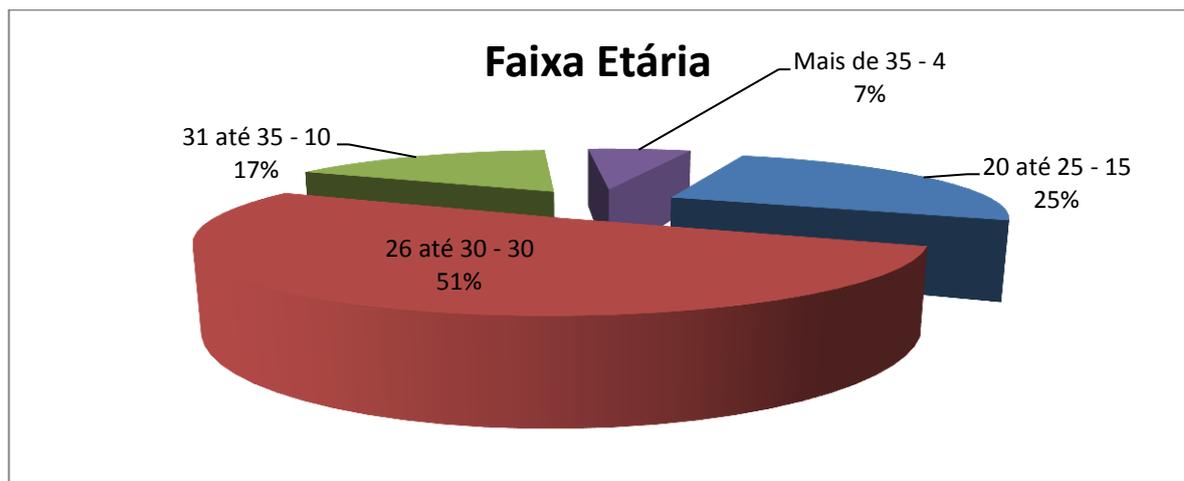
Gráfico 1 – Sexo dos entrevistados



Fonte: Própria autora.

De acordo com as informações os estudantes do PEG são na maioria mulheres, porém o curso de formação de professores para o ensino profissionalizante, ainda é procurado por um número expressivo de homens. Essa informação para o presente estudo foi relevante no sentido de apontar que não foram encontradas variáveis significativas pela condição de gênero. Apenas nas respostas da pergunta sobre fatos que marcaram os Direitos Humanos as mulheres tiveram uma leve tendência a citar os direitos das mulheres.

Gráfico 2 – Idade dos entrevistados



Fonte: Própria autora.

Com relação à faixa etária 76% dos estudantes possuem entre 20 e 30 anos e os demais 24% têm acima de 31 anos. Nesta variável foi possível averiguar que a questão da idade

também não influenciou nas respostas, nem mesmo sobre acontecimentos históricos ou conhecimento das legislações, que poderia ter apontado alguma variável significativa.

Gráfico 3 – Ocupação dos entrevistados



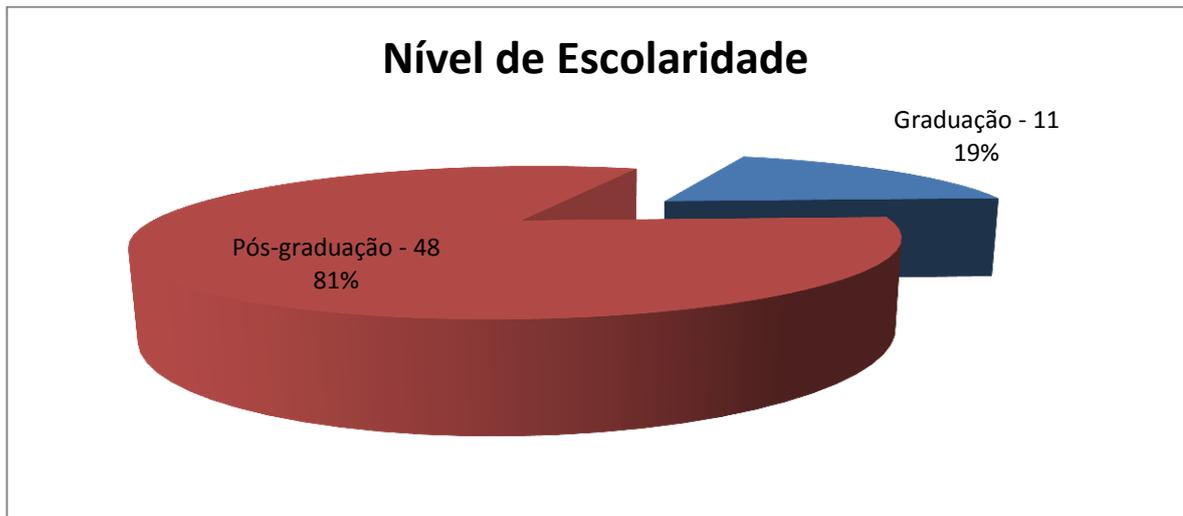
Fonte: Própria autora.

Quanto ao perfil dos estudantes a pesquisa mostrou que a metade somente estuda e a outra metade concilia estudos e trabalho. Somente seis dos estudantes já são professores em escolas técnicas públicas ou privadas e universidades privadas, e os demais, que trabalham, exercem suas profissões nas áreas ligadas a sua graduação.

Com relação aos professores somente um deles diz conhecer as normas que determinam o EDH, os demais dizem conhecer pouco ou nada, situação que aponta uma lacuna que deve ser objeto de reflexão e motivar novas práticas, principalmente no sentido de disseminação das leis e políticas públicas referentes à temática. Abordarei com mais profundidade quando da análise das respostas de todo o grupo pesquisado com relação a este questionamento específico.

Relacionando esta informação com a resposta sobre os principais temas abordados pelos professores do PEG com relação aos DH foi possível averiguar que aqueles que somente estudam apontam como um dos temas principais abordados no PEG o direito à Educação, o que indica que também ao sinalizar um tema o entrevistado cita aquele que elege como prioritário.

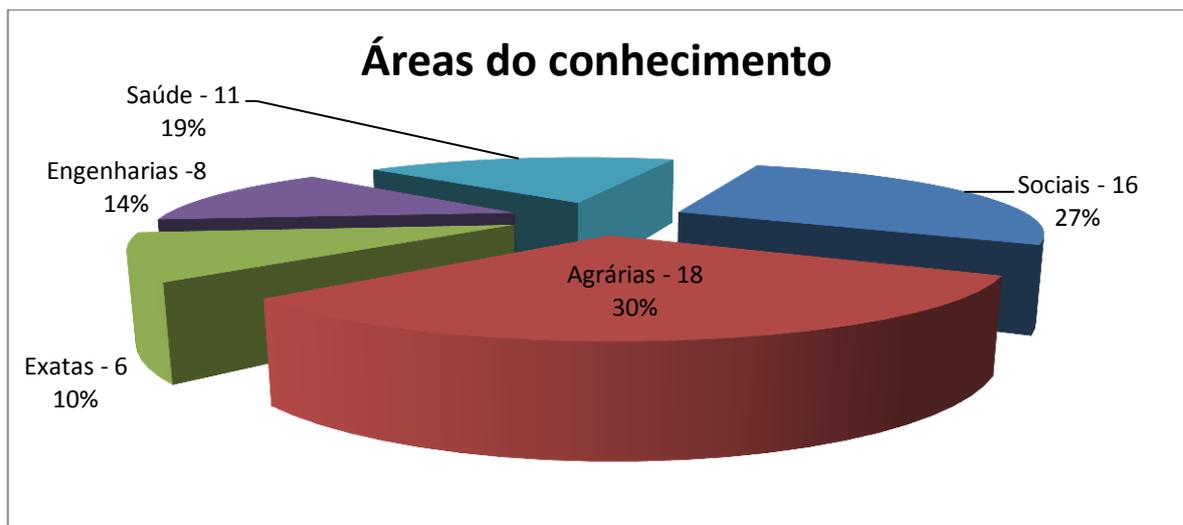
Gráfico 4 – Escolaridade dos entrevistados



Fonte: Própria autora.

Quanto ao nível de escolaridade 81% dos entrevistados já possui uma pós-graduação (Especialização, Mestrado ou Doutorado) ou está cursando, sendo que somente 19% só possui graduação, o que aponta para um nível de escolaridade alto no grupo pesquisado. Analisando as respostas dessa pergunta com as outras foi possível chegar a conclusões importantes sobre o estudo, que serão consideradas nos tópicos específicos.

Gráfico 5 – Áreas do conhecimento dos entrevistados



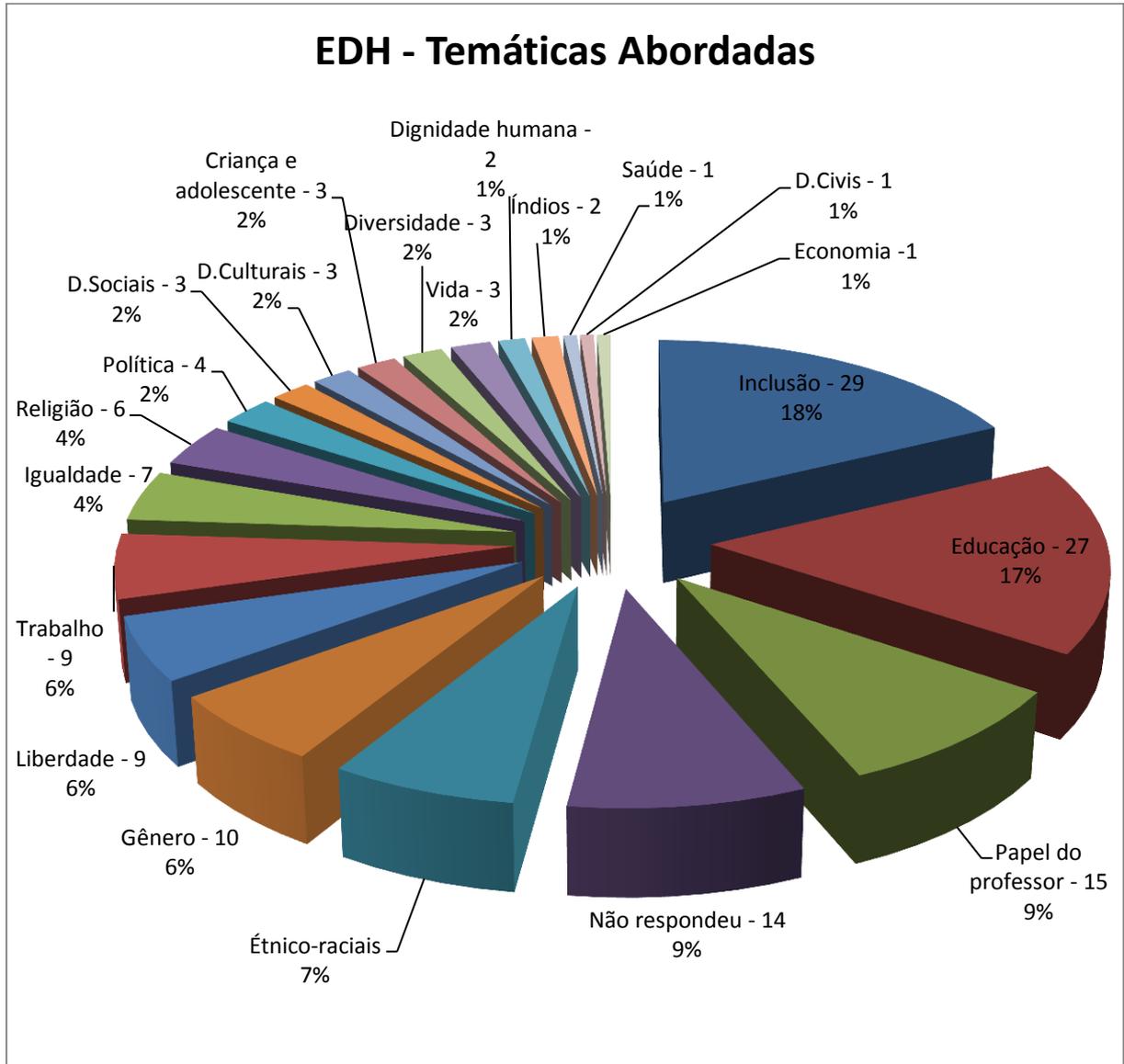
Fonte: Própria autora.

O quadro de áreas do conhecimento do grupo aponta para o seguinte: 30% dos estudantes têm formação nas ciências agrárias, 27% são das ciências sociais, 19% das ciências

da saúde, 14% das engenharias e 10% das ciências exatas. Confirmando assim o que estava previsto no início do estudo que o grupo é heterogêneo e o fato de os entrevistados serem oriundos das diversas áreas do conhecimento possibilita um estudo mais completo e um diálogo interdisciplinar sobre a temática de EDH.

Considerando a área de formação foi possível identificar que os estudantes das ciências sociais dizem ter conhecimento da legislação sobre DH, o que é compreensível em função de que os cursos terem como foco o ensino das legislações. O grupo das ciências da saúde quando questionados sobre fatos marcantes relacionados aos DH se destacou por indicar as questões ligadas às conquistas e problemas da saúde. É possível apontar que as áreas de formação exercem forte influência nas escolhas, saberes e práticas relacionadas à temática de DH. Como a temática de DH circula facilmente em todas as áreas do conhecimento e requer o pensar multidisciplinar para a solução das diversas questões, face necessário que se busque formas de retirar as áreas do conhecimento de seu isolamento e coibir condutas que priorizem somente estudos relacionados às áreas escolhidas em detrimento das demais e ações que destacam alguns saberes em desvalorização de outros.

Gráfico 6 – Educação em Direitos Humanos – Temáticas abordadas no PEG



Fonte: Própria autora.

Quando perguntados se são abordadas questões de DH no curso, todos disseram que sim. Sendo positiva a resposta, o entrevistado deveria responder a questão seguinte que era informar quais as temáticas mais abordadas. Os assuntos citados foram:

Em primeiro lugar - Inclusão – 18%, seguido pelos temas: Educação – 17% e o papel do professor – 15%, em quarto lugar ficaram as relações étnico-raciais – 7% e em quinto lugar empatados os assuntos sobre trabalho e liberdade com 6% cada. Apareceram nas respostas os temas seguintes temas: igualdade, religião, política, gênero, direitos culturais e econômicos com percentuais de 3 a 4 % e também: dignidade humana, criança e adolescente, vida, direitos sociais e civis, saúde, índios com percentuais entre 1 a 2%.

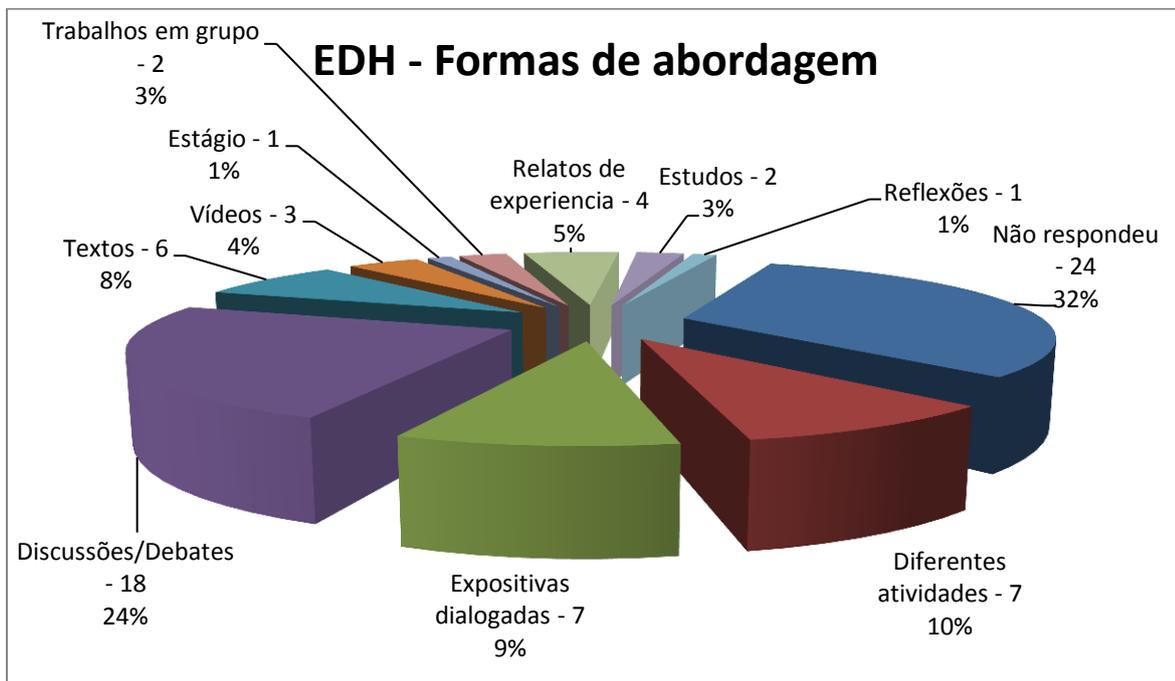
Na análise das respostas foi possível identificar a ausência de temas muito importantes como: sustentabilidade socioambiental, os chamados direitos de solidariedade ou fraternidade, que englobam inclusive o direito a um meio ambiente equilibrado, à paz, à autodeterminação dos povos, ao desenvolvimento e qualidade de vida, além dos novos direitos da era digital.

Algumas temáticas fundamentais dos DH aparecem como pouco abordadas ou a percepção dos estudantes para essas questões foi aquém do esperado, como as questões que envolvem o direito à vida, à dignidade humana e à saúde.

É importante frisar que as temáticas não mencionadas ou mencionadas com índices pouco significativos pelos estudantes foram objeto de estudo no Seminário Temático que se deu posteriormente as entrevistas.

Além desse fato, o número expressivo de estudantes que não responderam – 14% pode apontar uma dificuldade dos estudantes identificarem as temáticas relacionadas aos DH ou desinteresse neste ponto específico.

Gráfico 7 – Educação em Direitos Humanos – Metodologias de ensino

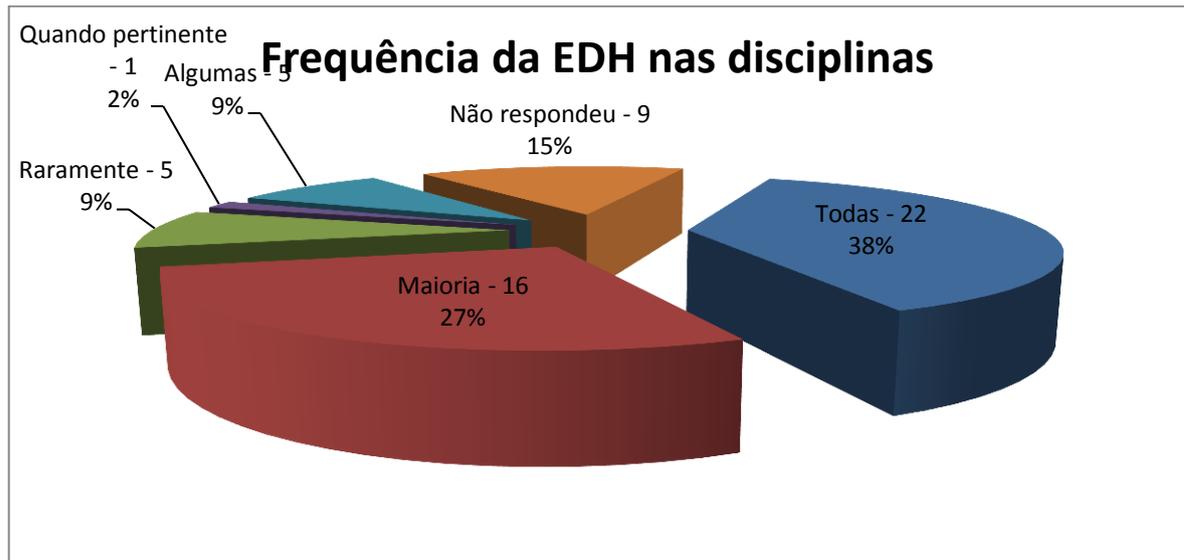


Fonte: Própria autora.

Quando perguntados quais as formas de abordagem das temáticas, foram apontadas as seguintes: discussões e debates (mais citada) por 24% dos estudantes, diferentes atividades, aulas expositivas dialogadas, análise de textos, relatos de experiência, vídeos e atividades em grupo, como os mais utilizados.

Mesmo obtendo as respostas que precisava para a análise da questão, fica aqui um registro importante, qual seja o fato de que um número expressivo de entrevistados que não respondeu essa questão, ou seja, 32%. Que pode ser um sinalizador do não entendimento da pergunta ou desinteresse dos estudantes em responder essa questão.

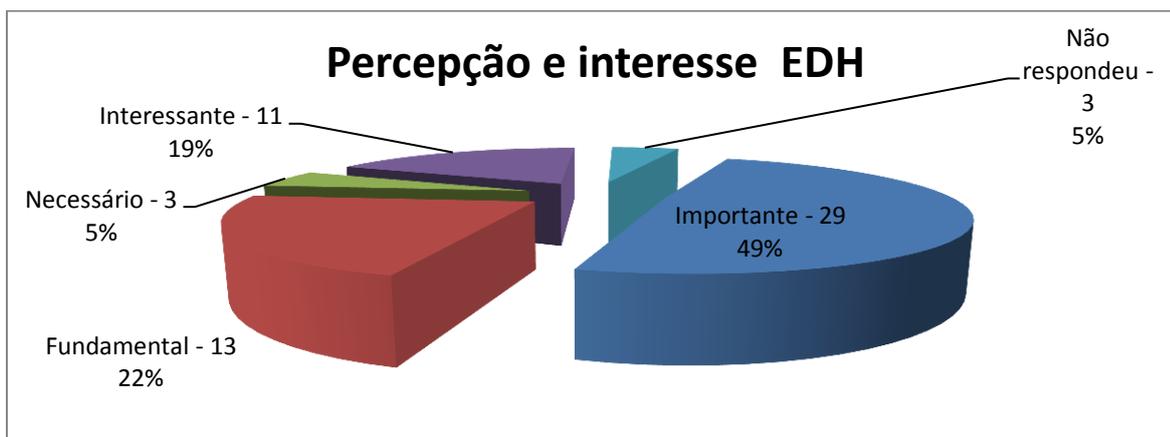
Gráfico 8 – Educação em Direitos Humanos – Frequência nas disciplinas



Fonte: Própria autora.

Quando perguntados sobre a frequência das abordagens, 65% dos estudantes disseram que todas ou a maioria das disciplinas abordam as questões, 20% apontaram que somente em algumas, raramente ou quando pertinente o assunto e 15% não se manifestaram. Com esse resultado foi possível averiguar que a maioria dos estudantes identifica as temáticas relacionadas aos DH e que elas estão presentes na maioria das disciplinas e são abordadas pela maioria dos professores do curso pesquisado.

Gráfico 9 – Educação em Direitos Humanos – Percepção e interesse

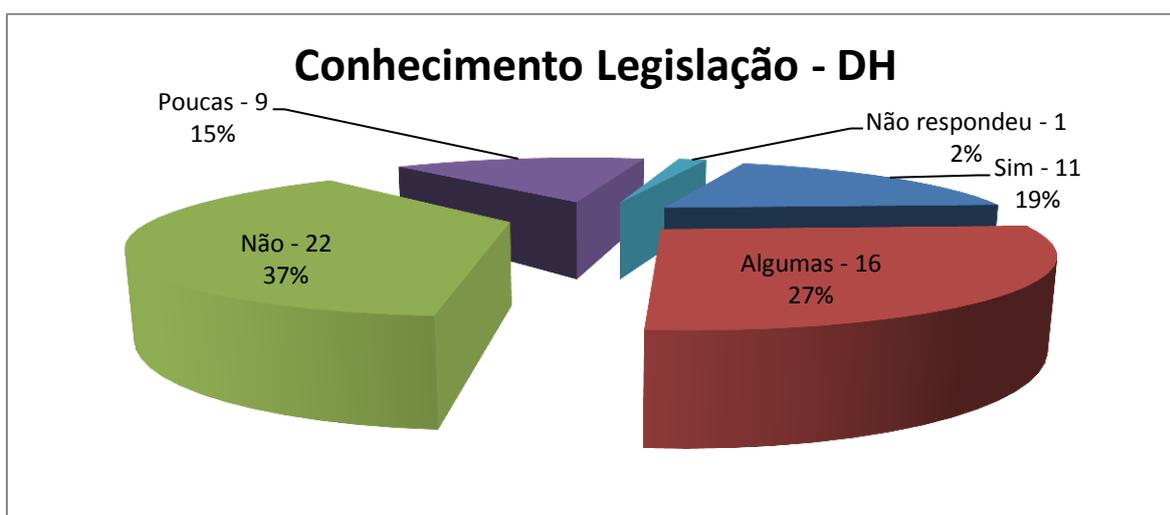


Fonte: Própria autora.

Quanto perguntados sobre a sua percepção e interesse foi possível verificar que 95% dos estudantes são a favor da EDH, sendo que desses 76% dos estudantes acham fundamental, importante ou necessário os estudos sobre DH e um grupo de 19% se interessam muito ou apenas se interessam pelo assunto. Somente 3% dos estudantes não responderam e nenhum se manifestou contra.

Pelas respostas dos entrevistados é possível concluir que o EDH além de ser uma norma obrigatória, ainda tem o amparo na consciência do grupo que entende que os estudos nesta temática são importantes, principalmente para suas práticas profissionais e pessoais.

Gráfico 10 – Conhecimento da legislação dos DH



Fonte: Própria autora.

Quanto ao conhecimento da legislação 37% dos estudantes dizem não conhecer, 43% conhecem poucas ou algumas normas, sendo que somente 19% dizem conhecer as normas de DH. As respostas apontaram para uma lacuna e sinaliza para uma questão importante que deve ser pensada.

Após a análise dessas respostas, passo a narrar como foram os encontros com as turmas ocorridos presencialmente e pelo ambiente virtual e a trazer outros elementos significativos para responder a questão do presente estudo, propiciar outras reflexões e contribuir com futuras pesquisas.

No primeiro encontro com cada turma foi realizada a apresentação e a introdução à temática de Direitos Humanos junto com a professora da disciplina, relacionando com as respostas que eles deram nos questionários prévios. Logo a seguir, li o texto que trago em anexo na presente dissertação, que chamei de “Tem dias em que”, onde narro passagens de minhas experiências com professora envolvendo situações relacionadas aos DH. Neste momento percebi a enorme atenção dos estudantes e no final se repete nas duas turmas o mesmo ato de aplausos. Ao refletir sobre o acontecido pude entender a importância da narrativa também na formação do sujeito que narra e do sujeito que houve o contar, como nos ensina Josso (2010), Delory-Momberger (2014) e Souza (2014). A cada palavra que escrevi e a cada palavra que externei pude re-significar aquelas vivências e os estudantes que ouviram puderam também fazer suas reflexões únicas sobre os fatos narrados.

Após a leitura do texto, na primeira turma foi apresentado slides sobre os principais conceitos e normas que determinam o estudo em DH numa aula expositiva, neste momento houve mínima participação dos estudantes. Na segunda turma, após avaliação do que aconteceu na primeira turma, optamos por falar sobre, mas sem os slides, propondo alguns desafios aos estudantes. O resultado na segunda turma foi mais positivo e houve maior participação.

Antes do encerramento das aulas foi apresentada a atividade proposta para o próximo encontro, onde deveriam formar grupos, onde cada um deveria apresentar um dos objetivos da agenda 2030 da ONU, sorteados ou escolhidos previamente, onde deveriam propor ações docentes que poderiam auxiliar na concretização desses objetivos e os demais colegas deveriam participar ativamente, dando sugestões ao grupo, contando suas experiências, comentando, tanto nas apresentações ou posteriormente no ambiente virtual.

A escolha da atividade se deu principalmente para valorizar a construção coletiva e o reconhecimento da importância do saber interdisciplinar presente no grupo e os objetivos da agenda 2030 foram escolhidos porque transitam por várias áreas do conhecimento e visam atender uma demanda mundial que pode ser trazida facilmente para as demandas nacionais e

locais. A ideia era que os estudantes pudessem fazer este exercício de reconhecimento e de criticidade, e também pudessem se colocar como agentes de mudança nos espaços educacionais e sociais.

Assim ensina Santos (2010, p. 154) a respeito da ecologia dos saberes:

A ecologia de saberes é um conjunto de epistemologias que partem da possibilidade e da diversidade e da globalização contra-hegemônicas e pretendem contribuir para as credibilizar e fortalecer. Assentam em dois pressupostos: 1) não há epistemologias neutras e as que clamam sê-lo são as menos neutras; 2) a reflexão epistemológica deve incidir não nos conhecimentos em abstracto, mas nas práticas de conhecimentos e seus impactos noutras práticas sociais. Quando falo de ecologia de saberes, entendo-a como ecologia de praticas de saberes.

Na segunda aula, foram apresentados os trabalhos, onde a maioria dos grupos utilizou os recursos tecnológicos e a participação dos colegas foi intensa. Nestes encontros foi possível esclarecer muitos pontos acerca do questionário enviado previamente, bem como obter respostas valiosas para o presente estudo, a seguir algumas considerações importantes.

Pessoalmente a maioria dos estudantes confessou que foram pesquisar sobre DH na internet para responder o questionário, principalmente para confirmar o que já pensavam. Poucos foram os que admitiram responder o questionário com os conhecimentos prévios que possuíam sobre a temática. Dificuldade inicial na elaboração dos conceitos sobre a temática. Somente após identificarem os conceitos é que conseguiram visualizar as temáticas no PEG.

Foi possível identificar que o interesse e importância que dão ao assunto são legítimos pelo grau de participação e comprometimento nas atividades, principalmente pelas manifestações orais e escritas e quando sugeriram mais encontros nos próximos semestres para estudar e pensar sobre os assuntos abordados. Relevância da EDH confirmada pelo grupo de estudantes.

A EDH, em síntese, necessita estar em conformidade com os princípios e valores que dignifiquem o ser humano e deve ter sua práxis e conteúdos pautados no respeito a tais direitos, assim como na capacidade de se indignar frente às injustiças e atos desumanos e de atuar para reverter estas situações (TAVARES, 2007, p. 496-497).

Com relação às temáticas mundiais trazidas foi percebido que o grupo consegue trazê-las para seus contextos e ainda perceber a importância dos saberes multidisciplinares para melhor solução das questões, principalmente numa atividade proposta de cooperação.

As experiências individuais narradas por alguns estudantes relacionadas aos DH na apresentação dos trabalhos motivaram os outros de que são possíveis ações diferenciadas e metodologias ativas na execução da EDH. As narrativas exerceram um papel formativo importante para os futuros professores.

No momento das apresentações foi possível verificar que ainda existe uma enorme dificuldade de pensar novas ações docentes relacionadas aos Direitos Humanos, sinalizando mais uma questão que deve ser objeto de mais estudo e mudança nas práticas educativas.

A formação dos educadores em direitos humanos deve privilegiar as metodologias ativas e participativas de forma a envolver e despertar o interesse, sem esquecer que contextos específicos carecem de abordagens próprias para cada um deles. É necessário estabelecer processos que articulem teoria e conduta, que estimulem o compromisso com os vários níveis das práticas sociais e que favoreçam a sensibilização, a análise e a compreensão da realidade (TAVARES, 2007, p. 491).

O processo educacional é um lugar onde existe uma troca e todos podem aprender e se transformar. Segundo Freire (2011b, p. 96), “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”. A utilização dos espaços para humanização, desenvolvimento de criatividade, pensamento reflexivo e crítico na construção de outros conhecimentos e saberes:

Nesse sentido, o espaço político na formação é, por excelência, espaço de realização humana. Como sujeito aprendente, o professor deixa de ser apenas consumidor de teorias prontas e acabadas para tornar-se crítico, re-criador e produtor de teorias e outros produtos culturais que leva seus alunos a se desenvolverem também de forma crítica e criadora, na contramão da divisão social do trabalho, em que uns pensam e outros fazem. Neste percurso, há a construção de sentidos nas diferentes dimensões da vida (ROSITO, 2010, p. 20-21).

Ainda foi possível verificar que na turma onde existe maior afetividade entre os colegas, os estudos foram mais produtivos, principalmente no encontrar soluções para as questões trazidas e o grupo saiu mais motivado. Enquanto que no grupo onde ocorreram mais discussões sobre as questões e pontos de vista, onde não houve um consenso, o debate atrapalhou as propostas e gerou uma sensação de impotência e desestímulo em alguns.

Como ensina Santos (2014), se formos discutir nossas diferenças estaremos desperdiçando o tempo que temos para construirmos novos caminhos para a solução de questões realmente importantes para a coletividade.

Mariotti (2002, p. 295) propõem para a reforma do pensamento a prática dos cinco saberes do pensamento complexo, quais sejam: o saber ver, o saber esperar, o saber conversar, o saber amar e o saber abraçar, afirmando que todos estão inter-relacionados e são dependentes uns dos outros para serem vividos em sua plenitude.

Percorrendo esses caminhos foi possível chegar ao fim dessa trajetória com muita felicidade e com enorme vontade de continuar, porque um rio após nascer deve seguir seu percurso. Mas antes de seguir uma parada necessária e importante para refletir com o leitor sobre os momentos mais significativos dessa jornada.



#### 4 CONSIDERAÇÕES SOBRE O HOJE, UM CAMINHO PARA O AMANHÃ

Amanhã será um lindo dia,  
 Da mais louca alegria,  
 Que se possa imaginar,  
 Amanhã, redobrada a força,  
 Pra cima que não cessa,  
 Há de vingar, amanhã,  
 Mais nenhum mistério,  
 Acima do ilusório, o astro rei vai brilhar,  
 Amanhã a luminosidade,  
 Alheia a qualquer vontade há de imperar, há de imperar...

Amanhã, está toda esperança,  
 Por menor que pareça, que existe é pra vicejar,  
 Amanhã, apesar de hoje,  
 Será a estrada que surge, pra se trilhar,  
 Amanhã, mesmo que uns não queiram,  
 Será de outros que esperam,  
 ver o dia raiar,  
 Amanhã, ódios aplacados, temores abrandados,  
 Será pleno, será pleno.

(Amanhã - Guilherme Arantes)

O amanhã só será, se o hoje for diferente. Pensar no hoje significa repensar nossas práticas e mudar as atitudes que atentem contra o outro e contra o meio ambiente, aprimorar as que colaboram neste processo e pensar outras que possam ser realizadas. Para formar-se numa sabedoria de vida é necessário não somente pensar que uma sabedoria pode advir, mas também entender os aspectos a desenvolver, aqui e agora, para avançar nessa realização (JOSSO, 2010, p. 130-131).

Desde o início desta dissertação fui provocada, me movimentei e trouxe para esta dissertação muitas dessas provocações para junto do leitor produzir outros movimentos rumo a novos espaços. Segundo Josso (2010, p. 273) “formar-se e transformar-se como pessoa, formar-se e transformar-se como profissional e/ou como ator sociocultural”.

Sentir parte desse todo, ser capaz de conviver, reconhecer, fazer, unir e tantos outros verbos que congregam e aproximam das ações que possam criar outras condições possíveis de evitar a prisão dos homens, em especial àquelas que desrespeitam qualquer forma de vida.

[...] a procura de cada um saber-viver a sua existencialidade, visava, afinal, a *uma arte de viver em ligações e partilha porque compatível consigo mesmo, com o outro e com o nosso meio natural*. Essa compreensão tem, para mim, consequências extremamente interessantes sobre saber se a nossa humanidade pode visar, com realismo, à ultrapassagem das situações conflituosas, do intrapsíquico ao intelectual, que geram tantos sofrimentos (JOSSO, 2010, p. 136).

Quando sai em busca das respostas e compreensões que propus aos leitores no início desta dissertação tinha uma inquietação enorme, principalmente em descobrir como acontecem as dinâmicas que envolvem a EDH, queria conhecer mais desse universo que atravessa meus estudos e minhas práticas. Durante os anos que estive nos espaços escolares pude presenciar muita coisa, pude ouvir a voz daqueles que abriram suas vidas, pensamentos, alegrias e tristezas, pude sentir nos seus olhares de agradecimento quando o conhecimento de um simples direito pode mudar suas vidas.

Neste momento em que preciso encerrar este capítulo do livro de minha vida e de minha jornada de estudos, a última vontade que tenho e de tecer conclusões finais, por essa razão, trago considerações do hoje, principalmente por considerar que após esse percurso já não sou mais a mesma, talvez de alguma forma todos nós já não sejamos.

A “impermanência” obriga-nos a nos deslocar durante a nossa vida. Esse *eu* aparentemente permanente muda de identidade, nele habitam vários ao mesmo tempo. Sobre quê *eu* me fundamento para pensar o que penso e fazer o que faço? Esses fundamentos são colocados à prova nos discursos e nas práticas universitárias. Coerências e incoerências interiores são mobilizadas, colocadas em alerta, convocadas para comparecer provocando uma desordem benigna, criando a indecisão, gerando uma procura, um questionamento (JOSSO, 2010, p. 236).

Os lugares onde passei, as pessoas que encontrei nesta pesquisa me revelaram muito sobre a dinâmica que envolve o EDH, sendo possível afirmar que no ambiente pesquisado a maioria dos professores entrevistados conhece e entende importância das políticas públicas e legislações que terminam o EDH, acham necessária a inserção como dispositivo legal e o comprometimento de todos com o processo de atualização e de ensino-aprendizagem é visível. Nos espaços educacionais pesquisados são constantemente os estudos em DH, que atravessam os conteúdos das disciplinas, em forma de discussão, estudo de textos e casos, relato de experiências, aulas expositivas dialogadas e vídeos.

Os professores, ainda, percebem que os estudos afetam os estudantes, que mostram enorme interesse pelas temáticas e saem sensibilizados, alguns ainda observam as suas práticas posteriormente e concluem que contribui significativamente.

Quanto ao processo de atualização sobre políticas públicas, legislação, eventos, cursos, foi possível verificar que existe necessidade do processo ser revisto pela UFSM, pois o que existe hoje não é totalmente eficaz.

Na compreensão das respostas dadas pelos estudantes foi possível confirmar as afirmações dos professores, principalmente de que a EDH acontece na forma e na frequência apontada e onde surgiram elementos importantes, que destaco a seguir:

As temáticas mais abordadas apontadas pelos estudantes nos questionários foram as seguintes, em ordem: inclusão, educação, papel do professor, relações étnico-raciais, trabalho, liberdade, igualdade, religião, política, gênero, direitos culturais e econômicos, dignidade humana, criança e adolescente, vida, direitos sociais e civis, saúde, índios. Os professores nas narrativas confirmaram os temas, principalmente os mais citados, o que traz credibilidade aos resultados da presente pesquisa.

Os temas relacionados ao meio ambiente que não apareceu no questionário foram abordados posteriormente no Seminário Temático, do qual pude participar e interagir com os estudantes. No que diz respeito às temáticas é necessário refletir a razão pelo qual alguns temas caros para os DH aparecem de forma aquém do esperado durante o curso, principalmente sustentabilidade socioambiental, os direitos de solidariedade, o desenvolvimento e qualidade de vida e saúde, além dos novos direitos da era digital, os direitos econômicos e culturais.

Outro ponto que é importante frisar foi que a maioria dos estudantes desconhecem as legislações que determinam o EDH, o que aponta para uma lacuna, pois serão futuros professores e para elaboração de suas práticas docentes precisam conhecer e pensar sobre as leis e políticas públicas que envolvem o processo educacional.

Nas observações realizadas nos encontros pessoais e no ambiente virtual com o grupo, foi possível averiguar outros aspectos, a seguir descritos: a dificuldade inicial na elaboração dos conceitos sobre a temática, mesmo que elas tenham sido abordadas no PEG, a maioria dos estudantes afirmou ter que pesquisar antes de responder o questionário sobre DH; foi confirmada que a quase totalidade dos estudantes (somente 3% não responderam) têm uma visão positiva (fundamental, importante, interessante) a respeito do EDH; que conseguem fazer as relações necessárias entre as temáticas globais, trazendo para os espaços regionais e locais: que reconhecem a importância dos saberes multidisciplinares para solução das questões: que as experiências e narrativas individuais foram valorizadas e formativas e, ainda, que as atividades desenvolvidas no grupo com mais afetividade foram mais produtivas. Neste momento é possível dialogar com Morin:

A tradição do pensamento que forma o espírito das escolas elementares ordena que se reduza o complexo ao simples, quer dizer, que se separe o que está ligado, que se unifique o que é múltiplo, que se elimine tudo aquilo que traz desordens ou contradições para nosso entendimento. O pensamento que recorta e isola permite aos especialistas e expertos ter grandes desempenhos em seus compartimentos, e, assim, cooperar eficazmente nos setores não complexos do conhecimento, especialmente aqueles concernentes ao funcionamento das máquinas artificiais. Mas a lógica a que obedece estende sobre a sociedade e as relações humanas as restrições e os mecanismos inumanos da máquina artificial com sua visão determinista, mecanicista, quantitativa, formalista que ignora, oculta ou dissolve tudo o que é subjetivo, afetivo, livre e criador (MORIN, 1999, p. 11).

Mesmo com a qualidade dos estudantes foi possível verificar uma dificuldade no pensar em ações docentes diferentes e inovadoras para melhoria das práticas nos espaços de educação formal, outra situação importante a ser pensada. Algo que me provoca inquietação, porque é uma necessidade de nossa época, repensar nossas práticas.

A pesquisa me deu enorme satisfação porque vislumbrei que as políticas públicas e legislações tem inserção no ambiente pesquisado e são aceitas tanto pelos professores quanto pelos estudantes, neste sentido tem-se um caminho realmente possível na promoção dos valores dos DH. Certamente, reflexões ainda são necessárias para o aprimoramento das práticas, mas superando desafios e aproveitando as oportunidades um caminho de êxito já começou a ser traçado e esta trajetória já começa a produzir resultados eficazes, cujo mérito é de todos os envolvidos, a começar pelos gestores do curso, pelos professores, funcionários e pelos alunos.

A busca de uma sabedoria de vida consiste, pois, em tentar a integração das quatro buscas, subordinando-as a uma presença empática consigo e com o mundo, e uma presença consciente da complexidade das causas e das condições que fundamentam uma arte de viver, associada a um sentimento de integridade e de autenticidade que permitem sentir a vida como um desafio que tem valor, em outras palavras, uma vida que vale a pena ser vivida (JOSSO, 2010, p. 133).

A pesquisa é uma fonte onde encontrei muitas respostas, mas principalmente foi um lugar onde nasceram outras perguntas, que me obrigaram a um deslocamento para outros lugares, em busca de um melhor viver. Mesmo que a Educação em Direitos Humanos passe por muitos processos que tem que ser vistos com criticidade e autonomia é inegável a contribuição para os ambientes educacionais e para a construção de caminhos possíveis para a humanidade que clama por mais ações e menos discursos, por mais comprometimento coletivo e menos individualismo, por mais paz do que guerras e por mais felicidade que tristezas.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARROYO, M. G. **Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

BATISTA, S. H. S. S. Saúde, cuidado e formação: por entre desafios e possibilidades. In: CUNHA, Jorge Luiz da; SILVA, V. L. G. da. (orgs.). **Práticas de formação, memória e pesquisa (auto) biográfica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

BERTAUX, D. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Título original em francês: *Le récit de vie*. Tradução: Zuleide Cavalcante, Denise Lavallèe. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo, Paulus, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 05 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 13 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 23 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei no. 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/presidencia/legislacao>>. Acesso em: 23 maio 2015.

\_\_\_\_\_. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos / Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pItemid=30192df&](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191-plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pItemid=30192df&). Acesso em: 25 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Resolução no. 01, de 30 de maio de 2012/ME**. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes?id=17417>. Acesso em: 20 out. 2015.

BRUNIERA, L. **Educar em um mundo deserto: a educação em direitos humanos e o pensamento de Hannah Arendt**. 2013, 105 p. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2013.

CANÇADO TRINDADE, A. A. Os direitos humanos e meio ambiente. In: SYMONIDES, J. (Org.) **Direitos Humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Título original: *Human Rights: new dimensions and challenges* Publicado originalmente pela United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), Paris, França e a Dartmouth Publishing Company. UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito Constitucional e Teoria da Constituição**. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003.

CANOTILHO, J. J. G. **Estado de Direito**. Lisboa: Gradiva, 2003.

CAPRA, F.; LUISI, P. Luigi. **A visão sistêmica da vida**. Uma concepção unificada e suas implicações filosóficas, políticas, sociais e econômicas: São Paulo. Cultrix, 2014.

CLANDININ, J.; CONNELLY, M. **Pesquisa Narrativa**: experiência e história em pesquisa qualitativa. Tradução Grupo de pesquisa narrativa e educação de professores ILEEL/UFU. Uberlândia, 2011. Título original: Narrative Inquiry: experience and story in qualitative research, 2011.

CUNHA, J. L. da; ROWER, J. Ensinar o que não se sabe: estranhar e desnaturalizar em relatos (auto) biográficos. **Revista do Centro de Educação UFSM**, v. 39, n. 1, p. 27-37, jan./abr. 2014.

CUNHA, J. L. da. **Informação verbal em aula de Tese um na UFSM**, Santa Maria, RS, out. 2015.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS DO HOMEM. **Assembléia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948**. Disponível em: [http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis\\_intern/ddh\\_bib\\_inter\\_universal.htm](http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm). Acesso em: 23 maio 2014.

DELORY-MOMBERGER, C. **As histórias de vida**: da invenção de si ao projeto de formação. Título original em francês: Les Histoires de Vie. De l'invention de soi au project de formation. Tradução: Albino Pozzer. Natal EDUFRN; Porto Alegre: EDIPUCRS; Brasília: EDUNEB, 2014.

\_\_\_\_\_. **Formação e socialização**: os ateliês biográficos de projeto. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 32, n. 2, p. 359-371, maio 2006.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011a.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011b.

GAMA, F. R. H. **A declaração das nações unidas sobre a educação e formação em direitos humanos: retórica e perspectivas de efetivação**. 2012, 182. p. Dissertação (Mestrado em Direito) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2012.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GORCZEWSKI, C. **Direitos humanos e participação política**. Porto Alegre: Imprensa Livre, v. 4, 2014.

GORCZEWSKI, C. **Direitos Humanos, educação e cidadania: conhecer, educar e praticar**. 1. ed. Santa Cruz: EDUNISC, 2009.

GORCZEWSKI, C.; TAUCHEN, G. **Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz**. Educação, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, jan./abr. 2008. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/educar/textos/gorczevski\\_edh\\_cultura\\_paz.pdf](http://www.dhnet.org.br/educar/textos/gorczevski_edh_cultura_paz.pdf). Acesso em: 17 dez. 2015.

- JOSSO, M.-C. **Experiências de vida e formação**. Tradução: José Cláudio, Júlia Ferreira. (Coleção Pesquisa (auto) biográfica e Educação. Série Clássicos das Histórias de Vida. 2. ed. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo, Paulus, 2010.
- LECHNER, E. Migração, pesquisa biográfica e emancipação social: contributo para a análise dos impactos da pesquisa biográfica junto de migrantes. In: CUNHA, J. L. da; SILVA, V. L. G. da. (Orgs.). **Práticas de formação, memória e pesquisa (auto) biográfica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.
- LENZA, P. **Direito Constitucional Esquematizado**. 13. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2009.
- LOPES, T. **Ações afirmativas: a igualdade e o acesso pleno à educação superior dos grupos sociais historicamente excluídos**. 2014, 218 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2014.
- LUDKE, M.; ANDRE, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.
- MAFESSOLI, M. **Saturação**. Tradução: Ana Goldberger. São Paulo: Iluminuras, 2010.
- MARIOTTI, H. **As paixões do ego**. Complexidade, política e solidariedade. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MATA, K. M. S. A escrita de si nos tempos formativos da pós-graduação: leituras entrecruzadas de memoriais acadêmicos. In: PASSEGI, M. da C.; VICENTINI, P. P.; SOUZA, E. C. de. (org.). **Pesquisa (auto) biográfica: narrativas de si e formação**. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.
- MORAIS, A. de. **Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo. Atlas, 2003.
- MORIN, E. **Complexidade e transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental**. Tradução: Edgard de Assis Carvalho. Natal: Editora da UFRN, 1999.
- MUNTARBHORN, V. Educação para os Direitos Humanos. In: SYMONIDES, J. (Org.) **Direitos Humanos: novas dimensões e desafios**. Brasília: Título original: Human Rights: new dimensions and challenges Publicado originalmente pela United Nation Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), Paris, França e a Dartmouth Publishing Company. UNESCO Brasil, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.
- ONU. **Declaração do Milênio, 2000**. Disponível em: <https://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948**. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2015.
- \_\_\_\_\_. **Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos/Nações Unidas e Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**, Nova York e Genebra, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 05 agosto 2016.

ONU. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**, 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 05 maio 2016.

PACHECO, C. R. Narrativas autobiográficas e representações: o entrelaçar de histórias docentes. **Revista do Centro de Educação UFSM**, v. 39, n. 1, p. 51-63, jan./abril. 2014.

PASSEGI, M. da C.; CÂMARA, S. C. X. da. Memorial autobiográfico: uma tradição acadêmica no Brasil. In PASSEGI, M. da C.; VICENTINI, P. P.; SOUZA, E. C. de. (Orgs.). **Pesquisa (auto) biográfica: narrativas de si e formação**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

PEREIRA, A. **A teoria transforma a prática? Um estudo sobre a representação social de professores sobre direitos humanos na rede estadual de educação**. 2012, 183 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador, BA, 2012.

PIKETTY, T. **O capital no século XXI**. Tradução: Monica Baumgarten. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. Título original: *Le capital au XXI siècle*.

PIOVESAN, F. **Direitos humanos e o direito constitucional internacional**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

PORTUGAL, J. F.; SOUZA, E. C. Geo(bio)grafias: narrativas de professores de escolas rurais. In PASSEGI, Maria da Conceição; VICENTINI, P. P.; SOUZA, E. C. de. (Orgs.). **Pesquisa (auto) biográfica: narrativas de si e formação**. 1. ed. Curitiba, PR: CRV, 2013.

ROSITO, M. M. B. Pedagogia Imaginal: uma narrativa formativa autobiográfica entre os lugares da saúde e da educação. In: CUNHA, J. L. da; SILVA, V. L. G. da. (Orgs.). **Práticas de formação, memória e pesquisa (auto) biográfica**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, M. P. B. **Metodologia da pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTOS, B. de S. **A gramática do tempo. Para uma nova cultura política**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, J. A. da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 22. ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

SOUZA, E. C. Diálogos cruzados sobre pesquisa (auto)biográfica: análise compreensiva-interpretativa e política de sentido. **Revista do Centro de Educação UFSM**, v. 39, n. 1, p. 39-50, jan./abr. 2014.

TAVARES, C. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: **Educação em direitos humanos: Fundamentos teórico metodológicos**/ Rosa Maria Godoy Silveira, et al. – João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

UFSM. Universidade Federal de Santa Maria. Centro de Educação. Programa Especial de Graduação de Professores Ensino Técnico e Profissionalizante. **Projeto Pedagógico de Curso**. Santa Maria, 2015.

VIVALDO, F. **Educação em Direitos Humanos**: abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. 2009, 158 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2009.

### **Fontes das Musicas**

BETH Carvalho. A madrinha do samba ao vivo convida. Musica: Andança. Canecão, Rio de Janeiro: Indie Records, 2004. 1 CD (77min): digital.

GALPÃO Crioulo II. Musica: Canto dos Livres. RBS Discos/Som Livre, 1984. 1 LP (50:56): vinil.

GUILHERME Arantes. Ronda noturna. Música: Amanhã. Som Livre, 1977. 1 LP (40:43): vinil.

MARIA Bethânia. Carta de Amor Ato 1 ao vivo. Musica: Quem me leva os meus fantasmas. Viva Rio, Rio de Janeiro: Biscoito Fino, 20013. 1 CD (33:51min): digital.

SIMONE. 25 de dezembro. Música: Pensamentos. Polygram, 1995. 1 CD (43:37min): digital.



**ANEXOS**



**ANEXO A – CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR****CARTA DE APRESENTAÇÃO DO PESQUISADOR**

Santa Maria, 04 de abril de 2016.

Ao

PROGRAMA ESPECIAL DE GRADUAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES  
PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL - UFSM

Por meio desta apresento a acadêmica Laísa Quadros da Costa, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFSM - Mestranda, devidamente matriculada sob o número 201470231, que está realizando a pesquisa intitulada “Educação em Direitos Humanos: um desafio global visto localmente”.

O objetivo do estudo é descrever e compreender as experiências docentes e discentes no ensino de Direitos Humanos, sinalizando os pontos de convergência e divergência na aplicação dos preceitos legais obrigatórios, a fim de identificar de que forma, com que intensidade e eficácia as normas são entendidas e aplicadas.

Na oportunidade, solicitamos autorização para que realize a pesquisa através do reconhecimento de informações registradas neste Departamento na forma de atas, diários, registros audiovisuais, plano do curso e demais documentos que possam contribuir com a pesquisa, bem como, observar aulas, reuniões, outras atividades, entrevistar professores e alunos.

Salientando o caráter responsável e ético da pesquisa, agradecemos, desde já, vossa compreensão e colaboração no processo.

(Em caso de dúvida é possível entrar em contato com Jorge Luiz da Cunha pelo telefone: 3220 9583 ou pelo email: [jlcunha11@yahoo.com.br](mailto:jlcunha11@yahoo.com.br) )

Atenciosamente,

PROF. JORGE LUIZ DA CUNHA



**ANEXO C – QUESTIONÁRIO ALUNOS DO PEG****QUESTIONÁRIO ALUNOS DO PEG**

Nome:

Idade:

Trabalha onde:

Desde:

Função:

Escolaridade:

Graduação em:

Especialização em:

1. Quais os três acontecimentos da história da humanidade relacionados aos Direitos Humanos que mais lhe marcaram? Justifique a escolha.
  
2. Nas aulas do PEG são abordadas questões relacionadas aos direitos e deveres dos seres humanos?
  
3. Se positiva a resposta:
  - a) Quais os temas mais abordados?
  - b) De que forma e com que frequência acontece?
  - c) Qual a sua percepção e interesse?
  
4. O que pensa acerca dos Direitos Humanos?
  
5. Conhece as legislações que determinam o ensino em Direitos Humanos? Qual sua opinião a respeito dessas normas?

Faça outras considerações que julgar necessárias sobre a temática.

**ANEXO D – TEXTO: TEM DIAS EM QUE****TEM DIAS EM QUE...**

- Acordo e vou para rua observar o mundo para ver o que ensinar.
- Fecho os olhos para aprender o que observei.
- Sigo para a escola e vejo pessoas correndo, sem felicidade no rosto, cansadas e distraídas.
- Chego à escola e vejo pessoas querendo aprender buscando algo melhor e mesmo cansadas estão felizes e atentas.
- Saio da escola, pego a estrada e furo dois pneus e mesmo indignada com a situação das estradas ainda consigo agradecer pelos encontros e pela ajuda de estranhos.
- A remuneração não cabe nos meus sonhos, mas meus sonhos cabem em ser professora.
- Um aluno me agride com palavras e depois de algum tempo sem que eu revide as agressões, me pede desculpas, confessando ser vítima constante de agressões físicas.
- Os alunos me enchem de atenção, carinho, palavras bondosas e gestos de respeito.
- Um aluno mais velho, chora na aula, dizendo que estava pensando em desistir, porque um professor lhe disse que não tinha mais idade para estudar e depois de receber incentivo, termina o curso com confiança e entusiasmo.
- Uma professora paga as passagens de ônibus de um aluno carente sem ele saber. Este aluno nunca faltou às aulas.
- Uma aluna com dificuldade de locomoção que anda nos corredores de cabeça baixa, entra na aula e diz que voltou a estudar depois de vinte anos e depois de dois semestres na escola, lá esta ela andando de cabeça erguida e me conta feliz que foi contratada pela empresa após o estágio.
- Um aluno surdo te obriga a replanejar suas aulas e depois que já cursou a tua disciplina sempre que passa por ti lhe dá uma bala e um sorriso amigo.
- Nos corredores da escola, encontro um aluno adulto em pânico, porque estava numa prova e passou mal, me disse que sempre passa mal nestas situações, e com algumas palavras de incentivo faz com que ele volte e enfrente seus medos, porque eles nunca serão maiores do que ele. Você descobre que esse aluno já tinha tentando suicídio duas vezes.
- Nos corredores da escola, encontro um aluno bem jovem chorando, paro tudo e sento ao seu lado, para saber o que ele precisa. Ele me diz que esta triste, sobrecarregado, que não sabe me dizer exatamente o que tem, mas precisa daquele momento. Uma parada para o outro e ele soube que pode contar comigo e eu poderia respeitosamente sentar ao seu lado sem nada julgar ou questionar. Hoje, nos abraçamos quando nos vimos pelos corredores e ele parece mais feliz, está enfrentando seus desafios.
- Na rua encontro um aluno que desistiu de estudar, acabado, com jeito de quem nem conseguiu dormir, e digo volta para nós, a escola esta te esperando, dando um abraço carinhoso, e ele diz que perdeu sua mãe que sofria de uma doença grave. Depois ele volta a estudar e lá esta ele, andando com confiança pelos corredores e feliz pelo novo trabalho e retomada de sua vida.
- Uma aluna grávida lhe confessa as suas dificuldades, que esta desempregada, e num direito que ensino a um benefício previdenciário, ela passa a ter assistência nos primeiros meses de vida do seu filho e continuar seus estudos.
- Um aluno que trabalha e não recebe um dos seus direitos, que você ensina e no outro dia, vem com o aditivo contratual com o aumento para si e para seus colegas.
- Uma ex-aluna negra que tinha passado na universidade federal, retorna ao curso técnico porque diz que não conseguiu acompanhar as aulas do professor da universidade e que ali tem o amparo que precisa para aprender.
- Vários alunos lhe dizem que fazer o portfolio é coisa de louco, mas que depois dele pronto, despertaram para a leitura, para o pensamento crítico, e o quanto é bom ter uma avaliação que lhes permita a escolha, a liberdade e a criatividade e quanto aprenderam além dos conteúdos previstos para a disciplina.
- Preparo a aula e ela acontece de outro jeito inesperado e intenso, não preparo aula e ela sai uma das melhores de minha vida.
- Eu danço, canto e jogo com os meus alunos.

- Eu faço poesia para eles ou eles para mim.
- Os alunos saem muito felizes em outros silenciosos refletindo as temáticas de estudo.
- Os alunos te perguntam se você é rica e você diz depende da riqueza que você se refere.
- Eles querem te beijar e abraçar.
- Espalha os pensamentos dos alunos pela escola, e outros que você guarda os segredos deles.
- A chuva cai torrencialmente e quando você se encaminha para escola lá esta uma senhora no meio da faixa sinalizando perto de um veículo acidentado, para que outros acidentes não ocorram e me fazem acreditar no ser humano. Choro muito porque ainda existe muita bondade no mundo.
- Surgem algumas reclamações, surgem muitos agradecimentos.
- Temos reconhecimento pelo trabalho e vem pouco apoio.
- As reuniões com os colegas são felizes e produtivas e outras que uma critica construtiva é mal interpretada.
- Você é homenageado pela turma e pode agradecer, inclusive as suas famílias.
- O conhecimento parece claro para os alunos, tem dias que não.
- Um aluno dorme de cansaço porque passou o dia tralhando e outras turmas em que os alunos têm energia que não acaba.
- Eu tenho esperança e outros também.
- Eu canto felicidade, às vezes o canto é alegre, às vezes pode ser triste, mas ambos são de felicidade, porque ser professora me realiza, me movimenta, me faz estudar mais, a mudar minhas posturas pessoais, a cuidar de minhas práticas profissionais e a buscar sempre mais.

Seres humanos estão ao meu lado nesta jornada, se é perfeito, lógico que não, mas toda a imperfeição me faz caminhar. Os novos desafios, as novas pessoas que chegam e aquelas que vão embora.

Aprendo, me renovo, me reescrevo todos os dias. Meus alunos me ensinam todos os dias. Escrevemos histórias nossas.

Meus mestres me inspiram. Escrevo histórias porque eles me ensinaram assim. Agradeço!  
Agradeço por tudo!

Questiono minhas escolhas constantemente e me perguntei outro dia: “Por que estou aqui e não em outro lugar em melhores condições? Na mesma hora a resposta: Talvez eu esteja aqui para que eles meus alunos e suas famílias estejam num lugar melhor.

Laísa (Junho/2016)